

CERTIDÃO DE INTEIRO TEOR

DOCUMENTO EMITIDO PELA INTERNET

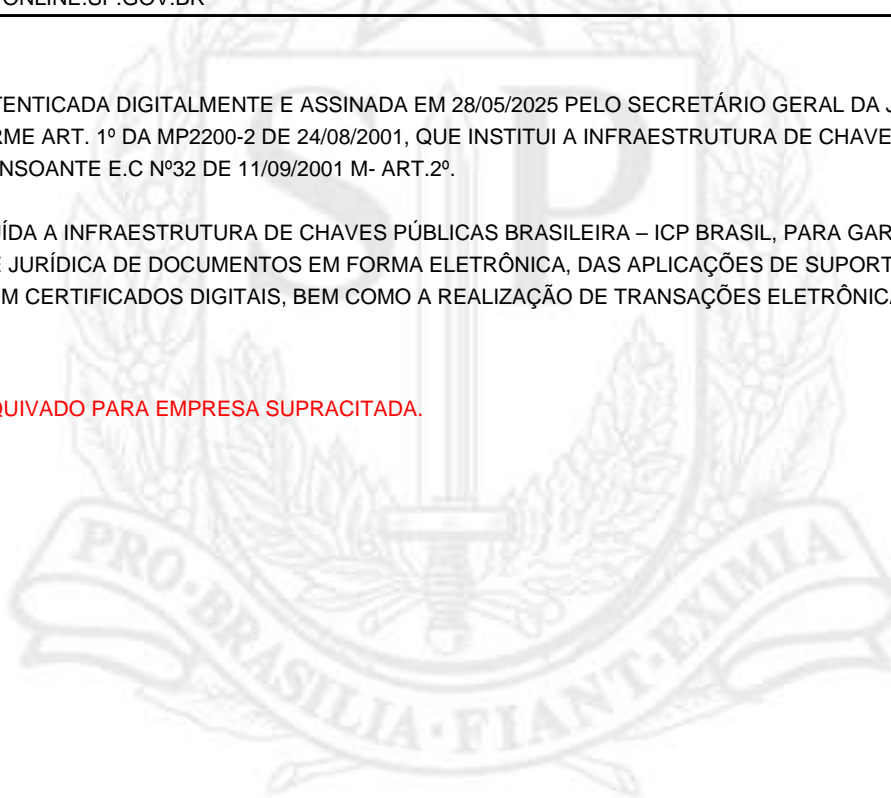
DADOS DA EMPRESA			
NOME EMPRESARIAL CIA. BRASILEIRA DE CARTUCHOS		TIPO JURÍDICO SOCIEDADE POR AÇÕES	
NIRE 35300025083	CNPJ 57.494.031/0001-63	NÚMERO DO ARQUIVAMENTO 172.271/25-3	DATA DO ARQUIVAMENTO 22/05/2025

DADOS DA CERTIDÃO		
DATA DE EXPEDIÇÃO 28/05/2025	HORA DE EXPEDIÇÃO 04:10:33	CÓDIGO DE CONTROLE 268165904
A AUTENTICIDADE DO PRESENTE DOCUMENTO, BEM COMO O ARQUIVO NA FORMA ELETRÔNICA PODEM SER VERIFICADOS NO ENDEREÇO WWW.JUCESPONLINE.SP.GOV.BR		

ESTA CÓPIA FOI AUTENTICADA DIGITALMENTE E ASSINADA EM 28/05/2025 PELO SECRETÁRIO GERAL DA JUCESP – ALOIZIO EPIFANIO SOARES JUNIOR, CONFORME ART. 1º DA MP2200-2 DE 24/08/2001, QUE INSTITUI A INFRAESTRUTURA DE CHAVES PÚBLICAS BRASILEIRAS – ICP BRASIL, EM VIGOR CONSOANTE E.C Nº32 DE 11/09/2001 M- ART.2º.

ART 1º. FICA INSTITUÍDA A INFRAESTRUTURA DE CHAVES PÚBLICAS BRASILEIRA – ICP BRASIL, PARA GARANTIR AUTENTICIDADE, INTEGRIDADE E VALIDADE JURÍDICA DE DOCUMENTOS EM FORMA ELETRÔNICA, DAS APLICAÇÕES DE SUPORTE E DAS APLICAÇÕES HABILITADAS QUE UTILIZEM CERTIFICADOS DIGITAIS, BEM COMO A REALIZAÇÃO DE TRANSAÇÕES ELETRÔNICAS SEGURAS.

ÚLTIMO DOCUMENTO ARQUIVADO PARA EMPRESA SUPRACITADA.





JUCESP - Junta Comercial do Estado de São Paulo

Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
Departamento de Registro Empresarial e Integração - DREI
Secretaria de Desenvolvimento Econômico



CAPA DO REQUERIMENTO

ETIQUETA PROTOCOLO



JUCESP PROTOCOLO
2.053.379/25-0



CONTROLE INTERNET
034787416-9



DADOS CADASTRAIS

ATO Alteração de Outras Cláusulas Contratuais/Estatutárias; Consolidação da Matriz; Inclusão/Alteração de Integrantes;			
NOME EMPRESARIAL CIA. BRASILEIRA DE CARTUCHOS			PORTE Normal
LOGRADOURO Avenida Humberto de Campos	NÚMERO 3220	COMPLEMENTO	CEP 09426-900
MUNICÍPIO Ribeirão Pires	UF SP	TELEFONE	EMAIL
NÚMERO EXIGÊNCIA (S) 1	CNPJ - SEDE 57.494.031/0001-63	NIRE - SEDE 3530002508-3	
IDENTIFICAÇÃO SIGNATÁRIO ASSINANTE REQUERIMENTO CAPA		VALORES RECOLHIDOS	SEQ. DOC.
NOME: SANDRO MORAIS NOGUEIRA (Diretor Administrativo e Financeiro)		DARE: R\$,00	1 / 1
ASSINATURA: DATA: 12/05/2025		DARF: R\$,00	

DECLARO, SOB AS PENAS DA LEI, QUE AS INFORMAÇÕES CONSTANTES DO REQUERIMENTO/PROCESSO SÃO EXPRESSÃO DA VERDADE.

PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO (INCLUSIVE VERSO)

CARIMBO PROTOCOLO JUCESP - SEDE GUICHÊ 7 ★ 16 MAI 2025 ★ PROTOCOLO	CARIMBO DISTRIBUIÇÃO	CARIMBO ANÁLISE JUCESP DEFERIDO 27 MAI 2025 Chelo Assunção da Silva Assessora da Presidência RG: 41.402.550-2
--	----------------------	---

ANEXOS: <input checked="" type="checkbox"/> DBE <input type="checkbox"/> Procuração <input type="checkbox"/> Alvará Judicial <input type="checkbox"/> Formal de Partilha <input type="checkbox"/> Balanço Patrimonial <input checked="" type="checkbox"/> Outros DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE	EXCLUSIVO SETOR DE ANÁLISE <input checked="" type="checkbox"/> Documentos Pessoais <input type="checkbox"/> Laudo de Avaliação <input checked="" type="checkbox"/> Jornal <input type="checkbox"/> Protocolo / Justificação <input type="checkbox"/> Certidão	ETIQUETAS DE REGISTRO + CARIMBO CERTIFICADO DE REGISTRO SOB O NÚMERO 172.271/25-3 ALCÍZIO E SOARES JÚNIOR SECRETÁRIO GERAL EM EXERCÍCIO
---	--	--

OBSERVAÇÕES:

Este documento foi assinado digitalmente por Sandro Morais Nogueira.

Para verificar as assinaturas vá ao site <https://assinaturas.certsign.com.br> e utilize o código E4C6-83A1-2530-7486.

Versão VRE.Report: 1.0.0.0

12/05/2025 17:15:04 - Página 1 de 2

Certifico o registro sob o nº 172.271/25-3 em 22/05/2025 da empresa CIA. BRASILEIRA DE CARTUCHOS, NIRE nº 35300025083, protocolado sob o nº 2053379250. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 28/05/2025 por ALOIZIO EPIFANIO SOARES JUNIOR - Secretário Geral. Autenticação: 268165904. A JUCESP garante a autenticidade do registro e da Certidão de Inteiro Teor quando visualizado diretamente no portal www.jucesponline.sp.gov.br.

Gerência de Guarda e Distribuição

- () Verificação CNAE Comércio de Combustíveis
- () Verificação de Ficha Cadastral
- (x) Verificação de Apontamento na Ficha Cadastral
- () MEI sem Cadastro
- () MEI com Cadastro
- () Realizar Pesquisa de Nome Empresarial
- () Vide Protocolo

Im

9230UC
28 20 22

Regra



JUCESP PROTOCOLO
2.053.379/25-0

COMPANHIA BRASILEIRA DE CA

CNPJ/MF nº 57.494.031/0001-63
NIRE nº 35.300.025.083



**Ata de Assembleia Geral Extraordinária
realizada em 25 de abril de 2025**



Data, Hora e Local: aos 25 (vinte e cinco) dias do mês de abril de 2025, às 08h00min, na sede social da Companhia, localizada na Cidade de Ribeirão Pires, Estado de São Paulo, na Avenida Humberto de Campos, nº 3.220, Bairro Bocaina, CEP 09426-900.

Presença: Presentes os Acionistas representando mais de 2/3 do capital social votante, conforme assinaturas constantes da Lista de Presença de Acionistas arquivada em livro próprio na sede da Companhia e constante na presente Ata como Anexo I.

Convocação: Edital de Convocação publicado no jornal "Data Mercantil", nas versões impressa e eletrônica, nos dias 17, 18 e 23 abril de 2025.

Mesa: Presidente: Fabio Luiz Munhoz Mazzaro; Secretário: Sandro Morais Nogueira.

Ordem do Dia: (i) Alteração da composição da Diretoria Executiva para 09 membros, com a criação das Diretorias de Suprimentos e Comércio Exterior, Vice-Presidência Sênior de Vendas Internacionais e Suprimentos e Vice-Presidência Sênior de Operações; (ii) extinção dos cargos/Diretorias de Vice-Presidente de Marketing e Vendas Internacionais e Vice Presidência de Operações; (iii) eleição do Diretor de Suprimentos e Comércio Exterior, Vice-Presidente Sênior de Vendas Internacionais e Suprimentos e Vice-Presidente Sênior de Operações iv) reeleição da Diretoria Executiva, para o mandato de 2 anos, para fins de representação da companhia; (v) alteração dos Artigos 9º e 10 do Estatuto Social da Companhia; e (v) outros assuntos de interesse social.

Deliberações: Os acionistas deliberaram, por maioria absoluta dos votos, em observância às regras de votação previstas no Artigo 8º do Estatuto Social da Companhia: (i) aprovar a alteração da composição da Diretoria para 09 membros, com a criação da Diretoria de Suprimentos e Comércio Exterior, Vice-Presidência Sênior de Vendas Internacionais e Suprimentos e Vice-Presidência Sênior de Operações; (ii) aprovar a extinção dos cargos/Diretorias de Vice-Presidente de Marketing e Vendas Internacionais e Vice Presidência de Operações (iii) aprovar a eleição do Sr. Denis de Morais Pinhal, brasileiro, casado, administrador com ênfase em comércio exterior, portador da cédula de identidade RG nº 33.326.674-2 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 332.868.728-90, para o cargo de Diretor de Suprimentos e Comércio Exterior; aprovar a eleição do Sr. Fernando Salm, brasileiro, casado, jornalista, portador da Cédula de Identidade RG nº 27.199.033 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 287.388.248-41, para o cargo de Vice-Presidente Sênior de Vendas Internacionais e Suprimentos; e Marcos Manoel Lopes Junior, brasileiro, casado, engenheiro de produção, portador da Cédula de Identidade RG nº 44.199.937-2 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 229.287.648-52, para o cargo de Vice-Presidente Sênior de Operações, todos com mandato determinado; (iv) em virtude das eleições do Diretor de Suprimentos e Comércio Exterior, Vice-Presidente Sênior de Vendas Internacionais e Suprimentos e Vice-Presidente Sênior de Operações, aprovados pelos Acionistas, foram reeleitos e eleitos os membros da Diretoria Executiva da Companhia, por prazo determinado de 2 anos, de modo que a composição do órgão é a seguinte: 1. **Fabio Luiz Munhoz Mazzaro**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 20.540.262-8 SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 176.046.878-90, para o cargo de Presidente; 2. **Fernando Salm**, brasileiro, casado, jornalista, portador da Cédula de Identidade RG nº 27.199.033 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 287.388.248-41, para o cargo de Vice-Presidente Sênior de Vendas Internacionais e Suprimentos; 3. **Marcos Manoel Lopes**

Este documento foi assinado eletronicamente por Fabio Luiz Munhoz Mazzaro, Denis de Morais Pinhal, Paulo Ricardo Nascimento Gomes, BERNARDO SIMÕES BIRMANN, Fernando Salm, Adelar Garcia, Sandro Morais Nogueira, Marcos Manoel Lopes Junior, ROGERIO ROSATO e Oldemar Alves da Fonseca Junior. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://assinaturas.certisign.com.br> e utilize o código 97E0-244A-7D92-A4CC.

Este documento foi assinado eletronicamente por Fabio Luiz Munhoz Mazzaro, Denis de Morais Pinhal, Paulo Ricardo Nascimento Gomes, BERNARDO SIMÕES BIRMANN, Fernando Salm, Adelar Garcia, Sandro Morais Nogueira, Marcos Manoel Lopes Junior, ROGERIO ROSATO e Oldemar Alves da Fonseca Junior. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://assinaturas.certisign.com.br> e utilize o código 97E0-244A-7D92-A4CC.

JUCESP - SEDE

GUICHÊ

6 MAI 2025

PROTOCOLO

.....
Junior, brasileiro, casado, engenheiro de produção, portador da Cédula de Identidade RG nº 44.199.937-2 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 229.287.648-52, para o cargo de Vice-Presidente Sênior de Operações; **4. Paulo Ricardo Nascimento Gomes**, brasileiro, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 193350804 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 102.278.868-01, para o cargo de Diretor Comercial; **5. Sandro Morais Nogueira**, brasileiro, casado, economista, portador da cédula de identidade RG nº 10.094.714-24 SSP/RS, inscrito no CPF/MF sob o nº 299.288.420-00, para o cargo de Diretor Administrativo e Financeiro; **6. Adelar Garcia**, brasileiro, casado, engenheiro mecânico, portador da Cédula de Identidade RG nº 3051510588 SSP/RS, inscrito no CPF/MF sob o nº 551.375.630-72, para o cargo de Diretor de Unidade; **7. Rogério Rosato**, brasileiro, casado, químico, portador da cédula de identidade RG nº 17.387.205-0 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 108.226.298-60, para o cargo de Diretor Industrial; e **8. Oldemar Alves da Fonseca Junior**, brasileiro, casado, engenheiro de aplicação, portador da cédula de identidade RG nº 06.650.725-X SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 000.848.518-64, para o cargo de Diretor Técnico; **9. Denis de Morais Pinhal**, brasileiro, casado, administrador com ênfase em comércio exterior, portador da cédula de identidade RG nº 33.326.674-2 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 332.868.728-90, para o cargo de Diretor de Suprimentos e Comércio Exterior; todos domiciliados na Cidade de Ribeirão Pires, Estado de São Paulo, na Avenida Humberto de Campos, nº 3.220, Bairro Bocaina, CEP 09426-900, para um mandato até 21/02/2027; (v) foi aprovada por unanimidade a consolidação do Estatuto Social, conforme disposições do Anexo III, em virtude das alterações constantes nos itens (i), (ii), (iii) e (iv), as quais refletem nas alterações dos Artigos 9º e 10 do Estatuto Social para:

“Artigo 9 - A Companhia será administrada por uma Diretoria Executiva, composta de até 09 (nove) membros, Acionistas ou não, residentes no país, eleitos e empossados pela Assembleia Geral, com indicação dos respectivos cargos, com mandato de 02 (dois) anos, permitida a reeleição.

Artigo 10 - Os membros da Diretoria Executiva serão assim designados: 01 (um) Presidente, 01 (um) Vice-Presidente Sênior de Vendas Internacionais e Suprimentos, 01 (um) Vice-Presidente Sênior de Operações, 01 (um) Diretor Administrativo e Financeiro, 01 (um) Diretor Comercial, 01 (um) Diretor de Unidade, 01 (um) Diretor Técnico, 01 (um) Diretor Industrial, e 01 (um) Diretor de Suprimentos e Comércio Exterior.”

Encerramento e Lavratura da Ata: Nada mais havendo a ser tratado, o Sr. Presidente da Mesa ofereceu a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém se manifestou, declarou encerrados os trabalhos e suspensa a Assembleia pelo tempo necessário à lavratura desta Ata, a qual, reaberta a sessão, foi lida, aprovada e assinada por todos os presentes. Assinaturas: Fabio Luiz Munhoz Mazzaro, Presidente da Mesa; Sandro Morais Nogueira, Secretário da Mesa; Acionistas: CBC GLOBAL AMMUNITION LLC, representada por Sandro Morais Nogueira; e, Bernardo Simões Birmann.

“A presente ata é cópia fiel da mantida na sede da Companhia”

Ribeirão Pires, 25 de abril de 2025.

Fabio Luiz Munhoz Mazzaro
Presidente da Mesa

Sandro Morais Nogueira
Secretário da Mesa

Este documento foi assinado eletronicamente por Fabio Luiz Munhoz Mazzaro, Denis de Morais Pinhal, Paulo Ricardo Nascimento Gomes, BERNARDO SIMÕES BIRMANN, Fernando Salm, Adelar Garcia, Sandro Morais Nogueira, Marcos Manoel Lopes Junior, ROGERIO ROSATO e Oldemar Alves da Fonseca Junior. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://assinaturas.certisign.com.br> e utilize o código 97E0-244A-7D92-A4CC.

Este documento foi assinado eletronicamente por Fabio Luiz Munhoz Mazzaro, Denis de Morais Pinhal, Paulo Ricardo Nascimento Gomes, BERNARDO SIMÕES BIRMANN, Fernando Salm, Adelar Garcia, Sandro Morais Nogueira, Marcos Manoel Lopes Junior, ROGERIO ROSATO e Oldemar Alves da Fonseca Junior. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://assinaturas.certisign.com.br> e utilize o código 97E0-244A-7D92-A4CC.

9230UC
22 20 22



Certifico o registro sob o nº 172.271/25-3 em 22/05/2025 da empresa CIA. BRASILEIRA DE CARTUCHOS, NIRE nº 35300025083, protocolado sob o nº 2053379250. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 28/05/2025 por ALOIZIO EPIFANIO SOARES JUNIOR – Secretário Geral. Autenticação: 268165904. A JUCESP garante a autenticidade do registro e da Certidão de Inteiro Teor quando visualizado diretamente no portal www.jucesponline.sp.gov.br.

COMPANHIA BRASILEIRA DE CARTUCHOS

CNPJ/MF nº 57.494.031/0001-63
NIRE nº 35.300.025.083

Ata de Assembleia Geral Extraordinária
realizada em 25 de abril de 2025.

Anexo I

LISTA DE PRESENÇA DE ACIONISTAS

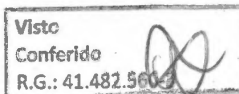
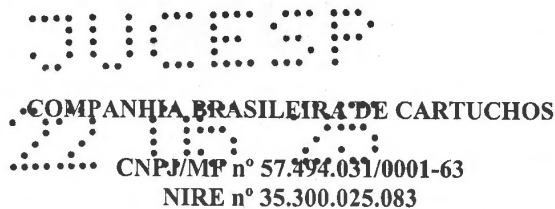
Nº DE ORDEM	ASSINATURA	NACIONALIDADE	DOMICÍLIO	Nº AÇÕES - ON	VOTOS EXERCIDOS (ON)	Nº AÇÕES - PN CLASSE A	Nº AÇÕES - PN CLASSE B
01	CBC GLOBAL AMMUNITION LLC p/p Sandro Morais Nogueira	Norte Americana	Orange Street, Wilmington 1209 – Delaware - New Castle/DF.	3.316.326	116.539	3.291.210	
02	BERNARDO SIMÕES BIRMANN	Brasileira	Rua Carlos Góis, 422, Bloco 02, Apto 705, Leblon, Rio de Janeiro/RJ. CPF/MF 099.054.297-19	174.810	174.810	-	
TOTAIS / PRESENTES				TOTAIS / PRESENTES TOTAL	3.491.136	291.349	3.291.210
TOTAL GERAL DE AÇÕES				TOTAL GERAL DE	3.511.600	-	3.510.980

Sandro Morais Nogueira
Secretário da Mesa

Visto
Conferido
R.G.: 41.482.560-3

Este documento foi assinado eletronicamente por Fabio Luiz Munhoz Mazzaro, Denis de Morais Pinhal, Paulo Ricardo Nascimento Gomes, BERNARDO SIMÕES BIRMANN, Fernando Salm, Adelar Garcia, Sandro Morais Nogueira, Marcos Manoel Lopes Junior, ROGERIO ROSATO e Oldemar Alves da Fonseca Junior.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://assinaturas.certsign.com.br> e utilize o código 97E0-244A-7D92-A4CC.

Este documento foi assinado eletronicamente por Fabio Luiz Munhoz Mazzaro, Denis de Morais Pinhal, Paulo Ricardo Nascimento Gomes, BERNARDO SIMÕES BIRMANN, Fernando Salm, Adelar Garcia, Sandro Morais Nogueira, Marcos Manoel Lopes Junior, ROGERIO ROSATO e Oldemar Alves da Fonseca Junior.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://assinaturas.certsign.com.br> e utilize o código 97E0-244A-7D92-A4CC.



Ata de Assembleia Geral Extraordinária
realizada em 25 de abril de 2025

Anexo II

TERMOS DE POSSE DE DIRETORES

Documentos na Próxima Página

Este documento foi assinado eletronicamente por Fabio Luiz Munhoz Mazzaro, Denis de Moraes Pinhal, Paulo Ricardo Nascimento Gomes, BERNARDO SIMÕES BIRMANN, Fernando Salm, Adelar Garcia, Sandro Moraes Nogueira, Marcos Manoel Lopes Junior, ROGERIO ROSATO e Oldemar Alves da Fonseca Junior.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://assinaturas.certisign.com.br> e utilize o código 97E0-244A-7D92-A4CC.

Este documento foi assinado eletronicamente por Fabio Luiz Munhoz Mazzaro, Denis de Moraes Pinhal, Paulo Ricardo Nascimento Gomes, BERNARDO SIMÕES BIRMANN, Fernando Salm, Adelar Garcia, Sandro Moraes Nogueira, Marcos Manoel Lopes Junior, ROGERIO ROSATO e Oldemar Alves da Fonseca Junior.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://assinaturas.certisign.com.br> e utilize o código 97E0-244A-7D92-A4CC.



COMPANHIA BRASILEIRA DE CARTUCHOS

CNPJ/MF nº 57.494.031/0001-63
NIRE nº 35.300.025.083

**Ata de Assembleia Geral Extraordinária
realizada em 25 de abril de 2025**

TERMO DE POSSE DE DIRETORES

DIRETOR INDUSTRIAL

Pelo presente Termo de Posse e nesta data, o Sr. **Rogério Rosato**, brasileiro, casado, químico, portador da cédula de identidade RG nº 17.387.205-0 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 108.226.298-60, domiciliado na Cidade de Ribeirão Pires, Estado de São Paulo, na Avenida Humberto de Campos, nº 3.220, Bairro Bocaina, CEP 09426-900, toma posse do cargo de Diretor Industrial da Diretoria Executiva da Companhia Brasileira de Cartuchos, para o qual foi reeleito na Assembleia Geral Extraordinária realizada nesta data, para um mandato até 25 de abril de 2027.

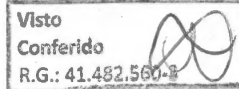
O Diretor Industrial da Diretoria Executiva eleito declara, sob as penas da lei, não estar impedido de exercer cargos administrativos por lei especial; em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob efeitos dela; em virtude de pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou em decorrência do cometimento de crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fê pública, ou a propriedade.

Ribeirão Pires, 25 de abril de 2025.

Rogério Rosato

Este documento foi assinado eletronicamente por Fabio Luiz Munhoz Mazzaro, Denis de Moraes Pinhal, Paulo Ricardo Nascimento Gomes, BERNARDO SIMÕES BIRMANN, Fernando Salm, Adelar Garcia, Sandro Moraes Nogueira, Marcos Manoel Lopes Junior, ROGERIO ROSATO e Oldemar Alves da Fonseca Junior. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://assinaturas.certsign.com.br> e utilize o código 97E0-244A-7D92-A4CC.

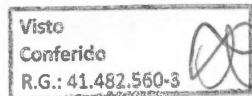
Este documento foi assinado eletronicamente por Fabio Luiz Munhoz Mazzaro, Denis de Moraes Pinhal, Paulo Ricardo Nascimento Gomes, BERNARDO SIMÕES BIRMANN, Fernando Salm, Adelar Garcia, Sandro Moraes Nogueira, Marcos Manoel Lopes Junior, ROGERIO ROSATO e Oldemar Alves da Fonseca Junior. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://assinaturas.certsign.com.br> e utilize o código 97E0-244A-7D92-A4CC.





COMPANHIA BRASILEIRA DE CARTUCHOS

CNPJ/MF nº 57.494.031/0001-63
NIRE nº 35.300.025.083



Ata de Assembleia Geral Extraordinária
realizada em 25 de abril de 2025

TERMO DE POSSE DE DIRETORES

DIRETOR TÉCNICO

Pelo presente Termo de Posse e nesta data, o Sr. **Oldemar Alves da Fonseca Junior**, brasileiro, casado, engenheiro de aplicação, portador da cédula de identidade RG nº 06.650.725-X SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 000.848.518-64, domiciliado na Cidade de Ribeirão Pires, Estado de São Paulo, na Avenida Humberto de Campos, nº 3.220, Bairro Bocaina, CEP 09426-900, toma posse do cargo de Diretor Técnico da Diretoria Executiva da Companhia Brasileira de Cartuchos, para o qual foi reeleito na Assembleia Geral Extraordinária realizada nesta data, para um mandato até **25 de abril de 2027**.

O Diretor Técnico da Diretoria Executiva eleito declara, sob as penas da lei, não estar impedido de exercer cargos administrativos por lei especial; em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob efeitos dela; em virtude de pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou em decorrência do cometimento de crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

Ribeirão Pires, 25 de abril de 2025.

Oldemar Alves da Fonseca Junior

Este documento foi assinado eletronicamente por Fabio Luiz Munhoz Mazzaro, Denis de Moraes Pinhal, Paulo Ricardo Nascimento Gomes, BERNARDO SIMÕES BIRMANN, Fernando Salm, Adelar Garcia, Sandro Moraes Nogueira, Marcos Manoel Lopes Junior, ROGERIO ROSATO e Oldemar Alves da Fonseca Junior.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://assinaturas.certsign.com.br> e utilize o código 97E0-244A-7D92-A4CC.

Este documento foi assinado eletronicamente por Fabio Luiz Munhoz Mazzaro, Denis de Moraes Pinhal, Paulo Ricardo Nascimento Gomes, BERNARDO SIMÕES BIRMANN, Fernando Salm, Adelar Garcia, Sandro Moraes Nogueira, Marcos Manoel Lopes Junior, ROGERIO ROSATO e Oldemar Alves da Fonseca Junior.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://assinaturas.certsign.com.br> e utilize o código 97E0-244A-7D92-A4CC.

JUCESP
COMPANHIA BRASILEIRA DE CARTUCHOS
CNPJ/MF nº 57.494.031/0001-63
NIRE nº 35.300.025.083



Ata de Assembleia Geral Extraordinária
realizada em 25 de abril de 2025

TERMO DE POSSE DE DIRETORES

PRESIDENTE

Pelo presente Termo de Posse e nesta data, o Sr. **Fabio Luiz Munhoz Mazzaro**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 20.540.262-8 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 176.046.878-90, domiciliado na Cidade de Ribeirão Pires, Estado de São Paulo, na Avenida Humberto de Campos, nº 3.220, Bairro Bocaina, CEP 09426-900, toma posse do cargo de Diretor Presidente da Diretoria Executiva da Companhia Brasileira de Cartuchos, para o qual foi reeleito na Assembleia Geral Extraordinária realizada nesta data, para um mandato até **25 de abril de 2027**.

O Diretor Presidente da Diretoria Executiva reeleito declara, sob as penas da lei, não estar impedido de exercer cargos administrativos por lei especial; em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob efeitos dela; em virtude de pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou em decorrência do cometimento de crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

Ribeirão Pires, 25 de abril de 2025.

Fabio Luiz Munhoz Mazzaro

Este documento foi assinado eletronicamente por Fabio Luiz Munhoz Mazzaro, Denis de Moraes Pinhal, Paulo Ricardo Nascimento Gomes, BERNARDO SIMÕES BIRMANN, Fernando Salm, Adelar Garcia, Sandro Moraes Nogueira, Marcos Manoel Lopes Junior, ROGERIO ROSATO e Oldemar Alves da Fonseca Junior. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://assinaturas.certisign.com.br> e utilize o código 97E0-244A-7D92-A4CC.

Este documento foi assinado eletronicamente por Fabio Luiz Munhoz Mazzaro, Denis de Moraes Pinhal, Paulo Ricardo Nascimento Gomes, BERNARDO SIMÕES BIRMANN, Fernando Salm, Adelar Garcia, Sandro Moraes Nogueira, Marcos Manoel Lopes Junior, ROGERIO ROSATO e Oldemar Alves da Fonseca Junior. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://assinaturas.certisign.com.br> e utilize o código 97E0-244A-7D92-A4CC.



COMPANHIA BRASILEIRA DE CARTUCHOS

CNPJ/MF nº 57.494.031/0001-63
NIRE nº 35.300.025.083

Ata de Assembleia Geral Extraordinária
realizada em 25 de abril de 2025.

TERMO DE POSSE DE DIRETORES

VICE-PRESIDENTE SÊNIOR DE VENDAS INTERNACIONAIS E SUPRIMENTOS

Pelo presente Termo de Posse e nesta data, o Sr. **Fernando Salm**, brasileiro, casado, jornalista, portador da Cédula de Identidade RG nº 27.199.033-8 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 287.388.248-41, domiciliado na Cidade de Ribeirão Pires, Estado de São Paulo, na Avenida Humberto de Campos, nº 3.220, Bairro Bocaina, CEP 09426-900, toma posse do cargo de Vice-Presidente Sênior de Vendas Internacionais e Suprimentos da Diretoria Executiva da Companhia Brasileira de Cartuchos, para o qual foi reeleito na Assembleia Geral Extraordinária realizada nesta data, para um mandato até **25 de abril de 2027**.

O Vice-Presidente Sênior de Vendas Internacionais e Suprimentos eleito declara, sob as penas da lei, não estar impedido de exercer cargos administrativos por lei especial; em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob efeitos dela; em virtude de pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou em decorrência do cometimento de crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

Ribeirão Pires, 25 de abril de 2025.

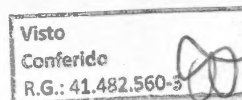
Fernando Salm

Este documento foi assinado eletronicamente por Fabio Luiz Munhoz Mazzaro, Denis de Moraes Pinhal, Paulo Ricardo Nascimento Gomes, BERNARDO SIMÕES BIRMANN, Fernando Salm, Adelar Garcia, Sandro Moraes Nogueira, Marcos Manoel Lopes Junior, ROGERIO ROSATO e Oldemar Alves da Fonseca Junior. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://assinaturas.certisign.com.br> e utilize o código 97E0-244A-7D92-A4CC.

Este documento foi assinado eletronicamente por Fabio Luiz Munhoz Mazzaro, Denis de Moraes Pinhal, Paulo Ricardo Nascimento Gomes, BERNARDO SIMÕES BIRMANN, Fernando Salm, Adelar Garcia, Sandro Moraes Nogueira, Marcos Manoel Lopes Junior, ROGERIO ROSATO e Oldemar Alves da Fonseca Junior. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://assinaturas.certisign.com.br> e utilize o código 97E0-244A-7D92-A4CC.



JUCESP
COMPANHIA BRASILEIRA DE CARTUCHOS
CNPJ/MF nº 57.494.031/0001-63
NIRE nº 35.300.025.083



Ata de Assembleia Geral Extraordinária
realizada em 25 de abril de 2025.

TERMO DE POSSE DE DIRETORES

DIRETOR COMERCIAL

Pelo presente Termo de Posse e nesta data, o Sr. **Paulo Ricardo Nascimento Gomes**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 193350804 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 102.278.868-01, domiciliado na Cidade de Ribeirão Pires, Estado de São Paulo, na Avenida Humberto de Campos, nº 3.220, Bairro Bocaina, CEP 09426-900, toma posse do cargo de Diretor Comercial da Diretoria Executiva da Companhia Brasileira de Cartuchos, para o qual foi eleito na Assembleia Geral Extraordinária realizada nesta data, para um mandato até **25 de abril de 2027**.

O Diretor Comercial ora reeleito declara, sob as penas da lei, não estar impedido de exercer cargos administrativos por lei especial; em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob efeitos dela; em virtude de pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou em decorrência do cometimento de crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

Ribeirão Pires, 25 de abril de 2025.

Paulo Ricardo Nascimento Gomes

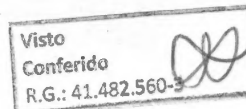
Este documento foi assinado eletronicamente por Fabio Luiz Munhoz Mazzaro, Denis de Moraes Pinhal, Paulo Ricardo Nascimento Gomes, BERNARDO SIMÕES BIRMANN, Fernando Salm, Adelar Garcia, Sandro Moraes Nogueira, Marcos Manoel Lopes Junior, ROGERIO ROSATO e Oldemar Alves da Fonseca Junior. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://assinaturas.certisign.com.br> e utilize o código 97E0-244A-7D92-A4CC.

Este documento foi assinado eletronicamente por Fabio Luiz Munhoz Mazzaro, Denis de Moraes Pinhal, Paulo Ricardo Nascimento Gomes, BERNARDO SIMÕES BIRMANN, Fernando Salm, Adelar Garcia, Sandro Moraes Nogueira, Marcos Manoel Lopes Junior, ROGERIO ROSATO e Oldemar Alves da Fonseca Junior. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://assinaturas.certisign.com.br> e utilize o código 97E0-244A-7D92-A4CC.



COMPANHIA BRASILEIRA DE CARTUCHOS

CNPJ/MF nº 57.494.031/0001-63
NIRE nº 35.300.025.083



Ata de Assembleia Geral Extraordinária
realizada em 25 de abril de 2025.

TERMO DE POSSE DE DIRETORES

DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO

Pelo presente Termo de Posse e nesta data, o Sr. **Sandro Morais Nogueira**, brasileiro, casado, economista, portador da Cédula de Identidade RG nº 10.094.714-24 SSP/RS, inscrito no CPF/MF sob o nº 299.288.420-00, domiciliado na Cidade de Ribeirão Pires, Estado de São Paulo, na Avenida Humberto de Campos, nº 3.220, Bairro Bocaina, CEP 09426-900, toma posse do cargo de Diretor Administrativo Financeiro da Diretoria Executiva da Companhia Brasileira de Cartuchos, para o qual foi reeleito na Assembleia Geral Extraordinária realizada nesta data, para um mandato até **25 de abril de 2027**.

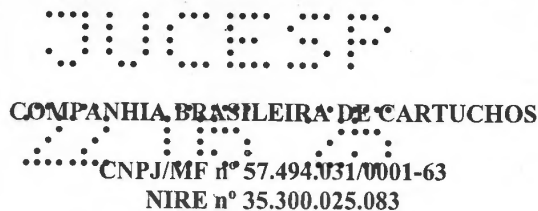
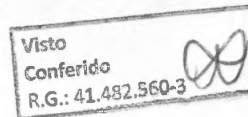
O Diretor Administrativo e Financeiro ora reeleito declara, sob as penas da lei, não estar impedido de exercer cargos administrativos por lei especial; em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob efeitos dela; em virtude de pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou em decorrência do cometimento de crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

Ribeirão Pires, 25 de abril de 2025.

Sandro Morais Nogueira

Este documento foi assinado eletronicamente por Fabio Luiz Munhoz Mazzaro, Denis de Moraes Pinhal, Paulo Ricardo Nascimento Gomes, BERNARDO SIMÕES BIRMANN, Fernando Salm, Adelar Garcia, Sandro Morais Nogueira, Marcos Manoel Lopes Junior, ROGERIO ROSATO e Oldemar Alves da Fonseca Junior.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://assinaturas.certisign.com.br> e utilize o código 97E0-244A-7D92-A4CC.

Este documento foi assinado eletronicamente por Fabio Luiz Munhoz Mazzaro, Denis de Moraes Pinhal, Paulo Ricardo Nascimento Gomes, BERNARDO SIMÕES BIRMANN, Fernando Salm, Adelar Garcia, Sandro Morais Nogueira, Marcos Manoel Lopes Junior, ROGERIO ROSATO e Oldemar Alves da Fonseca Junior.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://assinaturas.certisign.com.br> e utilize o código 97E0-244A-7D92-A4CC.



Ata de Assembleia Geral Extraordinária
realizada em 25 de abril de 2025.

TERMO DE POSSE DE DIRETORES

VICE-PRESIDENTE SÊNIOR DE OPERAÇÕES

Pelo presente Termo de Posse e nesta data, o Sr. **Marcos Manoel Lopes Junior**, brasileiro, casado, engenheiro de produção, portador da Cédula de Identidade RG nº 44.199.937-2 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 229.287.648-52, domiciliado na Cidade de Ribeirão Pires, Estado de São Paulo, na Avenida Humberto de Campos, nº 3.220, Bairro Bocaina, CEP 09426-900, toma posse do cargo de Vice-Presidente de Operações da Diretoria Executiva da Companhia Brasileira de Cartuchos, para o qual foi eleito na Assembleia Geral Extraordinária realizada nesta data, para um mandato até **25 de abril de 2027**.

O Vice-Presidente Sênior de Operações, ora eleito declara, sob as penas da lei, não estar impedido de exercer cargos administrativos por lei especial; em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob efeitos dela; em virtude de pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou em decorrência do cometimento de crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

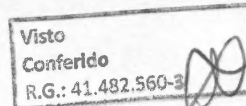
Ribeirão Pires, 25 de abril de 2025.

Marcos Manoel Lopes Junior

Este documento foi assinado eletronicamente por Fabio Luiz Munhoz Mazzaro, Denis de Moraes Pinhal, Paulo Ricardo Nascimento Gomes, BERNARDO SIMÕES BIRMANN, Fernando Salm, Adelar Garcia, Sandro Moraes Nogueira, Marcos Manoel Lopes Junior, ROGERIO ROSATO e Oldemar Alves da Fonseca Junior.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://assinaturas.certsign.com.br> e utilize o código 97E0-244A-7D92-A4CC.

Este documento foi assinado eletronicamente por Fabio Luiz Munhoz Mazzaro, Denis de Moraes Pinhal, Paulo Ricardo Nascimento Gomes, BERNARDO SIMÕES BIRMANN, Fernando Salm, Adelar Garcia, Sandro Moraes Nogueira, Marcos Manoel Lopes Junior, ROGERIO ROSATO e Oldemar Alves da Fonseca Junior.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://assinaturas.certsign.com.br> e utilize o código 97E0-244A-7D92-A4CC.

JUCESP
COMPANHIA BRASILEIRA DE CARTUCHOS
CNPJ/MF nº 57.494.031/0001-63
NIRE nº 35.300.025.083



**Ata de Assembleia Geral Extraordinária
realizada em 25 de abril de 2025.**

TERMO DE POSSE DE DIRETORES

DIRETOR DE UNIDADE

Pelo presente Termo de Posse e nesta data, o Sr. **Adelar Garcia**, brasileiro, casado, engenheiro mecânico, portador da Cédula de Identidade RG nº 3051510588 SSP/RS, inscrito no CPF/MF sob o nº 551.375.630-72, domiciliado na Cidade de Ribeirão Pires, Estado de São Paulo, na Avenida Humberto de Campos, nº 3.220, Bairro Bocaina, CEP 09426-900, toma posse do cargo de Diretor de Unidade da Diretoria Executiva da Companhia Brasileira de Cartuchos, para o qual foi reeleito na Assembleia Geral Extraordinária realizada nesta data, para um mandato até **25 de abril de 2027**.

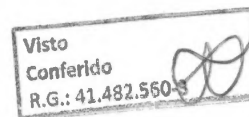
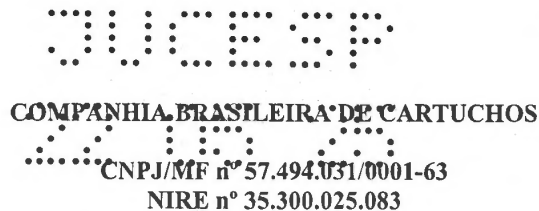
O Diretor de Unidade ora reeleito declara, sob as penas da lei, não estar impedido de exercer cargos administrativos por lei especial; em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob efeitos dela; em virtude de pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou em decorrência do cometimento de crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

Ribeirão Pires, 25 de abril de 2025.

Adelar Garcia

Este documento foi assinado eletronicamente por Fabio Luiz Munhoz Mazzaro, Denis de Moraes Pinhal, Paulo Ricardo Nascimento Gomes, BERNARDO SIMÕES BIRMANN, Fernando Salm, Adelar Garcia, Sandro Moraes Nogueira, Marcos Manoel Lopes Junior, ROGERIO ROSATO e Oldemar Alves da Fonseca Junior.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://assinaturas.certsign.com.br> e utilize o código 97E0-244A-7D92-A4CC.

Este documento foi assinado eletronicamente por Fabio Luiz Munhoz Mazzaro, Denis de Moraes Pinhal, Paulo Ricardo Nascimento Gomes, BERNARDO SIMÕES BIRMANN, Fernando Salm, Adelar Garcia, Sandro Moraes Nogueira, Marcos Manoel Lopes Junior, ROGERIO ROSATO e Oldemar Alves da Fonseca Junior.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://assinaturas.certsign.com.br> e utilize o código 97E0-244A-7D92-A4CC.



Ata de Assembleia Geral Extraordinária
realizada em 25 de abril de 2025.

TERMO DE POSSE DE DIRETORES

DIRETOR DE SUPRIMENTOS E COMÉRCIO EXTERIOR

Pelo presente Termo de Posse e nesta data, o Sr. **Denis de Moraes Pinhal**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG nº 33.326.674-2 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 332.868.728-90, domiciliado na Cidade de Ribeirão Pires, Estado de São Paulo, na Avenida Humberto de Campos, nº 3.220, Bairro Bocaina, CEP 09426-900, toma posse do cargo de Diretor de Suprimentos e Comércio Exterior da Diretoria Executiva da Companhia Brasileira de Cartuchos, para o qual foi reeleito na Assembleia Geral Extraordinária realizada nesta data, para um mandato até **25 de abril de 2027**.

O Diretor de Unidade ora eleito declara, sob as penas da lei, não estar impedido de exercer cargos administrativos por lei especial; em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob efeitos dela; em virtude de pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou em decorrência do cometimento de crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

Ribeirão Pires, 25 de abril de 2025.

Denis de Moraes Pinhal

Este documento foi assinado eletronicamente por Fabio Luiz Munhoz Mazzaro, Denis de Moraes Pinhal, Paulo Ricardo Nascimento Gomes, BERNARDO SIMÕES BIRMANN, Fernando Salm, Adelar Garcia, Sandro Moraes Nogueira, Marcos Manoel Lopes Junior, ROGERIO ROSATO e Oldemar Alves da Fonseca Junior. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://assinaturas.certisign.com.br> e utilize o código 97E0-244A-7D92-A4CC.

Este documento foi assinado eletronicamente por Fabio Luiz Munhoz Mazzaro, Denis de Moraes Pinhal, Paulo Ricardo Nascimento Gomes, BERNARDO SIMÕES BIRMANN, Fernando Salm, Adelar Garcia, Sandro Moraes Nogueira, Marcos Manoel Lopes Junior, ROGERIO ROSATO e Oldemar Alves da Fonseca Junior. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://assinaturas.certisign.com.br> e utilize o código 97E0-244A-7D92-A4CC.

JUCESP
COMPANHIA BRASILEIRA DE CARTUCHOS
CNPJ/MF nº 57.494.031/0001-63
NIRE nº 35.300.025.083

Visto
Conferido
R.G.: 41.482.560-3

**Ata de Assembleia Geral Extraordinária
realizada em 25 de abril de 2025.**

Anexo III

ESTATUTO SOCIAL

**CAPÍTULO I
DA DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E PRAZO**

Artigo 1º - COMPANHIA BRASILEIRA DE CARTUCHOS ("Companhia"), constituída em 21 de fevereiro de 1936 como sociedade anônima de capital aberto, com Estatuto Social devidamente registrado na JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO – JUCESP sob nº 10.684, em sessão de 21 de fevereiro de 1936, transformou-se, a partir de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de abril de 2008, em sociedade anônima de capital fechado, conforme Instrumento arquivado na JUCESP sob nº 194.791/08-7, em sessão de 20 de junho de 2008, regendo-se por este Estatuto e pelas leis que lhe forem aplicáveis.

Artigo 2º - A sede da Companhia está localizada na Cidade de Ribeirão Pires, Estado de São Paulo, na Avenida Humberto de Campos, nº 3220, Bairro Bocaina, CEP 09426-900, e o seu foro o da mesma Comarca, podendo, todavia, criar e extinguir, por deliberação da Diretoria Executiva, filiais, sucursais e outras dependências dentro e fora do país.

Parágrafo Único - A Companhia possui as seguintes filiais:

- a) Na cidade de Montenegro/RS, na Rodovia BR-470, nº 3133, Bairro Faxinal, Estado do Rio Grande do Sul, CEP: 92515-800, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 57.494.031/0010-54.
- b) Na cidade de Ribeirão Pires/SP, na Avenida Humberto de Campos, nº 3.259, Lote Área A, Bairro Bocaina, Estado de São Paulo, CEP: 09426-070, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 57.494.031/0006-78.
- c) Na cidade de Mauá/SP, na Avenida Papa João XXIII, 3.740, Galpão 1, Sítio Sertão, Subdivisão, Mauá, Estado de São Paulo, CEP: 09370-800, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 57.494.031/0008-30.

Artigo 3º - Constitui o objeto da Companhia:

- a) Fabricação, comércio e exportação de cartuchos e munições destinados à caça, defesa pessoal e prática de tiro ao alvo, para utilização em pistolas, revólveres, espingardas, e quaisquer outras armas de fogo, espoletas com qualquer espécie de explosivo, pólvora com ou sem fumaça, mechas e, em geral, todos os artigos e acessórios afins, usuais no ramo;
- b) Fabricação, comércio e exportação de cartuchos e munições destinados ao uso por Forças Armadas, Polícias Militares e Cíveis e milícias auxiliares, assim como todos os artigos, acessórios e materiais afins, usuais no ramo;

Este documento foi assinado eletronicamente por Fabio Luiz Munhoz Mazzaro, Denis de Moraes Pinhal, Paulo Ricardo Nascimento Gomes, BERNARDO SIMÕES BIRMANN, Fernando Salm, Adelar Garcia, Sandro Morais Nogueira, Marcos Manoel Lopes Junior, ROGERIO ROSATO e Oldemar Alves da Fonseca Junior. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://assinaturas.certisign.com.br> e utilize o código 97E0-244A-7D92-A4CC.

Este documento foi assinado eletronicamente por Fabio Luiz Munhoz Mazzaro, Denis de Moraes Pinhal, Paulo Ricardo Nascimento Gomes, BERNARDO SIMÕES BIRMANN, Fernando Salm, Adelar Garcia, Sandro Morais Nogueira, Marcos Manoel Lopes Junior, ROGERIO ROSATO e Oldemar Alves da Fonseca Junior. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://assinaturas.certisign.com.br> e utilize o código 97E0-244A-7D92-A4CC.

- c) Fabricação, comércio e exportação de espingardas de caça, defesa pessoal e prática de tiro ao alvo e quaisquer outras armas de fogo;
- d) Fabricação, comércio e exportação de máquinas e equipamentos, de artefatos e de laminados de metal em geral;
- e) Exportação e importação de quaisquer dos produtos mencionados nas alíneas "a" a "d", bem como a importação de qualquer um deles e das matérias primas que os compõem;
- f) Elaboração de projetos industriais para o desenvolvimento e produção de máquinas e equipamentos, destinados a uso próprio da Companhia no que tange ao fabrico de armas e munições;
- g) Prestação de serviços técnicos e administrativos para terceiros, relacionados à exploração do ramo de armas e munições;
- h) Fabricação e comércio de impressos relacionados à exploração do ramo de armas e munições;
- i) Comércio de ferramentas em geral, produtos náuticos de esporte, lazer, camping e equipamentos afins, bem como os de caça e seus acessórios;
- j) Fabricação, comércio e representação de coletes à prova de balas e algemas, bem como todos os artigos, acessórios e materiais afins, usuais no ramo;
- k) Fabricação e comércio de equipamentos de proteção individual – EPI;
- l) Desenvolvimento e comercialização de sistemas, softwares e equipamentos, voltados às soluções avançadas de segurança pública, bem como todos os artigos, acessórios e materiais afins, usuais no ramo;
- m) Fabricação, comércio e representação de produtos destinados ao controle de motins e distúrbios de ordem pública, bem como todos os artigos, acessórios e materiais afins, usuais no ramo;
- n) Realização de testes balísticos em produtos de terceiros;
- o) Prestação de serviços de manutenção e reparo em armas de fogo; e,
- p) Participação em outras sociedades, empresárias ou não, nacionais ou estrangeiras, como acionista ou sócia, bem como, controladora ou coligada.
- q) Comércio de máquinas e equipamentos para uso industrial, e de partes e peças.
- r) Fabricação de máquinas ferramenta, peças e acessórios.

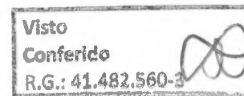
Artigo 4º - O prazo de duração da Companhia é por tempo indeterminado.

CAPÍTULO II DO CAPITAL SOCIAL E DAS AÇÕES

Artigo 5º - O capital social é de R\$ 210.396.193,39 (duzentos e dez milhões, trezentos e noventa e seis mil, cento e noventa e três reais e trinta e nove centavos), representado por

Este documento foi assinado eletronicamente por Fabio Luiz Munhoz Mazzaro, Denis de Moraes Pinhal, Paulo Ricardo Nascimento Gomes, BERNARDO SIMÕES BIRMANN, Fernando Salm, Adelar Garcia, Sandro Moraes Nogueira, Marcos Manoel Lopes Junior, ROGERIO ROSATO e Oldemar Alves da Fonseca Junior. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://assinaturas.certsign.com.br> e utilize o código 97E0-244A-7D92-A4CC.

Este documento foi assinado eletronicamente por Fabio Luiz Munhoz Mazzaro, Denis de Moraes Pinhal, Paulo Ricardo Nascimento Gomes, BERNARDO SIMÕES BIRMANN, Fernando Salm, Adelar Garcia, Sandro Moraes Nogueira, Marcos Manoel Lopes Junior, ROGERIO ROSATO e Oldemar Alves da Fonseca Junior. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://assinaturas.certsign.com.br> e utilize o código 97E0-244A-7D92-A4CC.



7.022.590 (sete milhões, vinte e duas mil e quinhentas e noventa) ações, sendo 3.511.600 (três milhões, quinhentas e onze mil e seiscentas) ações ordinárias, 3.510.980 (três milhões, quinhentas e dez mil e novecentas e oitenta) ações preferenciais Classe A e 10 (dez) ações preferenciais Classe B, todas nominativas, sem valor nominal.

Parágrafo 1º - Fica destacado do capital social, o valor de R\$ 2.981.035,31 (dois milhões, novecentos e oitenta e um mil, trinta e cinco reais e trinta e um centavos), para a filial situada em Montenegro/RS, Rodovia BR-470, nº 3133, Bairro Faxinal, CEP: 92515-800, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 57.494.031/0010-54 e inscrição estadual 078/0069463, com seus atos constitutivos registrados perante a Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul sob o NIRE 43.9.0071058-1.

Parágrafo 2º - Fica destacado do capital social, o valor de R\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais), para a filial situada na Avenida Humberto de Campos, nº 3.259, Lote Area A, Bairro Bocaina, Cidade de Ribeirão Pires, Estado de São Paulo, CEP: 09426-070, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 57.494.031/0006-78 e Inscrição Estadual nº 581.211.145.114, com seus atos constitutivos registrados perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo, sob o nº 228.449/22-4, NIRE 3590637346-7.

Parágrafo 3º - Fica destacado do capital social, o valor de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), para a filial situada na Avenida Papa João XXIII, 3.740, Galpão 1, Sítio Sertão, Subdivisão, Mauá, Estado de São Paulo, CEP: 09370-800, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 57.494.031/0008-30 e Inscrição Estadual nº 442.716.727.117, com seus atos constitutivos registrados perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo, sob o nº 466.189/23-0, NIRE 3590672895-8.

Artigo 6º - Os aumentos de capital da Companhia poderão compreender ações ordinárias e preferenciais ou somente uma espécie, sem guardar proporção entre as ações de cada espécie ou classe, observando-se, quanto às preferenciais, o limite máximo previsto em lei.

Artigo 7º - A Companhia poderá emitir títulos múltiplos de ações ou cautelas que as representem, desdobráveis a critério do respectivo acionista, facultado à Companhia cobrar os custos do serviço correspondente e, ainda, anexar cupões aos títulos.

Parágrafo 1º - Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais, as quais serão tomadas por maioria simples de votos, ressalvadas as exceções legais, não se computando os votos em branco. As ações ordinárias terão direitos assegurados no recebimento de dividendos na proporção mínima de 25% (vinte e cinco) por cento do lucro líquido da Companhia, proporcional à sua participação no capital e após as deduções previstas nos artigos 29 a 33 deste Estatuto.

Parágrafo 2º - As ações preferenciais Classe A, sem direito a voto, terão prioridade no reembolso de capital, sem direito a prêmio em caso de dissolução ou liquidação da Companhia, bem como terão direitos assegurados no recebimento de dividendos na proporção mínima de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido da Companhia proporcional à sua participação no capital e após as deduções previstas nos artigos 29 a 33 deste Estatuto.

Parágrafo 3º - As ações preferenciais Classe B, sem direito a voto, terão como preferência um dividendo fixo correspondente a 20% (vinte por cento) do lucro líquido da Companhia. As ações preferenciais Classe B serão resgatáveis, na forma do artigo 44, §6º, da Lei nº 6.404/76 e independentemente de aprovação por titulares das ações preferenciais Classe B, a partir da Assembleia Geral Ordinária que deliberar sobre o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

Este documento foi assinado eletronicamente por Fabio Luiz Munhoz Mazzaro, Denis de Moraes Pinhal, Paulo Ricardo Nascimento Gomes, BERNARDO SIMÕES BIRMANN, Fernando Salm, Adelar Garcia, Sandro Moraes Nogueira, Marcos Manoel Lopes Junior, ROGERIO ROSATO e Oldemar Alves da Fonseca Junior. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://assinaturas.certsign.com.br> e utilize o código 97E0-244A-7D92-A4CC.

Este documento foi assinado eletronicamente por Fabio Luiz Munhoz Mazzaro, Denis de Moraes Pinhal, Paulo Ricardo Nascimento Gomes, BERNARDO SIMÕES BIRMANN, Fernando Salm, Adelar Garcia, Sandro Moraes Nogueira, Marcos Manoel Lopes Junior, ROGERIO ROSATO e Oldemar Alves da Fonseca Junior. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://assinaturas.certsign.com.br> e utilize o código 97E0-244A-7D92-A4CC.

Artigo 8º - As ações representativas do capital social são indivisíveis perante a Companhia e cada ação ordinária corresponde a um voto nas deliberações sociais e serão representadas por certificados de unidade ou múltiplos de ações, observadas as demais disposições dos parágrafos deste artigo.

Parágrafo 1º - Os Acionistas Estrangeiros não poderão exercer em cada Assembleia Geral número de votos superior a 2/3 (dois terços) do total de votos que puderem ser exercidos pelos Acionistas Brasileiros presentes.

Parágrafo 2º - Para os fins do presente artigo, os termos abaixo indicados em letras maiúsculas terão o seguinte significado:

- a) "Acionistas Brasileiros" significa: (i) as pessoas naturais brasileiras, natas ou naturalizadas, residentes no Brasil ou no exterior; (ii) as pessoas jurídicas de direito privado organizadas em conformidade com a Lei brasileira que tenham no País a sede e a administração e que não tenham estrangeiros como acionista controlador, nem como sociedade controladora e sejam controladas, direta ou indiretamente, por uma ou mais pessoas naturais de que trata o item "i"; ou (iii) os fundos ou clubes de investimentos, organizados em conformidade com a Lei brasileira que tenham no País a sede e sua administração e cujos administradores ou condôminos, detentores da maioria de suas quotas, sejam pessoas que atendam ao disposto nos itens "i" e "ii"; e,
- b) "Acionistas Estrangeiros" significa as pessoas, naturais ou jurídicas, os fundos ou clubes de investimento e quaisquer outras entidades não compreendidas na definição de Acionistas Brasileiros, conforme alínea "a" acima.

Parágrafo 3º - Caberá ao Presidente da Assembleia Geral da Companhia zelar pela aplicação das regras previstas neste artigo e informar o número de votos que poderão ser exercidos por cada Acionista Estrangeiro e Acionista Brasileiro presentes.

Parágrafo 4º - Não serão computados em qualquer Assembleia Geral da Companhia os votos que excederem os limites fixados nos termos deste artigo.

Parágrafo 5º - Os certificados serão autenticados pela assinatura de 02 (dois) Diretores ou de 02 (dois) procuradores com poderes especiais.

Parágrafo 6º - Os certificados somente serão expedidos depois de integralizado o preço de emissão da ação; antes da integralização, a pedido e às expensas do Acionista, serão emitidas cautelas provisórias.

Parágrafo 7º - É facultada a substituição dos títulos simples de ações por títulos múltiplos e a conversão, a qualquer tempo, destes naqueles, cobrando-se do Acionista as despesas de custo do respectivo serviço.

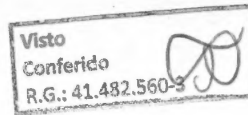
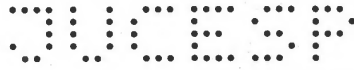
CAPÍTULO III DA ADMINISTRAÇÃO

Artigo 9 - A Companhia será administrada por uma Diretoria Executiva, composta de até 09 (nove) membros, Acionistas ou não, residentes no país, eleitos e empossados pela Assembleia Geral, com indicação dos respectivos cargos, com mandato de 02 (dois) anos, permitida a reeleição.

Artigo 10 - Os membros da Diretoria Executiva serão assim designados: 01 (um) Presidente, 01 (um) Vice-Presidente Sênior de Vendas Internacionais e Suprimentos, 01 (um) Vice-Presidente

Este documento foi assinado eletronicamente por Fabio Luiz Munhoz Mazzaro, Denis de Moraes Pinhal, Paulo Ricardo Nascimento Gomes, BERNARDO SIMÕES BIRMANN, Fernando Salm, Adelar Garcia, Sandro Morais Nogueira, Marcos Manoel Lopes Junior, ROGERIO ROSATO e Oldemar Alves da Fonseca Junior.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://assinaturas.certsign.com.br> e utilize o código 97E0-244A-7D92-A4CC.

Este documento foi assinado eletronicamente por Fabio Luiz Munhoz Mazzaro, Denis de Moraes Pinhal, Paulo Ricardo Nascimento Gomes, BERNARDO SIMÕES BIRMANN, Fernando Salm, Adelar Garcia, Sandro Morais Nogueira, Marcos Manoel Lopes Junior, ROGERIO ROSATO e Oldemar Alves da Fonseca Junior.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://assinaturas.certsign.com.br> e utilize o código 97E0-244A-7D92-A4CC.



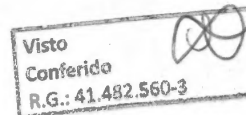
Sênior de Operações, 01 (um) Diretor Administrativo e Financeiro, 01 (um) Diretor Comercial, 01 (um) Diretor de Unidade, 01 (um) Diretor Técnico, 01 (um) Diretor Industrial, e 01 (um) Diretor de Suprimentos e Comércio Exterior.

Artigo 11 - A Diretoria Executiva faz a gestão da Companhia com plenos e amplos poderes, competindo-lhes, sempre em conjunto de dois membros da Diretoria Executiva, ou de um deles, em conjunto com um procurador “*ad negotia*” da Companhia, regularmente constituído nos termos do artigo 16 deste Estatuto, as seguintes atribuições, sem prejuízo das demais funções legais e estatutárias:

- a) Deliberar e fazer executar todas as providências que as circunstâncias e interesses sociais exigirem;
- b) Convocar Assembleias Gerais Extraordinárias quando necessário for, sem prejuízo deste mesmo direito a outra pessoa ou órgão da Companhia;
- c) Organizar anualmente as contas de sua gestão, o relatório, o balanço e demais demonstrativos econômico-financeiros que devam ser apresentados à Assembleia Geral;
- d) Criar e extinguir filiais, sucursais, agências, escritórios e representações da Companhia, em qualquer parte do País ou no Exterior;
- e) Decidir sobre demandas, transigências, acordos, desistências e confissões, que representem assunção de responsabilidade até o valor de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais);
- f) Indicar substitutos para vice-presidente ou diretor no caso de renúncia, vaga ou impedimento, devendo o nome ser ratificado pela Assembleia Geral;
- g) Movimentar contas de qualquer natureza, em qualquer banco ou estabelecimento de crédito, assinando cheques, cambiais, contratos e demais documentos, inclusive depositar e levantar valores, até o valor de R\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais), bem como, assinar títulos, duplicatas, letras de câmbio, notas promissórias, termos de responsabilidade e o que mais necessário for;
- h) Comprar e vender bens móveis, caucionar, empenhar e alienar fiduciariamente os bens móveis em garantia de operações de empréstimo ou financiamento, observado o disposto neste Estatuto;
- i) Autorizar a alienação de bens do ativo permanente, inclusive imóveis, destinados a constituição de ônus reais e a prestação de garantias e obrigações de terceiros, até o limite de valor de R\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais);
- j) Adquirir, alienar, ceder, contratar, onerar, vender, compromissar, permutar, arrendar, hipotecar ou gravar os bens imóveis pertencentes à Companhia ou aqueles integrantes ao seu ativo permanente, inclusive determinando os respectivos preços e condições, até o valor máximo de R\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais);
- k) Firmar contratos de garantia, sob qualquer modalidade, em qualquer valor, com finalidade exclusiva de assegurar a venda de produtos para clientes internacionais e / ou institucionais, inclusive para entregas futuras;
- l) Escolher e destituir auditores independentes;

Este documento foi assinado eletronicamente por Fabio Luiz Munhoz Mazzaro, Denis de Moraes Pinhal, Paulo Ricardo Nascimento Gomes, BERNARDO SIMÕES BIRMANN, Fernando Salm, Adelar Garcia, Sandro Morais Nogueira, Marcos Manoel Lopes Junior, ROGERIO ROSATO e Oldemar Alves da Fonseca Junior. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://assinaturas.certsign.com.br> e utilize o código 97E0-244A-7D92-A4CC.

Este documento foi assinado eletronicamente por Fabio Luiz Munhoz Mazzaro, Denis de Moraes Pinhal, Paulo Ricardo Nascimento Gomes, BERNARDO SIMÕES BIRMANN, Fernando Salm, Adelar Garcia, Sandro Morais Nogueira, Marcos Manoel Lopes Junior, ROGERIO ROSATO e Oldemar Alves da Fonseca Junior. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://assinaturas.certsign.com.br> e utilize o código 97E0-244A-7D92-A4CC.



- m) Celebrar contratos, acordos e transações comerciais, entre a Companhia e sociedades a ela coligadas ou por ela controladas;
- n) Constituir investimentos para instalação de filiais, sucursais, subsidiárias em qualquer parte do País ou no Exterior, podendo participar em outras sociedades, como acionista ou quotista;
- o) Fixar a orientação geral dos negócios da Companhia;
- p) Fixar a remuneração de cada um dos seus membros até o montante global aprovado pela Assembleia Geral.

Artigo 12 - É vedado à Diretoria Executiva:

- a) Contratar empréstimos ou financiamentos fora da rede bancária oficial ou privada, salvo se em condições de mercado;
- b) Praticar qualquer ato que dependa de prévia aprovação, decisão ou pronunciamento da Assembleia Geral, sem as mesmas.

Artigo 13 - Por proposta da Diretoria Executiva, será objeto de apreciação pela Assembleia Geral, conforme disposto neste Estatuto e na legislação aplicável, as seguintes matérias:

- a) Incorporação, fusão, cisão, dissolução ou liquidação, emissão de obrigações ou debêntures, recuperação judicial ou falência;
- b) A aquisição de ações de emissão da própria Companhia, para efeito de cancelamento ou permanência em Tesouraria e posterior alienação;
- c) Aumento de capital a ser integralizado em bens ou créditos em conta corrente;
- d) Reforma do Estatuto Social;
- e) Expansão e diversificação das atividades da Companhia;
- f) Contratos de qualquer natureza ou objeto, bem como quaisquer operações, à exceção de produtos fabricados pela Companhia, de valor superior a R\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais) e à exceção dos contratos de garantia, sob qualquer modalidade, em qualquer valor, com finalidade exclusiva de assegurar a venda de produtos para clientes internacionais e/ou institucionais, inclusive para entregas futuras; e,
- g) Destinação dos resultados sociais.

Artigo 14 - Todos os instrumentos e papeis, inclusive àqueles relativos ao giro bancário, contratos, bem como os demais que importem em assunção de responsabilidade ou obrigação para a Companhia, deverão conter, para a sua validade, assinaturas de dois membros da Diretoria Executiva sempre em conjunto, ou de um deles em conjunto com um procurador regularmente constituído, nos termos do artigo 16 deste Estatuto, respondendo estes perante a Companhia e/ou terceiros, pelos atos que praticar, contrários à lei e ao presente Estatuto, podendo inclusive, nomear procuradores, especificando lhes as funções e os prazos de seus mandatos.

Artigo 15 - Os membros da Diretoria Executiva e procuradores poderão, isoladamente, representar a Companhia perante as repartições públicas Federais, Estaduais, Municipais,

Este documento foi assinado eletronicamente por Fabio Luiz Munhoz Mazzaro, Denis de Moraes Pinhal, Paulo Ricardo Nascimento Gomes, BERNARDO SIMÕES BIRMANN, Fernando Salm, Adelar Garcia, Sandro Morais Nogueira, Marcos Manoel Lopes Junior, ROGERIO ROSATO e Oldemar Alves da Fonseca Junior. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://assinaturas.certsign.com.br> e utilize o código 97E0-244A-7D92-A4CC.

Este documento foi assinado eletronicamente por Fabio Luiz Munhoz Mazzaro, Denis de Moraes Pinhal, Paulo Ricardo Nascimento Gomes, BERNARDO SIMÕES BIRMANN, Fernando Salm, Adelar Garcia, Sandro Morais Nogueira, Marcos Manoel Lopes Junior, ROGERIO ROSATO e Oldemar Alves da Fonseca Junior. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://assinaturas.certsign.com.br> e utilize o código 97E0-244A-7D92-A4CC.

Autarquias e Repartições da Organização da Justiça Comum, Federal e do Trabalho, única e exclusivamente em assuntos relacionados com os deveres cíveis, fiscais, regulatórios, trabalhistas e previdenciários da Companhia.

Artigo 16 - A Companhia poderá constituir procuradores “*ad negotia*” e “*ad judicia*”, por instrumento público ou particular, expressamente declarando os poderes nos respectivos instrumentos de mandato e o seu prazo de validade, mediante representação de dois membros da Diretoria Executiva regularmente eleitos. O mandato judicial terá prazo indeterminado nos termos do Parágrafo Único do artigo 144 da Lei nº 6.404/76.

Artigo 17 - Ao Presidente compete supervisionar toda a atividade da Companhia, a manutenção dos negócios sociais, convocar e presidir reuniões da Diretoria Executiva, representar a Companhia ativa e passivamente em juízo ou fora dele, além de atribuir atividades aos Vice-Presidentes e Diretores.

Artigo 18 - Competem aos Vice-Presidentes e Diretores, as atribuições que lhe forem fixadas pelo Presidente.

Artigo 19 - A Diretoria Executiva, quando no efetivo exercício de suas funções, terá direito a uma remuneração que será fixada pela Assembleia Geral, podendo ditos valores serem modificados anualmente a critério de nova Assembleia Geral.

Artigo 20 - Os membros da Diretoria Executiva poderão ser destituídos a qualquer momento ou tempo, cujos cargos poderão permanecer vagos ou serem acumulados por outro diretor, a critério da Assembleia Geral. Em caso de renúncia, vaga ou destituição de qualquer de seus membros, a Diretoria Executiva poderá designar o seu substituto que exercerá o cargo interinamente, até a primeira reunião da Assembleia Geral, na qual poderá feita a escolha do substituto definitivo, que exercerá o cargo, por todo o tempo que restar ao mandato do membro substituído, ou poderá ser estabelecido em Assembleia Geral que o cargo permanecerá vago ou será acumulado por outro diretor. Ocorrendo impedimento temporário de Diretor ou de Vice-Presidente, a Diretoria Executiva ou Vice-Presidência funcionará com os membros remanescentes, designando o substituto do seu membro impedido.

Artigo 21 - A Diretoria Executiva, não usará o nome empresarial em negócios estranhos aos interesses da Companhia, nem em favor pessoal.

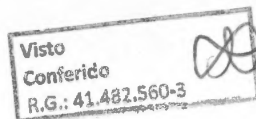
Parágrafo Único - A Diretoria Executiva poderá prestar avais, fianças, abonos, endossos de favor, contrair obrigações cambiais, obrigações contratuais que representem *hedge* para exposições decorrentes das operações da Companhia, ou outras, em favor de sociedades pertencentes ao mesmo grupo econômico ou, ainda, em favor de terceiros, desde que tais atos em favor de terceiros tenham sido autorizados e deliberados em Assembleia Geral de Acionistas, observada a exceção contida na alínea “f”, do Artigo 13, bem como onerar ou alienar bens móveis e imóveis da Companhia, nos termos definidos neste Estatuto. A prática de tais atos de forma diversa ao aqui definido é passível de nulidade, devendo o infrator pagar ainda à Companhia, os prejuízos que a esta causar ou forem causados.

CAPÍTULO IV DO CONSELHO FISCAL

Artigo 22 - O Conselho Fiscal da Companhia será composto de três (03) membros efetivos e igual número de suplentes, todos residentes no país e que somente será instalado por deliberação da Assembleia Geral, nos casos previstos no Parágrafo 2º do artigo 161, da Lei nº 6.404/76.

Este documento foi assinado eletronicamente por Fabio Luiz Munhoz Mazzaro, Denis de Moraes Pinhal, Paulo Ricardo Nascimento Gomes, BERNARDO SIMÕES BIRMANN, Fernando Salm, Adelar Garcia, Sandro Morais Nogueira, Marcos Manoel Lopes Junior, ROGERIO ROSATO e Oldemar Alves da Fonseca Junior. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://assinaturas.certisign.com.br> e utilize o código 97E0-244A-7D92-A4CC.

Este documento foi assinado eletronicamente por Fabio Luiz Munhoz Mazzaro, Denis de Moraes Pinhal, Paulo Ricardo Nascimento Gomes, BERNARDO SIMÕES BIRMANN, Fernando Salm, Adelar Garcia, Sandro Morais Nogueira, Marcos Manoel Lopes Junior, ROGERIO ROSATO e Oldemar Alves da Fonseca Junior. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://assinaturas.certisign.com.br> e utilize o código 97E0-244A-7D92-A4CC.



Parágrafo Único - Os membros suplentes do Conselho Fiscal substituirão os efetivos pela ordem dos nomes consignados na Ata de sua eleição.

Artigo 23 - O Conselho Fiscal tem as atribuições e poderes que a lei lhe confere.

CAPÍTULO V DA ASSEMBLEIA GERAL

Artigo 24 - A Assembleia Geral é a reunião dos Acionistas, convocada e instalada segundo determinam a lei e este Estatuto, a fim de resolver e deliberar sobre a matéria de interesse social.

Parágrafo Único - A Assembleia Geral reunir-se-á:

- (i) Ordinariamente nos quatro primeiros meses, depois de findo o exercício social para:
 - (a) Tomar as contas da Diretoria Executiva, discutir e votar as demonstrações financeiras;
 - (b) Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição dos dividendos;
 - (c) Eleger os membros da Diretoria Executiva nas épocas próprias.
- (ii) Extraordinariamente, em qualquer época, observado o que determina este Estatuto Social, e, sempre que os interesses sociais exigirem o pronunciamento dos Acionistas.

Artigo 25 - O Presidente da Assembleia será o Acionista ou o membro da Diretoria Executiva que for aclamado. Para compor a mesa que dirigirá os trabalhos da Assembleia, o Presidente convocará um dos Acionistas, Diretores, Vice-Presidentes ou advogado entre os presentes, para servir de Secretário.

Artigo 26 - Só poderão tomar parte nas Assembleias Gerais, os Acionistas cujas ações estejam inscritas em seu nome, no livro próprio até três dias antes da data marcada para a realização da Assembleia.

Artigo 27 - Os Acionistas poderão fazer-se representar nas Assembleias Gerais por mandatários legais ou procuradores expressamente constituídos, na forma da legislação vigente.

Artigo 28 - Ressalvadas as previsões de “quorum” contidas na legislação vigente, as decisões da Assembleia Geral serão tomadas por maioria simples de votos, não se computando os votos em branco.

CAPÍTULO VI DO EXERCÍCIO SOCIAL E DA DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS

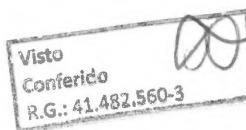
Artigo 29 - No fim de cada exercício social, que se encerrará em 31 de dezembro de cada ano, proceder-se-á ao levantamento do balanço patrimonial e demais demonstrações econômico financeiras, na forma da lei, para verificação dos lucros ou prejuízos durante o exercício.

Artigo 30 - Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados, se houver, e a previsão para o imposto de renda.

Artigo 31 - Realizadas as deduções do artigo 30, poderá ser destacado montante não superior a 10% (dez por cento) dos lucros remanescentes, destinados às participações da Diretoria Executiva, Gerentes e Supervisores da Companhia a título de gratificação, obedecidas às disposições constantes do Parágrafo 1º, do artigo 152, da Lei nº 6.404/76. Exclui-se desta

Este documento foi assinado eletronicamente por Fabio Luiz Munhoz Mazzaro, Denis de Moraes Pinhal, Paulo Ricardo Nascimento Gomes, BERNARDO SIMÕES BIRMANN, Fernando Salm, Adelar Garcia, Sandro Moraes Nogueira, Marcos Manoel Lopes Junior, ROGERIO ROSATO e Oldemar Alves da Fonseca Junior. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://assinaturas.certsign.com.br> e utilize o código 97E0-244A-7D92-A4CC.

Este documento foi assinado eletronicamente por Fabio Luiz Munhoz Mazzaro, Denis de Moraes Pinhal, Paulo Ricardo Nascimento Gomes, BERNARDO SIMÕES BIRMANN, Fernando Salm, Adelar Garcia, Sandro Moraes Nogueira, Marcos Manoel Lopes Junior, ROGERIO ROSATO e Oldemar Alves da Fonseca Junior. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://assinaturas.certsign.com.br> e utilize o código 97E0-244A-7D92-A4CC.



gratificação todos os demais empregados da Companhia, abrangidos pelo programa de participação no lucro ou resultado, previsto na Lei nº 10.191/00.

Parágrafo 1º - A participação atribuída aos Administradores, nos termos deste Artigo, será fixada por deliberação em Assembleia Geral.

Parágrafo 2º - Os Administradores da Companhia somente farão jus à participação nos lucros do exercício social, quando for atribuído aos Acionistas o dividendo obrigatório de que trata a alínea “e” do Artigo 32.

Artigo 32 - Os lucros líquidos restantes que forem apurados, já deduzidos as depreciações, fundos permitidos em lei e demais disposições legais e estatutárias, serão distribuídos da seguinte forma:

- a) 5% (cinco por cento) para constituição da reserva legal destinada a assegurar a integridade do capital social até atingir 20% (vinte por cento) deste, ocasião em que cessará a dedução, verba essa que poderá ser utilizada para aumento do capital;
- b) Importância necessária calculada pela Diretoria Executiva, para constituição de provisão para pagamento do imposto de renda;
- c) Importância destinada à formação de reservas para investimentos;
- d) Lucros a realizar, transferidos para a respectiva reserva de lucros anteriormente registrados nessa reserva, que tenham sido realizados;
- e) O limite mínimo de 25% (vinte e cinco por cento) dos lucros líquidos que forem apurados no exercício, para distribuição sob forma de dividendos mínimos aos Acionistas, valores estes que deverão ser fixados pela Assembleia, distribuídos dentro do exercício e pagos no prazo e forma que for deliberado em Assembleia Geral, não sendo inferior à proporcionalidade de cada Acionista no capital social. São imputados ao dividendo mínimo obrigatório os pagamentos de juros sobre o capital próprio, efetuado de acordo com a Lei nº 9.249/95;
- f) O saldo, se houver, terá a destinação determinada pela Assembleia Geral, observada as previsões legais.

Artigo 33 - A critério da Diretoria Executiva poderão ser levantados balanços extraordinários ou balancetes mensais, ficando facultada neste caso, a distribuição de dividendos antecipados à conta de:

- a) Lucros apurados em balanço intermediário;
- b) Lucros acumulados ou reservas de lucros existentes no último balanço anual ou intermediário, conforme autorização contida no artigo 204, da Lei nº 6.404/76.

CAPÍTULO VII DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 34 - A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei, competindo à Assembleia Geral determinar o modo de liquidação, escolher o liquidante e eleger o Conselho Fiscal, que deverá funcionar durante o período da liquidação.

Este documento foi assinado eletronicamente por Fabio Luiz Munhoz Mazzaro, Denis de Moraes Pinhal, Paulo Ricardo Nascimento Gomes, BERNARDO SIMÕES BIRMANN, Fernando Salm, Adelar Garcia, Sandro Morais Nogueira, Marcos Manoel Lopes Junior, ROGERIO ROSATO e Oldemar Alves da Fonseca Junior. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://assinaturas.certisign.com.br> e utilize o código 97E0-244A-7D92-A4CC.

Este documento foi assinado eletronicamente por Fabio Luiz Munhoz Mazzaro, Denis de Moraes Pinhal, Paulo Ricardo Nascimento Gomes, BERNARDO SIMÕES BIRMANN, Fernando Salm, Adelar Garcia, Sandro Morais Nogueira, Marcos Manoel Lopes Junior, ROGERIO ROSATO e Oldemar Alves da Fonseca Junior. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://assinaturas.certisign.com.br> e utilize o código 97E0-244A-7D92-A4CC.



JUCESP

Artigo 35 - Em tudo quanto for omissso este Estatuto, a Companhia reger-se-á pelas disposições legais que forem aplicáveis a cada caso concreto.

Artigo 36 - Para todas as questões resultantes do presente Contrato que não comportem solução amigável, fica eleito, desde já, o Foro da cidade de Ribeirão Pires, Estado de São Paulo, com a expressa exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, independentemente, mesmo, do domicílio, da residência ou do estabelecimento dos contratantes, para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste Estatuto.

Ribeirão Pires, 25 de abril de 2025.

Sandro Morais Nogueira
Secretário da Mesa

Este documento foi assinado eletronicamente por Fabio Luiz Munhoz Mazzaro, Denis de Moraes Pinhal, Paulo Ricardo Nascimento Gomes, BERNARDO SIMÕES BIRMANN, Fernando Salm, Adelar Garcia, Sandro Morais Nogueira, Marcos Manoel Lopes Junior, ROGERIO ROSATO e Oldemar Alves da Fonseca Junior. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://assinaturas.certsign.com.br> e utilize o código 97E0-244A-7D92-A4CC.

Este documento foi assinado eletronicamente por Fabio Luiz Munhoz Mazzaro, Denis de Moraes Pinhal, Paulo Ricardo Nascimento Gomes, BERNARDO SIMÕES BIRMANN, Fernando Salm, Adelar Garcia, Sandro Morais Nogueira, Marcos Manoel Lopes Junior, ROGERIO ROSATO e Oldemar Alves da Fonseca Junior. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://assinaturas.certsign.com.br> e utilize o código 97E0-244A-7D92-A4CC.

PUBLICIDADE LEGAL

Agropecuária Nametalla Rezek Ltda.

CNPJ/MF nº 01.465.449/0001.98

Edital de Convocação de Reunião de Sócios

Araçatuba/SP, 17 de abril de 2025. Aos sócios da **Agropecuária Nametalla Rezek Ltda.**, sociedade simples, com sede na Rua Floriano Peixoto, nº 120, sala 71, Centro, Araçatuba, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob nº 01.465.449/0001-98 e com seus atos constitutivos registrados no Registro Civil de Pessoa Jurídica de Araçatuba, Estado de São Paulo, convocamos os demais sócios para a realização de Reunião de Sócios a ser realizada presencialmente, na sede da empresa, no dia 30 de abril de 2025 às 09:00 (nove) horas, em primeira convocação, com a presença de sócios que representem ao menos 3/4 (três quartos) do capital social da Sociedade e, às 09:30 (nove e meia) horas, em segunda convocação, com qualquer número de sócios, para tratarmos da seguinte ordem do dia: (a) Tomar as contas dos administradores, discutir e votar as demonstrações financeiras, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024; (b) Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de lucros aos sócios, sem prejuízo, e fixar a remuneração dos administradores. Ressalta-se que, conforme previsto no § 5º do artigo 1.002 do Código Civil, aplicável supletivamente à sociedade, as deliberações tomadas nesta reunião vinculam todos os sócios, ainda que ausentes ou dissidentes, deliberando-se a ordem do dia pela maioria absoluta dos Sócios com direito de voto. Sendo o que tínhamos para o momento. Atenciosamente, **Eduardo Pedrosa Rezek** – Administrador; **Roselidia Pedrosa Rezek** – Administradora. (17, 22 e 23/04/2025)

Companhia Brasileira de Cartuchos

CNPJ/MF nº 57.494.031/0001.63 – NIRE 35.300.025.083

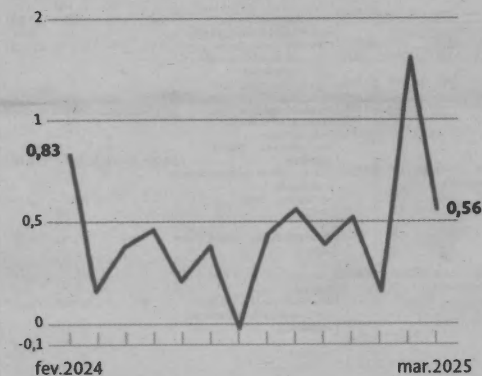
Edital de Convocação de Assembleia Geral Extraordinária

São convocados os acionistas da Companhia Brasileira de Cartuchos, na forma da lei, a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada às 8:00 horas do dia 25/04/2025, na Av. Humberto de Campos, 3220, Bairro Bocaina, CEP 09426-900, na cidade de Ribeirão Preto, estado de São Paulo, a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: (a) a extinção dos cargos/Diretorias de Vice-Presidente de Marketing e Vendas Internacionais e Vice Presidência de Operações; (b) a criação dos cargos/Diretorias Vice-Presidente Sênior de Operações, Vice-Presidente Sênior de Vendas Internacionais e Suprimentos e Diretor de Suprimentos e Comércio Exterior; (c) as eleições do Vice-Presidente Sênior de Operações, Vice-Presidente Sênior de Vendas Internacionais e Suprimentos e Diretor de Suprimentos e Comércio Exterior; (d) reeleição da Diretoria Executiva, para o mandato de 2 anos, para fins de representação da companhia; e (e) outros assuntos de interesse social. Ribeirão Preto, 17/04/2025. **Fabio Luiz Munhoz Mazzaro** – Diretor Presidente; **Sandro Morais Nogueira** – Diretor Administrativo e Financeiro. (17, 18 e 23/04/2025)

Puxada por alimentos, inflação segue acima da meta

IPCA mensal

Variação em %



IPCA no acumulado de 12 meses

Variação, em %

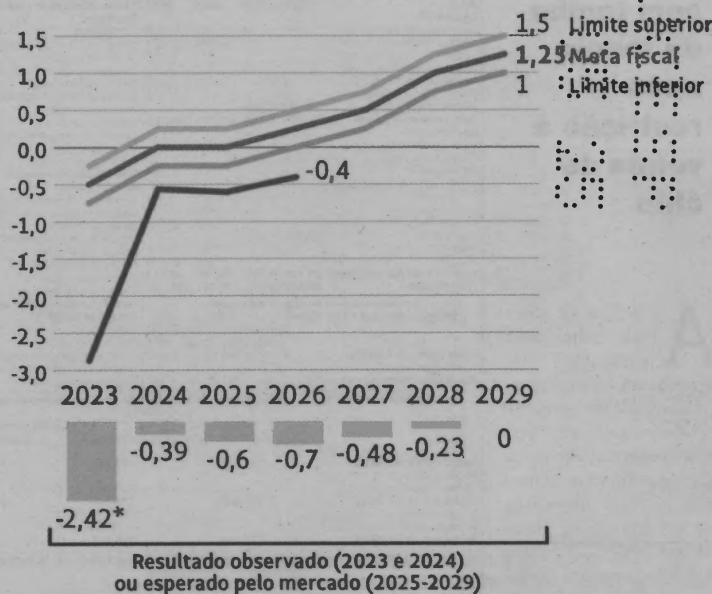


*Em 2025, a meta de inflação abandona o ano-calendário (janeiro a dezembro) e passa a ser contínua
Fontes: IBGE e BC

Metas fiscais por ano

Em % do PIB

■ Limite inferior descontando precatórios e outras exceções



*Resultado medido pelo Banco Central para as contas do governo central (Tesouro Nacional, Previdência Social e BC)

Despesas discricionárias

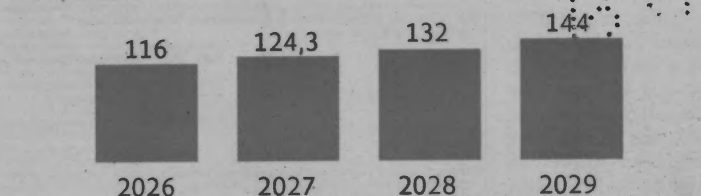
Em R\$ bilhões*



*Gastos com custeio e investimentos têm forte redução com cenário de reinclusão dos precatórios sob o limite de gastos

Valor total projetado para sentenças judiciais

Em R\$ bilhões



Fontes: Ministérios da Fazenda e do Planejamento e Banco Central

PS Publicidade

Caravelas Negócios Imobiliários S.A.

CNPJ/MF nº 13.019.760/0001-92 – NIRE 35.300.386.817

Edital de Convocação – Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária
Ficam convocados os Srs. Acionistas a comparecerem à Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Sociedade, a ser realizada na sede social, à Avenida Presidente Altino, 603, em São Paulo/SP, no dia 30 de abril de 2025, às 9:30 horas, a fim de deliberarem sobre seguinte Ordem do Dia: (I) Tornar conhecimento do Relatório da Administração, examinar e deliberar sobre as contas da Diretoria, o balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; (II) Eleger os membros do Conselho de Administração para o biênio 2025/2026; e (III) Fixar a remuneração global anual da administração. São Paulo, 27 de abril de 2025.
Angela Martins Guldó Rios – Presidente do Conselho de Administração (17, 18 e 23/04/2025)

Companhia Brasileira de Cartuchos

CNPJ/MF nº 57.494.031/0001-63 – NIRE 35.300.025.083

Edital de Convocação de Assembleia Geral Extraordinária
São convocados os acionistas da Companhia Brasileira de Cartuchos, na forma da lei, a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada às 8:00 horas do dia 25/04/2025, na Av. Humberto de Campos, 3220, Barro Bocaina, CEP 09426-900, na cidade de Ribeirão Preto, estado de São Paulo, a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: (a) a extinção dos cargos/Diretorias de Vice-Presidente de Marketing e Vendas Internacionais e Vice-Presidência de Operações; (b) a criação dos cargos/Diretorias Vice-Presidente Sênior de Operações, Vice-Presidente Sênior de Vendas Internacionais e Suprimentos e Diretor de Suprimentos e Comércio Exterior; (c) as eleições do Vice-Presidente Sênior de Operações, Vice-Presidente Sênior de Vendas Internacionais e Suprimentos e Diretor de Suprimentos e Comércio Exterior; (d) reeleição da Diretoria Executiva, para o mandato de 2 anos, para fins de representação da companhia; e (e) outros assuntos de interesse social. Ribeirão Preto, 17/04/2025. **Fabio Luiz Munhoz Mazzaro – Diretor Presidente; Sandro Moraes Nogueira – Diretor Administrativo e Financeiro.** (17, 18 e 23/04/2025)

Zarpo Viagens S/A

CNPJ/MF nº 13.371.407/0001-77 – NIRE 35.300.445.589

Ata da Assembleia Geral Ordinária realizada em 3 de abril de 2025
Data, Hora e Local: Em 3 de abril de 2025, às 12:00 horas, na sede social da Zarpo Viagens S.A. ("Companhia"), na Avenida Itirapina, nº 104, Conjuntos 93 e 94, República, CEP 01046-010, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. A assembleia geral foi também realizada por meio de videoconferência. **Convocação e Presença:** Dispensada a convocação prévia, tendo em vista a presença da totalidade dos acionistas da Companhia, nos termos do Artigo 11, § 2º, do Estatuto Social da Companhia, e do Artigo 124, § 4º, da Lei nº 6.404/76 ("Lei das S.A."), conforme assinaturas da Lista de Presença que integra esta ata como Anexo A e apostas no Livro de Presença dos Acionistas. **Composição da Mesa:** Escolhido para presidir os trabalhos o Sr. **Daniel Rudy Topper**, que convidou o Sr. **Renato Marques Ramalho** para secretariar os trabalhos. **Ordem do Dia:** Deliberar sobre (I) as contas dos administradores, examinando, discutindo e votando acerca das demonstrações financeiras; (II) a destinação do lucro líquido do exercício findo em 2024 e a distribuição de dividendos; e (III) a remuneração global anual dos órgãos de administração da Companhia. **Deliberações:** Instalada a Assembleia, a administração da Companhia, representada pelo Diretor **Daniel Rudy Topper**, apresentou um resumo sobre as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 tendo sido disponibilizada ainda aos acionistas uma visão detalhada da posição de caixa da Companhia, bem como das suas projeções financeiras para o ano 2025. Referidos documentos e informações foram enviados aos acionistas e colocados à disposição para consulta na sede social da Companhia. Após a apresentação da Diretoria, foram colocadas em discussão as matérias da ordem do dia e os Acionistas presentes deliberaram, por unanimidade, sem quaisquer ressalvas, reservas ou restrições: (I) aprovar as contas dos administradores e demonstrações financeiras, relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2024; (II) tendo sido apurado prejuízo no exercício social findo em 31/12/2024, considerando a existência de prejuízos acumulados de exercícios anteriores, e não havendo de que se deliberar a respeito da distribuição de lucros, aprovar a não distribuição de dividendos; e (III) aprovar a fixação da remuneração global dos órgãos de administração, para o exercício de 2024, que será de até R\$ 3.500.000, sem alteração comparando com o ano anterior. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foram suspensos os trabalhos pelo tempo necessário à lavatura desta ata no livro próprio. Reaberta a sessão, foi esta ata lida, aprovada e assinada por todos os acionistas presentes. **Mesa:** Daniel Rudy Topper – Presidente e Renato Marques Ramalho – Secretário. **Acionistas Presentes:** Bancorbrás Empreendimentos e Participações S.A. e W7B2 Holding S.A. Cópia fiel lavrada em livro próprio. São Paulo, 3 de abril de 2025. **Daniel Rudy Topper – Presidente; Renato Marques Ramalho – Secretário.** Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certidão de registro sob o nº 133.068/25-O em 14/04/2025. Aloizio Epifanio Soares Junior – Secretário Geral em Exercício.

Publique no Data Mercantil!**A decisão certa em todos os momentos.**

Acesse nosso site pelo link abaixo ou apontando a câmera do seu celular no QRcode ao lado.

☎ Contato: (11) 3361-8833

✉ Orçamentos: comercial@datamercantil.com.br**DATA MERCANTIL** São Paulo

Documento assinado e certificado digitalmente
Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 17/04/2025

Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



PUBLICIDADE LEGAL

VR Editora S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS			DEMONSTRAÇÃO DE MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO			DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA		
ATIVO	2023	2024	2023	2024	2024	2023	2024	2024
Circulante	29.482.502	32.971.539	Saldo inicial do período	22.718.144	Fluxo de caixa originários de atividades operacionais			
Caixa/bancos	66.685	788.327	Reservas de capital	2.377.711	Valores recebidos de clientes	41.991.026		
Aplicações financeiras	725.616	-	Resultado líquido do exercício	1.087.200	Valores recebidos a títulos de juros	14.916		
Clientes	10.159.694	11.160.693	Proposta da administração p/ destinação do lucro	1.087.200	(-) Pagamentos a fornecedores	15.760.564		
Adiantamentos diversos	12.470.747	41.220.778	Transferências para reservas	-	(-) Pagamentos de despesas operacionais	838.920		
Estoque	13.021.757	16.894.150	Reserva de lucros	-	(-) Pagamentos de salários a colaboradores	2.077.101		
Impostos a recuperar	2.104	2.104	Dividendos e lucros a distribuir	1.087.200	(-) Pagamentos de juros	25.830		
Despesas a apropriar	5.902	4.298	Dividendos e lucros a distribuir	1.087.200	Disponibil. liquidas geradas nas ativid. operacionais	23.303.326		
Realizável a longo prazo	207.130	202.572	Ajustes de avaliação patrimonial	-	Fluxo de caixa originários de atividades de investimentos			
Não Circulante	593.890	655.965	Saldo final do período	24.008.655	Recebimentos por vendas de ativo inv./Imob./Intang.	63.000		
Ativo permanente	386.760	493.309			(-) Compras de imobilizado	218.361		
Imobilizado	2.099.323	2.273.944			Disponibil. liquidas geradas ativid. de investimentos	(155.361)		
Depreciação amortização acumulada	(1.712.563)	(1.820.551)			Fluxo de caixa originários de atividades de financiamentos			
Total do ativo	30.076.392	33.627.504			(-) Pagamentos de lucros e dividendos	1.087.200		
					(-) Pagamentos de empréstimos/debêntures	95.238		
PASSIVO	3.758.248	9.618.649	DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	2023	2024	2023	2024	2024
Fornecedores nacionais / internacionais	3.610.100	5.393.694	Receita operacional bruta	36.782.909	37.977.025	Fluxo de caixa originários de atividades de financiamentos		
Adiantamentos clientes	573.138	574.731	Receita de vendas	36.202.013	37.499.029	(-) Pagamentos de lucros e dividendos	1.087.200	
Obrigações sociais	332.462	350.034	Receita de serviços	456.896	517.996	(-) Pagamentos de empréstimos/debêntures	95.238	
Provisões trabalhistas	370.069	399.161	Deduções da receita bruta	(2.490.157)	(635.138)	Disponibilidades líquidas geradas atividades de		
Obrigações tributárias	1.437.641	519.378	Res. Vendas canceladas	(2.451.867)	(576.264)	Financiamentos	(1.182.438)	
Royalties a pagar	1.863.915	2.323.108	Receita não operacional bruta	-	(63.000)	Aumento (redução) nas disponibilidades	21.965.527	
Outras contas a pagar	75.684	58.744	Receita operacional líquida	34.292.752	37.878.887	Disponibilidades no início do período	792.301	
Empréstimos e financiamentos	95.238	-	Custo dos produtos vendidos	606.399	850.328	Disponibilidades no final do período	788.327	
Passivo não circulante	22.718.144	24.008.655	Lucro bruto	20.567.178	22.232.118	Variação da disponibilidades	(3.975)	
Patrimônio líquido	50.000	50.000	Despesas operacionais	16.623.939	19.008.437			
Capital subscrito	21.225.587	22.985.582	Administrativas	10.900.212	12.112.388			
Reservas	1.404.637	(1.404.637)	Depreciação / amortização	155.550	105.788			
Prejuízos acumulados	2.847.195	2.377.711	Resultado operacional financeiro	64.861	75.246			
Resultado do exercício	30.076.392	33.627.504	Lucro (prejuízo) operacional	3.943.240	3.223.682			
Total do passivo	30.076.392	33.627.504	Provisão para IRPJ e CSLL	1.096.044	845.971			
			Lucro/prejuízo líquido do exercício	2.847.195	2.377.711			

1. Contexto Operacional: A VR Editora S.A. sociedade anônima de capital fechado, tem como objeto social a edição e integração a impressão de livros, nas disposições legais regulamentadas em vigor. **2. Apresentação das Demonstrações Contábeis:** As demonstrações contábeis da VR Editora S.A. foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e incorporam as alterações trazidas pela Lei nº 11.638/2007 e nº 11.941/2009. As demonstrações contábeis da VR Editora S.A. foram aprovadas pela Diretoria em 15/04/2025. **3. Principais Práticas Contábeis:** a) **Avaliação** de ativos e passivos é baseada no regime de competência, ou seja, as receitas e despesas são reconhecidas no resultado no período em que elas ocorreram, simultaneamente quando se relacionarem, independentemente do efetivo recebimento ou pagamento. b) **Fluxo de Caixa** - I - Caixa equivalentes a caixa: são representados por dinheiro em caixa e depósitos em instituições financeiras, incluídos na rubrica de disponibilidades, aplicações em depósitos interfinanceiros, aplicações em cotas de fundo de investimento. Os equivalentes a caixa são aqueles recursos mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. c) **Custo** - Os estoques são demonstrados pelo custo médio dos bens adquiridos ou produzidos. d) **Importações** - Importações em trânsito são demonstradas pelo custo acumulado de cada importação. e) **Demonstrações Contábeis** - As demais informações de ativo e passivo estão demonstradas aos seus valores originais, adicionados, quando aplicável, pelos valores de juros e variações monetárias ou, no caso de despesas pagas antecipadamente, demonstrados pelo valor de custo.

DÓLAR

compra/venda

Câmbio livre BC - R\$

5,8802 / R\$ 5,8808 **

Câmbio livre mercado

-R\$ 5,8642 / R\$

5,8662 **

Turquia - R\$ 5,9162 /

R\$ 6,0962 *

(*) cotação média do

mercado

(**) cotação do Banco

Central

Variação do câmbio

livre mercado

não dia -0,41%

BOLSAS

B3 (Ibovespa)

Variação: -0,72%

Pontos: 128.316

Volume financeiro:

R\$ 51,326 bilhões

Maiores altas: Brava

ON (5,22%), Minerva

ON (4,35%), MRV ON

(3,02%)

Maiores baixas: Raia-

Drogasil ON (-6,40%),

CSN Mineração ON

(-3,87%), Embraer ON

(-3,46%)

S&P 500 (Nova York):

-2,24%

Dow Jones (Nova

York): -1,73%

Nasdaq (Nova York):

-3,07%

CAC 40 (Paris): -0,07%

Dax 30 (Frankfurt):

0,27%

Finacial 100

(Londres): 0,32%

Nikkei-225 (Tôquio):

-1,01%

Hang Seng (Hong

Kong): -1,91%

Shanghai Composite

(Xangai): 0,26%

CSI 300 (Xangai e

Shenzhen): 0,11%

Merval (Buenos Aires):

-4,65%

IPC (México): 0,71%

ÍNDICES DE INFLAÇÃO

IPCA/IBGE

Março 2024: 0,16%

Abril 2024: 0,38%

Maiço 2024: 0,46%

Junho 2024: 0,21%

Julho 2024: 0,38%

Agosto 2024: -0,02%

Setembro 2024: 0,44%

Outubro 2024: 0,56%

Novembro 2024: 0,39%

Dezembro 2024: 0,52%

Janeiro 2025: 0,16%

Fevereiro 2025: 1,31%

Tupi Energias Renováveis S.A.

CNPJ nº 09.115.685/0001-64 - NIRE 35.300.056253
Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 16 de abril de 2025
Data, hora e local: Em 16/04/2025, às 16h, na sede social. Convocação e presença: Dispensada a convocação, tendo em vista a presença da acionista representando a totalidade do capital social. Mesa: Presidente: Ricardo Alberto Oliveira dos Santos e Secretária: Luana Martins Vianna. Deliberações aprovadas: 5.1. A redução do capital social da Companhia, com o cancelamento de ações, passando dos atuais R\$ 1.413.099.721,00 para R\$ 878.099.721,00, uma redução, portanto, de R\$ 535.000.000,00, por consideração excessiva em relação ao objeto da Companhia com o respectivo cancelamento de 535.000.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal de emissão da Companhia estabelecidos nos termos dos artigos 170 e 173 da Lei das S.A. 5.2. Consignar que durante o prazo de 60 dias contados da data de publicação da presente ata, eventuais credores que apresentarem a referida ata de publicação, poderão se opor à redução do capital da Companhia ora deliberada. 5.3. Consignar, ainda, que a redução do capital social da Companhia ora deliberada somente se tornará efetiva (i) mediante inexistência de oposição de credores que apresentarem por títulos anteriores à data de publicação da presente ata, ou (ii) existindo oposição de algum credor, mediante pagamento de seu crédito ou depósito judicial da importância respectiva. 5.4. Consignar que a quantia total da redução de Capital da Companhia, no montante de R\$ 535.000.000,00, será restituída à Acionista da Companhia, em moeda corrente nacional, sem juros ou correção monetária. 5.5. Nova redução do Estatuto Social: "Artigo 2º O Capital Social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 878.099.721,00, dividido 878.099.721 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Nada mais. São Paulo, 16/04/2025."

SPE Cristina Energia S.A.

CNPJ nº 09.077.005/0001-97 - NIRE 35.300.654.609
Ata de Convocação de Assembleia Geral Ordinária (a ser realizada de Modo Exclusivamente Digital) Ficam convocados, pelo Diretor Presidente, os senhores acionistas da SPE Cristina Energia S.A. ("Companhia") para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária da Companhia, a ser realizada no dia 30 de abril de 2025, às 9:00 horas, de modo exclusivamente digital, por meio das plataformas digitais Microsoft Teams ("Plataformas Digitais"), considerando-se, portanto, realizada na sede da Companhia, localizada na Cidade e Estado de São Paulo, Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3311, Conjunto 92, Sala 05, Itaim Bibi, CEP 04538-133, nos termos do artigo 124, § 2º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), para deliberar sobre as seguintes matérias constantes da ordem do dia (i) as contas dos administradores, examinando, discutindo e votando as demonstrações financeiras, acompanhadas dos pareceres dos auditores independentes e do relatório da administração, todos relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; (ii) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos. Procedimentos para participação: Informações acerca da participação dos acionistas na AGO. Documentos. Nos termos do artigo 176 da Lei das Sociedades por Ações, para participar da Assembleia, os acionistas ou seus representantes deverão se cadastrar por meio dos e-mails: mrc.vargas@energo-pro.com e r.paschoa@energo-pro.com, devendo, para tanto, apresentar a Companhia, (i) em caso de pessoas físicas, cópia do documento de identificação; e (ii) em caso de pessoas jurídicas, (i) documento de identificação do representante legal do acionista; e (ii) cópia simples ou original do seu ato constitutivo, devidamente registrado nos órgãos de registro aplicáveis, bem como da documentação de representação societária, identificando o seu representante legal (ata de eleição de diretoria devidamente registrada nos órgãos de registro aplicáveis). Para maior celeridade do processo da AGO, a Companhia solicita que os acionistas se cadastrem para participar da AGO e enviem a documentação aqui mencionada até, pelo menos, 2 (dois) dias antes da data de realização da AGO. Participação Remota: A AGO será realizada de forma digital, por meio da plataforma digital Microsoft Teams. A Companhia enviará por e-mail aos acionistas (ou aos seus representantes legais ou procuradores devidamente constituídos) que tiverem se cadastrado por meio do e-mail descrito acima as respectivas instruções para acesso ao sistema eletrônico de participação na AGO. Caso o acionista não receba da Companhia o e-mail com as instruções para acesso e participação na AGO até 24 (vinte e quatro) horas antes do horário previsto para a realização da AGO, deverá entrar em contato com a Companhia por meio dos contatos indicados acima e solicitar suas respectivas instruções para acesso. A Companhia não se responsabiliza por quaisquer problemas operacionais ou de conexão que os acionistas venham a enfrentar e outras situações que não estejam sob o controle da Companhia. A Companhia solicita aos acionistas que acessem o sistema eletrônico disponibilizado para a participação na AGO com, no mínimo, 1 (uma) hora de antecedência em relação ao horário previsto para início da AGO, tendo em mãos documento de identificação, dados os documentos e informações relacionados às matérias referidas acima encontradas à disposição dos acionistas na sede da Companhia, conforme previsto na Lei das Sociedades por Ações, inclusive, aqueles exigidos nos termos do artigo 173 da Lei das Sociedades por Ações. Em caso de dúvidas ou esclarecimentos, favor contatar a Companhia pelo seguinte e-mail: mrc.vargas@energo-pro.com e r.paschoa@energo-pro.com. 16 de abril de 2025. Sergio Fonseca - Diretor Presidente. (17, 18 e 23/04/2025)

Companhia Brasileira de Cartuchos

CNPJ/MF nº 57.494.031/0001-63 - NIRE 35.300.025.083
Ata de Convocação de Assembleia Geral Extraordinária
São convocados os acionistas da Companhia Brasileira de Cartuchos, na forma da lei, a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada às 9:00 horas do dia 25/04/2025, na Av. Humberto de Campos, 3220, Bairro Boccacia, CEP 05425-900, na cidade de Ribeirão Preto, estado de São Paulo, a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: (a) a extinção dos cargos/Diretorias de Vice-Presidente de Marketing e Vendas Internacionais e Vice Presidência de Operações; (b) a criação dos cargos/Diretorias Vice-Presidente Sênior de Operações, Vice-Presidente Sênior de Vendas Internacionais e Suprimentos e Diretor de Suprimentos e Comércio Exterior; (c) as eleições do Vice-Presidente Sênior de Operações, Vice-Presidente Sênior de Vendas Internacionais e Suprimentos e Diretor de Suprimentos e Comércio Exterior; (d) reeleição da Diretoria Executiva, para o mandato de 2 anos, para fins de representação da companhia; e (e) outros assuntos de interesse social. Ribeirão Preto, 17/04/2025. Fabio Luiz Munhoz Mazzaro - Diretor Presidente; Sandro Moraes Nogueira - Diretor Administrativo e Financeiro. (17, 18 e 23/04/2025)

Acesse nosso site e fique por dentro das principais notícias do dia: datamercantil.com.br

Abbott Diagnósticos Rápidos S.A.

CNPJ/MF nº 50.248.700/0001-61 - NIRE 35.300.394.101
Ata de Convocação de Assembleia Geral Ordinária
A Abbott Diagnósticos Rápidos S.A. ("Companhia"), sociedade por ações, nos termos do Artigo 124 da Lei nº 6.404/76, convoca seus acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no dia 25 de abril de 2025, às 10:00 horas, na sede da Companhia, localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua dos Pinheiros, nº 498, 7º e 13º andares, conjuntos 71, 72, 131 e 132, CEP 05422-000, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; (ii) deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; e (iii) eleger membros da Diretoria da Companhia. São Paulo, 17 de Abril de 2025. Diretoria da Abbott Diagnósticos Rápidos S.A. (18, 23 e 24/04/2025)

ESTOK COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES S.A.

CNPJ/MF 49.732.175/0001-82 - NIRE 35300446666
ATA DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS
Banco Santander (Brasil) S.A., sociedade anônima, inscrita no CNPJ sob o nº 90.400.888/0001-42, com sede na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 2.041, conjunto 281, bloco A, condomínio W10F JKL, Vila Nova Conceição, São Paulo/SP, CEP 04.543-011, na qualidade de debenturista titular de mais de 10% das debêntures em circulação do tipo simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia adicional fiduciária, em série única, para distribuição pública, sob rito de registro automático, da ESTOK COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES S.A., sociedade anônima, inscrita no CNPJ sob o nº 49.732.175/0001-82, sediada na Avenida José Cesar de Oliveira, nº 21, conjunto 31/33, bloco III, Vila Leopoldina, São Paulo/SP, CEP 05317-020 ("Debentures ToKStok" e "ToKStok", respectivamente), com filio na Cláusula 13.2 da escritura de emissão das Debentures ToKStok ("Escritura de Emissão") e nos artigos 7º, § 1º, e 124 da Lei nº 6.404/1976, CONVOCA os titulares das Debentures ToKStok ("Debenturistas") para se reunirem em Assembleia Geral de Debenturistas, a ser realizada, em primeira convocação, na sede da Companhia, às 09:00 horas do dia 29 de abril de 2025, para examinar, discutir e votar a respeito da seguinte ordem do dia ("AGD"): (i) CONDICIONADA à assunção de determinadas obrigações vinculantes pelos Oferentes (conforme termo abaixo definido) e/ou demais partes envolvidas, em condições satisfatórias aos Debenturistas, a serem pactuadas mediante deliberação nesse sentido na forma prevista na Escritura de Emissão, CONCORDÂNCIA FORMAL, em consonância com o disposto na Cláusula 10 da Escritura de Emissão, com relação ao direito dos Debenturistas de declarar o vencimento antecipado das Debentures ToKStok em virtude das hipóteses previstas, e, na esteira, a ser eventualmente determinada pelos Debenturistas na AGD - prevista na Cláusula 10.1.2(ii), em qualquer dos termos da Cláusula 10.1.2(i) e/ou Cláusula 10.1.2(ii) da Escritura de Emissão - e, decorrentes da eventual liquidação da AGO, observados os termos e condições previstos no "Edital de Oferta Pública Voluntária para emissão de controle da Nobil A.A.", publicado por Regan Partners Limited, e Paul Jean Dubrule (em conjunto, os "Oferentes") em 15 de abril de 2025 ("Edital da OPA"); e (ii) AUTORIZAR A PRÁTICA, pelo Agente Fiduciário e/ou pelas demais partes envolvidas, dos atos necessários à implementação das deliberações referidas no item (i) acima da ordem do dia. Instruções Gerais. O Edital da OPA, que constitui o material da AGO, encontra-se à disposição dos acionistas no endereço eletrônico www.b3.com.br, www.cvm.br e www.gov.br/cvm/pt-br. Para participar da AGO, os Debenturistas deverão se apresentar no endereço indicado acima antes do horário agendado para o seu início, portando os seguintes documentos: (i) extrato da respectiva conta das Debentures ToKStok aberta em nome de cada Debenturista e emitido pela instituição depositária; (ii) em se tratando de pessoa física, documento de identidade com foto; e, em se tratando de pessoa jurídica, documentos comprobatórios da regularidade da representação, na forma de seus atos constitutivos e (iii) se aplicável, procuração assinada por representante legal da Companhia, com poderes para a AGO, obedecidas as condições legais aplicáveis. São Paulo, 18 de abril de 2025. BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

QUBIT Distribuidora de Cosméticos S.A.

CNPJ nº 26.370.779/0001-20 - NIRE 35.303.0634578
Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 19 de março de 2025, às 15:00 horas
Data, Hora e Local: Em 19/03/2025, às 15h, na sede da Companhia. Mesa: Fernando Extrakt Brauner, Presidente; e Mario Slavovitz Weingensberg - Secretário. Convocação e Presença: Dispensada a convocação, tendo em vista a presença de acionistas representando a totalidade do capital social. Deliberações aprovadas: (i) Aprovada a proposta de aumento do capital social da Companhia no valor de R\$4.000.000,00, para a emissão e subscrição de 4.000.000 novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, pelo preço de emissão de R\$1,00 por ação. As novas ações são subscritas e integralizadas neste ato, em moeda corrente nacional, com a expressa anuência da totalidade dos acionistas, que renunciaram ao exercício do direito de preferência, exclusivamente por Carlos Extrakt Brauner, conforme constanciado no Boletim de Subscrição anexo, que, rubricado pelos presentes. O preço de emissão das novas ações ordinárias foi fixado de acordo com o disposto no artigo 170, §1º, I, da Lei nº 6.404/76. Desta forma, o capital social passa, de R\$75.446.283,52, para R\$79.446.283,52, representado por 4.859.344 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal; (ii) Aprovada a alteração do caput do artigo 5º do Estatuto Social: "Artigo 5º. O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional é de R\$79.446.283,52, dividido em 4.859.344 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal"; e (iii) Aprovada a consolidação do Estatuto Social. Nada mais. Itapevi, SP 19/03/2025. JUCESP nº 100.649/25-7 em 27/03/2025. Aloizio E. Soares Junior - Secretário Geral em Exercício.

Caravels Negócios Imobiliários S.A.

CNPJ/MF nº 13.019.760/0001-92 - NIRE 35.300.386.817
Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária
Ficam convocados os Srs. Acionistas a comparecerem à Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Sociedade, a ser realizada na sede social, a Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 2.041, conjuntos 71, 72, 131 e 132, CEP 05422-000, na cidade de São Paulo/SP, no dia 30 de abril de 2025, às 9:30 horas, a fim de deliberarem sobre seguinte Ordem do Dia: (i) Tomar conhecimento do Relatório da Administração, examinar e deliberar sobre as contas da Diretoria, o balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; (ii) Eleger os membros do Conselho de Administração para o triênio 2025/2028; e (iii) Fixar a remuneração global anual da administração. São Paulo, 22 de abril de 2025. Angela Martins Guido Rios - Presidente do Conselho de Administração (17, 18 e 23/04/2025)

MEIO AMBIENTE

Brasil reduz 70% da área queimada no primeiro trimestre de 2025



Nos três primeiros meses de 2025, a extensão de todas as áreas atingidas por queimadas no país somou 912,9 mil hectares. Na comparação com o mesmo período do ano anterior, quando foram registrados 2,1 milhões de hectares, houve uma redução de 70% no território nacional atingido pelo fogo.

Do total das áreas queimadas 78% são de vegetação nativa, sendo que 43% do que foi consumido pelo fogo eram de formação campestre.

Entre os estados brasileiros, Roraima foi o que mais queimou esses três meses, somando 415,7 mil hectares. O Pará foi o segun-

do mais atingido, com 208,6 mil hectares queimados e o Maranhão perdeu 123,8 mil hectares para o fogo, sendo o terceiro na lista. Entre as cidades, Pacaraima e Normandia, ambas em Roraima, foram as mais afetadas, com 121,5 mil e 119,1 mil hectares, respectivamente.

Segundo o pesquisador do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam) Felipe Martenexen, Roraima vivencia sua estação seca no início do ano, o que torna o estado particularmente vulnerável às queimadas nesse período. "Os dados do primeiro trimestre de 2025 refletem essa sazonalidade climática, com Roraima despontando como o principal foco de

fogo no país", explica.

Os números foram divulgados nesta quarta-feira (16) e são do Monitor do Fogo, uma ferramenta do MapBiomas que utiliza imagens de satélite para mapear cicatrizes de fogo em todo o país.

"A ocorrência do período de chuvas contribui para essa diminuição das queimadas. No entanto, o Cerrado se destacou com a maior área queimada no primeiro trimestre em comparação aos últimos anos, o que reforça a necessidade de estratégias específicas de prevenção e combate ao fogo de cada bioma", alerta a pesquisadora do MapBiomas Fogo, Vera Arruda.

Fabíola Sinimbu/ABR

Empreendedorismo feminino é destaque em polo de chocolate da Amazônia



A história de Belo Monte está sendo reescrita pelas mãos de mulheres empreendedoras. A região, que ganhou os noticiários por conta da hidrelétrica de mesmo nome e as consequências socioambientais geradas pelo empreendimento, agora abriga um polo de produção de chocolate amazônico.

A iniciativa, que conta com o apoio do Sebrae no Pará, vai do cultivo ao beneficiamento, garantindo um produto sustentável e de alta qualidade. Neste período de Páscoa, muitos desses pro-

Para 57% dos nordestinos, efeitos do clima foram mais severos em 2024

De cada dez nordestinos, seis acreditam que os eventos climáticos severos que afetaram a Região Nordeste, em 2024, bem como suas consequências, foram comparativamente piores que o habitual. A constatação é da pesquisa A Visão do Nordeste Sobre Mudanças Climáticas, do instituto Nexus de Pesquisa e Inteligência, divulgada na terça-feira (15).

Para 57% dos entrevistados, os eventos climáticos registrados ao longo do ano passado foram "piores que o normal" e, entre esses, 11% classificaram como "muito piores que o normal".

Outros 25% consideraram os eventos climáticos idênticos ao que vivenciaram em anos anteriores; e 12% disseram ter sentido uma melhora e 3% que a situação foi muito melhor. Cerca de 3% dos entres-

tados não souberam ou não responderam às perguntas.

Entre as mudanças percebidas, 96% dos entrevistados citaram aumento de temperatura; 90%, a ocorrência de menos chuva e 83%, secas mais graves – sendo que, entre os habitantes de cidades do interior com renda familiar de até um salário mínimo, a percepção da estiagem sobe para 86%.

Quase metade (49%) dos entrevistados não consideraram que a deterioração das condições climáticas seja uma crise, embora admitam se tratar de um "grave problema". Outros 27% consideram, sim, tratar-se de uma crise. Para 10% das pessoas consultadas, a questão climática é um "problema menor", enquanto 9% não vêem nenhum problema e 5% não souberam ou não responderam às perguntas.

ABR



duto já estão disponíveis no mercado, oferecendo ao consumidor a oportunidade de adquirir chocolates com origem rastreada, sustentáveis e produzidos majoritariamente por essas mulheres da Amazônia.

A ação é resultado do Projeto Sustenta Inova, uma parceria entre o Sebrae no Pará, o Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM) e a União Europeia. O projeto apoia 19 empreendimentos da cadeia do cacau em municípios como Medicilândia, Brasil Novo, Altamira e Senador José Porfírio, com foco na sus-

tenibilidade, na geração de renda e na valorização de sistemas agroflorestais (SAFs). O Sustenta Inova também promove a implantação de um hectare de SAFs por empreendimento, o que permite conciliar recuperação ambiental com atividade produtiva. Estima-se que cada hectare de cacau cultivado pode gerar uma receita de até R\$60 mil, considerando uma produção média de 1 kg por pé. O projeto atende cerca de 250 famílias e incentiva a sucessão familiar, incluindo jovens nos negócios.

Portal Notícias Agrícolas

Conacri Participações S.A.

(Em Organização)

Ata de Assembleia Geral de Constituição de Sociedade Anônima

realizada em 20 de agosto de 2024

Horas, Data, Local e Presença: Aos 20 (vinte) dias do mês de agosto de 2024, às 08:00 (oito) horas, no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Engenheiro Luís Carlos Berrini, nº 1748, c. 1710, Cidade Monções, CEP 04571-000, reuniram-se em primeira convocação os fundadores da Conacri Participações S.A. ("Companhia"), subscritores da totalidade das ações emitidas pela Companhia nesta data.

Meta: Por indicação dos presentes, foi escolhida Nicole Ramos de Almeida para presidir os trabalhos, que conduziu Tainá Gomes da Silva para secretária.

Ordem do Dia: (i) Constituição da Companhia; (ii) Fixação do capital social da Companhia; (iii) Aprovação do Estatuto Social da Companhia; e (iv) Eleição dos membros da Diretoria.

Deliberações: (i) Constituída a mesa, o Sr. Presidente, após verificar a regularidade da instalação da Assembleia, deu início aos trabalhos, comunicando ter em mãos o projeto do Estatuto Social da Conacri Participações S.A., já de conhecimento de todos, porém que tem sido o objeto de todos os presentes, o qual integra a presente ata na forma de Anexo II. (ii) De acordo com o Boleim de Subscrição, o qual integra a presente ata na forma de Anexo III, o capital social de R\$ 1.000.000 (um milhão), será dividido em 1.000 (mil) ações ordinárias nominativas, da mesma classe e sem valor nominal. (iii) Esclareceu o Sr. Presidente que o valor correspondente a 10% (dez por cento) do capital social subscrito já se encontra integralizado pelos subscritores, na forma da lei e em moeda corrente nacional. Esclareceu, ainda, conforme art. 81 da Lei Federal nº 6.404/76, que o depósito referido no inciso II do art. 80 da Lei Federal nº 6.404/76 será realizado no prazo de 5 (cinco) dias contados da presente data. (iv) Terminada a leitura do projeto do Estatuto Social, foi o mesmo aprovado por unanimidade dos presentes, sem ressalvas ou oposições, esclarecendo o Sr. Presidente, por consequência, que tendo sido completadas todas as formalidades legais estava definitivamente constituída, para todos os fins de direito, a sociedade por ações, que girará sob a denominação social de Conacri Participações S.A. (v) A seguir, por unanimidade dos presentes, elegeram o Diretor da Companhia, com mandato até a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no ano de 2027, permitida a reeleição, nos termos do Estatuto Social da Companhia Nicole Ramos de Almeida, brasileira, solteira, empresária, portadora da Cédula de Identidade RG sob o nº 39.498.919-3 SSP/SP, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Economia (CPF/MF) sob o nº 374.911.538-95, com domicílio profissional no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Engenheiro Luís Carlos Berrini, nº 1748, c. 1710, Cidade Monções, CEP 04571-000, para ocupar o cargo de Diretor-Presidente da Companhia. O membro da Diretoria ora eleito assina neste ato o respectivo Termo de Posse, que integra a presente ata na forma do Anexo III, e que será lavrado no correspondente Livro de Registro da Ata, de Reunião da Diretoria da Companhia no prazo de 30 (trinta) dias seguintes contados da realização da presente Assembleia, em conformidade com o disposto no parágrafo 1º do Artigo 149 da Lei nº 6.404/76. Ficou estabelecido que a renovação da Diretoria será feita em Assembleia Geral a ser realizada oportunamente na sede social da Companhia. Declarações: O Diretor eleito declara, para os devidos fins, nos termos do disposto no art. 147, § 1º da Lei Federal nº 6.404/76, que não está incursos em nenhum crime que os impeçam de exercer atividade mercantil, conforme declarações expressas constantes nos Termos de Posse de Diretoria que integram a presente ata na forma de Anexo II. Encerramento: Terminada a leitura, nada mais havendo a tratar, foi dada a palavra à quem de direito, para que se manifestasse, manifestou, a assembleia foi suspensa pelo tempo necessário à lavatura da Ata em livro próprio, nos termos do Artigo 130 da Lei Federal nº 6.404/76, a qual, após lida e aprovada, foi assinada por todos os presentes, a saber: Acionistas Fundadores, identificados na página nº 2 do Livro de Presença de Acionistas. Assinatura do Diretor-Eleito-Presidente: Nicole Ramos de Almeida. A presente é cópia fiel de ata lavrada em livro próprio.

Assa: Nicole Ramos de Almeida (Presidente), Tainá Gomes da Silva (Secretária), Tainá Gomes da Silva (Piaçote), Pinheiro Barros OAB/PB 24.041. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o NRE 35.300.646.649 em 13/09/2024. Maria Cristina Frei – Secretária Geral.

Abbott Diagnósticos Rápidos S.A.

(Em Organização)

Ata de Assembleia Geral Ordinária

realizada em 25 de abril de 2025

Horas, Data, Local e Presença: Aos 25 (vinte e cinco) dias do mês de abril de 2025, às 10:00 (dez) horas, na sede da Companhia, localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua dos Pioneiros, nº 498, 7º e 13º andares, conjuntos 71, 131 e 132, CEP 05422-000, para deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; (ii) deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; e (iii) eleger membros da Diretoria da Companhia. São Paulo, 17 de Abril de 2025. Diretoria da Abbott Diagnósticos Rápidos S.A. (18, 23 e 24/04/2025)

Albriggs Defesa Ambiental S.A.

(Em Organização)

Ata de Assembleia Geral Ordinária

realizada em 25 de abril de 2025

Horas, Data, Local e Presença: Aos 25 (vinte e cinco) dias do mês de abril de 2025, às 11:00 (onze) horas, na sede social, a Avenida Jabaquara, nº 3.000 - 3º andar, Bairro Mirasol, São Paulo/SP, a fim de deliberar sobre as seguintes matérias: 1) Exame, discussão e votação do Relatório da Administração, Balanço Patrimonial e demais peças das Demonstrações Financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024; 2) Destinação do resultado do exercício e constituição da reserva legal; 3) Outros assuntos de interesse dos acionistas. Assina-se a disposição dos senhores acionistas, na sede social, os documentos da Administração, exigidos pelo artigo 133 da Lei nº 6.404/76 São Paulo, 17 de abril de 2025. Valter Carmona, Diretor Administrativo e Financeiro. (18, 23 e 24/04/2025)

GP Partnership S.A.

(Em Organização)

Ata de Assembleia Geral Ordinária

realizada em 25 de abril de 2025

Horas, Data, Local e Presença: Aos 25 (vinte e cinco) dias do mês de abril de 2025, às 10:00 (dez) horas, na sede da Companhia, na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Av. Copacabana, 352, 21º andar, sala 2106, Distrito do Forte/Alphaville CEP 06.472-001, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (a) exame, discussão e aprovação das contas da administração, das demonstrações financeiras e demais documentos relativos ao exercício social encerrado em 31.12.2024, disponíveis aos acionistas na sede da Companhia; e (b) deliberação sobre a destinação dos resultados do exercício social encerrado em 31.12.2024. Barueri, 17 de abril de 2025. Thiago Leites Nigro, Presidente do Conselho de Administração. (22, 23 e 24/04/2025)

Sortenabet Gaming Brasil S.A.

(Em Organização)

Ata de Assembleia Geral Ordinária

realizada em 31/12/2024

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES DO EXERCÍCIO EM 31/12/2024			
BALANÇO PATRIMONIAL			
Descrição	Saldo Atual	Descrição	Saldo Atual
Ativo	35.021.801,220	Passivo	35.021.801,220
Ativo circulante	19.747,100	Passivo circulante	74.146,70C
Disponível	14.617,690	Fornecedores	7.538,59C
Caixa geral	150,000	Fornecedores nacionais	7.538,59C
Caixa	150,000	Auditor - Auditores Independentes S/C	7.038,75C
Bancos conta c/ movimento	14.467,690	Google Cloud Brasil Computação	499,80C
Banco do Brasil	13.750,060	e Serviços de Dados I	66.608,15C
Banco Terra	717,630	Dívidas c/ Pessoas Legais	66.608,15C
Créditos a receber	1.129,410	Conta Corrente-Socios	66.608,15C
Tributos/contribuições a recuperar	1.129,410	Empréstimo Grow Empreendimentos	66.608,15C
IRRF a recuperar	1.129,410		
Ativo não circulante	35.006.054,120		
Ativo realizável a longo prazo	5.006.054,120		
Aplicações financeiras garantidoras	5.006.054,120		
Aplicações reserva financeira	5.006.054,120	Patrimônio líquido	34.947.654,52C
Banco Terra	30.000.000,000	Capital social	35.000.000,000
Investimentos	30.000.000,000	Capital social subscrito	35.000.000,000
Intangível	30.000.000,000	Grow Empreendimentos	35.000.000,000
Credenciamento	30.000.000,000	Dígitais Ltda	35.000.000,000
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS			
Descrição	Saldo Atual		
Receita Líquida	0,00		
Lucro Bruto	0,00		
Despesas operacionais	(31.775,58)		
Despesas com vendas	(31.775,58)		
Outras despesas operacionais	(20.569,50)		
Resultado operacional	(62.345,48)		
Resultado antes do IRRF e CSLL	(62.345,48)		
Prejuízo do exercício	(62.345,48)		
Resultado acumulado	52.345,480		
Reserva/próprio acumulado	52.345,480		
Reserva de lucros	52.345,480		
Guilherme Sousa de Freitas Marcos Vinícius Costa Andrade - CRC/MG nº MG12727/05			

Caravelas Negócios Imobiliários S.A.

(Em Organização)

Horas, Data, Local e Presença: Aos 18 (dezoito) dias do mês de abril de 2025, às 9:30 (nove e meia) horas, na sede social, a Avenida Presidente Afonso, 603, em São Paulo SP, no dia 30 de abril de 2025, às 9:30 horas, a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) tomar conhecimento do Relatório da Administração, examinar e deliberar sobre as contas da Diretoria, o balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; (ii) eleger os membros do Conselho de Administração para o biênio 2025/2026; e (iii) fixar a remuneração global anual da administração. São Paulo, 22 de abril de 2025.

Assa: Angela Martins Guido Reis - Presidente do Conselho de Administração (17, 18 e 23/04/2025)

Companhia Brasileira de Cartuchos

(Em Organização)

Horas, Data, Local e Presença: Aos 17 (dezoito) dias do mês de abril de 2025, às 8:00 (oito) horas do dia 25/04/2025, na Av. Humberto de Campos, 3220, Bairro Boticaria, CEP 05426-900, na cidade de Ribeirão Preto, estado de São Paulo, a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (a) a extinção dos cargos/Diretorias de Vice-Presidente de Marketing e Vendas Internacionais e Vice Presidência de Operações; (b) a criação dos cargos/Diretorias Vice-Presidente Sênior de Operações, Vice-Presidente Sênior de Vendas Internacionais e Suprimentos e Diretor Sênior de Vendas Internacionais e Suprimentos e Diretor de Suprimentos e Comércio Exterior; (c) eleição da Diretoria Executiva, para o mandato de 2 (dois) anos, para a representação da companhia; e (d) outros assuntos de interesse social. Ribeirão Preto, 17/04/2025. Fabio Luiz Munhoz Mazzaro - Diretor Presidente. Sandro Morais Nogueira - Diretor Administrativo e Financeiro. (17, 18 e 23/04/2025)

Publique no Data Mercantil!

A decisão certa em todos os momentos.



Acesse nosso site pelo link abaixo ou apontando a câmera do seu celular no QRcode ao lado.

Contato: (11) 3361-8833

Orçamentos: comercial@datamercantil.com.br

DATA MERCANTIL

São Paulo

Documento assinado e certificado digitalmente
Conforme MP 2.200-2
de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 18/04/2025

Acesse a página de Publicações Legais no site do
Jornal Data Mercantil, apontando a câmera
do seu celular no QR Code, ou acesse o link:
www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



Certifico o registro sob o nº 172.271/25-3 em 22/05/2025 da empresa CIA. BRASILEIRA DE CARTUCHOS, NIRE nº 35300025083, protocolado sob o nº 2053379250. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 28/05/2025 por ALOIZIO EPIFANIO SOARES JUNIOR – Secretário Geral. Autenticação: 268165904. A JUCESP garante a autenticidade do registro e da Certidão de Inteiro Teor quando visualizado diretamente no portal www.jucesponline.sp.gov.br.

PUBLICIDADE LEGAL

Iluminação Paulista SPE Ltda.

CNPJ/MF nº 29.851.606/000112 - NIRE 35.235.194.530

2ª Alteração do Contrato Social e Assembleia de**Transformação de Sociedade Limitada em Sociedade por Ações**

Pelo presente instrumento particular: **FM Rodrigues & Cia Ltda.**, sociedade existente e constituída em conformidade com as leis do Brasil, com sede na Rua Hungria, nº 888, 1º Andar - Conjunto 11, Edifício Plantar, Jardim Europa/SP, CNPJ/MF nº 48.893.226/0001-95, com seus atos constitutivos devidamente registrados na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE nº 35.201.108.266, neste ato representada nos termos de seu Contrato Social, por seu Sócio-Gerente o Sr. **Marcelo Souza de Camargo Rodrigues**, RG nº 47.442.234-9 SSP/SP, CPF nº 148.259.988-01, e: **CLD Construtora Lacos Detetores e Eletrônica Ltda.**, sociedade existente e constituída em conformidade com as leis do Brasil, com sede na Avenida Imperatriz Leopoldina nº 280, Jardim Novo Petrópolis, CEP 09710-271, na cidade de São Bernardo do Campo/SP, inscrita no CNPJ/MF nº 55.996.615/0001-01, com seus atos constitutivos devidamente registrados na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE nº 35.203.690.566, neste ato representada nos termos de seu Contrato Social, **Labib Faour Auid, R.G. nº 7.388.119-3 SSP/SP, CPF nº 669.733.928-49**; Sociedades representando a totalidade do capital social da **Iluminação Paulista SPE Ltda.**, sociedade empresária com sede na Rua Hungria, nº 888, 1º Andar, Sala 5, Edifício Plantar, Jardim Europa, CEP: 01455-905, na cidade de São Paulo/SP, CNPJ/MF nº 29.851.606/0001-12, com contrato social aprovado perante JUCESP sob o NIRE 35.235.194.530 ("Sociedade"), resolvem de comum acordo e na melhor forma de direito, deliberar o que segue: I. Da Integralização do Capital Social - 1.1. Os sócios informam que o capital social da Sociedade, subscrito até o momento, correspondente a R\$ 40.010.000,00, devido em 40.010.000 quotas, foi devidamente integralizado em moeda corrente nacional. II. Transformação em Sociedade Por Ações - 2.1. Para melhor atender aos interesses sociais e em atenção ao edital de concorrência nº 01/SES/2015 e subsequente contrato de concessão administrativa, as sócias deliberam transformar o tipo jurídico da Sociedade, de sociedade empresária limitada para o de sociedade por ações, regida pela Lei nº 6.404/76, conforme alterada, com a consequente transformação de seu Contrato Social em Estatuto Social, igualmente aprovado, transcrito abaixo (Anexo I), de forma a cumprir as exigências legais pertinentes ao novo tipo societário. 2.2. A Sociedade passa a ter a denominação de **Iluminação Paulista SPE S.A.** e seu capital social passa a ser de R\$ 40.010.000,00, dividido em 40.010.000 ações ordinárias, todas nominativas, sem valor nominal. 2.3. Inexistindo quaisquer impedimentos legais e satisfetos todos os requisitos da Lei nº 6.404/76, conforme alterada, a Sociedade manterá a mesma estrutura e integridade, operando com os mesmos ativos e passivos, mantendo a mesma escrituração, atendidas as exigências legais de natureza fiscal e contábil, não sofrendo qualquer solução de continuidade em seus negócios, sendo garantidos os direitos dos credores, situação essa que os acionistas reconhecem e aprovam, sem quaisquer restrições. 2.4. Os acionistas igualmente aprovam o Estatuto Social da Sociedade, na forma abaixo transcrita no Anexo I, parte integrante da presente. III. Eleição dos Diretores - 3.1. Em seguida, foram convertidos os mandatos dos administradores em diretores sem designação específica por unanimidade dos votos, a saber: Sr. **Marcelo Souza de Camargo Rodrigues**, RG nº 47.442.234-9 SSP/SP, CPF nº 148.259.988-01, e: Sr. **Labib Faour Auid, R.G. nº 7.388.119-3 SSP/SP, CPF nº 669.733.928-49**, para exercerem o mandato de 03 anos, que se encerrará na Assembleia Geral Ordinária que aprovar as contas do exercício de 2021. Os Diretores farão jus ao recebimento de remuneração pelo exercício do cargo em montante a ser estabelecido mediante deliberação dos Sócios e que será levada à conta de despesas gerais da Sociedade. 3.2. Os Diretores, presentes a esta Assembleia, aceitaram as respectivas nomeações, tomaram posse imediata mediante assinatura dos Termos de Posse no livro de atas da diretoria e ora anexos à presente ata (Anexos II e III), e declararam, sob as penas da lei, que (i) não estão impedidos por lei especial, ou condenados por crime falimentar, de prevaricação ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, como previsto no § 1º do artigo 147 da Lei nº 6.404/76; (ii) atendem ao requisito de reputação ilibada, estabelecido pelo § 3º do artigo 147 da Lei nº 6.404/76; e (iii) não ocupam cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da companhia, e não têm, nem representam, interesses conflitantes com os da companhia, na forma do artigo 147 da Lei nº 6.404/76, não estando incurso em qualquer restrição legal, inclusive criminal, que os impeça de exercer atividades mercantis. IV. Disposições Finais - 3.1. Os acionistas deliberam não instalar o Conselho Fiscal. 3.2. A seguir, a Assembleia autorizou a nova Diretoria a realizar todos os atos complementares do registro e publicidade dos atos da Sociedade por Ações, bem como a tomar, com os mais amplos poderes, todas as providências que se tornarem necessárias para o fiel cumprimento do que ora ficou resolvido e do mais que seja determinado pelas leis que regem a matéria. 3.3. E, por estarem assim justos e contritados, assinam presente instrumento em 03 dias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo identificadas. São Paulo, 09/03/2018. **Estatuto Social da Iluminação Paulista SPE S/A - Capítulo I - Da Denominação, Sede, Objeto e Duração - Artigo 1º - Iluminação Paulista SPE S/A**, é uma sociedade anônima de capital fechado, que se rege por este Estatuto e demais disposições legais que lhe forem aplicáveis. **Artigo 2º** - A Companhia tem sede e foro com sede na Rua Hungria, 888, 1º Andar, Sala 5, Edifício Plantar, Jardim Europa, na cidade de São Paulo/SP, podendo criar, instalar, encerrar filiais, depósitos e escritórios em qualquer parte do território nacional ou no exterior, onde for de seu interesse, mediante aprovação da Diretoria. **Artigo 3º** - A Companhia é uma sociedade exclusivamente dedicada à execução do objeto da concorrência pública internacional nº 01/SES/2015, promovida pela Prefeitura Municipal de São Paulo e subsequente contrato de concessão administrativa, voltado às atividades de modernização, manutenção, expansão, operação, manutenção da infraestrutura da rede de Iluminação Pública do Município de São Paulo. **Artigo 4º** - O prazo de duração da sociedade é por tempo indeterminado, não inferior ao necessário pleno atendimento de todas as obrigações constantes do contrato de concessão administrativa. **Capítulo II - Do Capital Social e das Ações - Artigo 5º - O**

capital social, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, é de R\$ 40.010.000,00, dividido em 40.010.000 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. § 1º - Cada ação ordinária dará direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. § 2º - A Companhia, nos termos da lei, poderá adquirir ações de sua emissão para cancelamento, manutenção em tesouraria ou posterior alienação, mediante deliberação da Assembleia Geral, observadas as normas legais e demais disposições aplicáveis. § 3º - Os acionistas que deixarem de realizar as integralizações das ações por ele subscritas nas condições fixadas ficarão de pleno direito constituídos em mora e sujeitos ao pagamento de multa de 10% sobre o valor em atraso, juros de mora de 1% ao mês, correção monetária segundo índice Geral de Preços de Mercado da Fundação Getúlio Vargas (IGPM) ou, no caso de sua extinção, o índice a ser definido pela Assembleia Geral, calculados sobre os valores em atraso, sem prejuízos das demais cominações legais cabíveis. § 4º - A Companhia não poderá, durante todo o prazo da concessão, reduzir o capital social, em nenhum título, sem prévia e expressa autorização da Prefeitura Municipal de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Municipal de Serviços - SES. **Capítulo III - Órgãos da Sociedade - Artigo 6º** - São Órgãos da Companhia, sendo os dois primeiros de caráter permanente: a) Assembleia Geral; b) Diretoria; e c) Conselho Fiscal. § 1º - A Diretoria, observadas as normas estatutárias, terá amplos poderes de administração e representação da Companhia, competindo-lhe em nome desta praticar todos os atos necessários ao regular funcionamento da Companhia, sempre de boa fé e no melhor interesse da mesma. § 2º - Por deliberação dos Sócios a Companhia poderá instituir um Conselho de Administração, nos termos da Lei 6.404/76 e legislação complementar. **Seção I - Assembleia Geral - Artigo 7º** - A Assembleia geral dos acionistas representa o supremo poder de decisão da Companhia e suas deliberações obrigam todos os acionistas, ainda que ausentes. **Artigo 8º** - A Assembleia Geral Ordinária será realizada dentro dos 4 primeiros meses subsequentes ao fim do exercício social da Companhia e a Assembleia Geral Extraordinária será realizada sempre que houver interesse da Companhia, permitida a realização conjunta de ambas. § 1º - A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente na forma da lei, a fim de: I - Tomar as contas dos administradores relativos ao último exercício social; II - Examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras; III - Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição dos dividendos; IV - Eleger membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes; V - Fixar honorários dos membros da Diretoria e do Conselho Fiscal. § 2º - A Assembleia Geral reunir-se-á extraordinariamente nas hipóteses de alteração do Estatuto Social e demais casos julgados necessários, observadas as disposições legais aplicáveis. § 3º - A Assembleia Geral somente se instalará em primeira convocação com a presença de acionistas que representem 60%, no mínimo, do capital com direito a voto, mas poderá instalar-se em segunda convocação, com maioria absoluta dos acionistas com direito a voto. § 4º - E vedada qualquer alteração no objeto social da Companhia sem prévia e expressa anuência, por escrito, do Poder Concendente. **Artigo 9º** - A Assembleia Geral, salvo as exceções previstas na legislação em vigor e neste Estatuto Social, será convocada, instalada e deliberará nos termos da Lei 6.404/76. **Artigo 10º** - A Assembleia Geral será instalada e presidida por qualquer dos Diretores, por qualquer dos acionistas, seus procuradores ou por advogado, que convidará qualquer um dos presentes, acionista ou não, para exercer os trabalhos. **Artigo 11º** - As decisões da Assembleia Geral serão tomadas pela maioria absoluta de ações com direito a voto. **Artigo 12º** - Aplicar-se-á o disposto na lei 6.404/76 no tocante às matérias que dão direito de retirada ao acionista dissidente e a forma de reembolso do valor de suas ações, bem como os casos de resgate e amortização das ações. § Único - Em caso de resgate ou amortização, todas as ações ordinárias terão o mesmo tratamento, observada a proporção da participação de cada acionista no capital social. **Artigo 13º** - O reembolso a que se refere o Artigo 12º acima será realizado por meio do valor patrimonial das ações da Companhia. **Seção II - Diretoria - Artigo 14º** - A Diretoria será composta por no mínimo 02 Diretores, acionistas ou não, residentes no país, sem designação específica, eleitos pela Assembleia Geral competindo-lhes praticar todos os atos de gestão para assegurar o funcionamento regular da Companhia. **Artigo 15º** - O mandato dos membros da Diretoria será de 3 anos, admitida a reeleição. § Único - Os membros da Diretoria serão investidos nos respectivos cargos mediante assinatura de termo de posse, lavrado no livro de atas das reuniões da Diretoria. Os membros da Diretoria são dispensados de prestação de garantia de gestão. **Artigo 16º** - Em caso de ausência ou impedimento temporário, ou vacância de qualquer um dos Diretores, a Assembleia Geral elegerá em até 30 dias um substituto para completar o mandato do Diretor ausente, impedido ou vacante. **Artigo 17º** - A Diretoria, para alcance do objeto social, exercerá todas as atribuições necessárias para gerir, administrar e representar a Companhia perante terceiros, com os mais amplos poderes de gestão, podendo desenvolver todos os negócios sociais, sendo de sua competência tudo o que não for vedado ou atribuído a outro órgão da Companhia por lei ou pelo presente Estatuto Social, podendo inclusive exercer a representação ativa e passiva da Companhia, em juízo ou fora dele, perante repartições públicas em geral, autoridades, empresas públicas, sociedades de economia mista e instituições financeiras em geral, praticando atos convenientes para a perfeita realização dos objetivos sociais, podendo, ainda, contratar, assumir direitos e obrigações, contrair financiamentos em geral, alienar, adquirir e onerar bens móveis e imóveis. **Artigo 18º** - A Companhia será representada ativa e passivamente, judicial ou extrajudicialmente, por 2 Diretores, assinando em conjunto, com poderes para, respeitados os atos cuja deliberação dependa da Assembleia Geral, praticar todos aqueles necessários ao funcionamento ordinário da Companhia. § 1º - A Companhia poderá ser representada por um único Diretor, extraordinariamente, desde que devidamente autorizado pela Assembleia, em reunião, cuja ata deverá conter os poderes para atuação daquele Diretor bem como a validade da autorização extraordinária e servirá como instrumento para atestar a regularidade da representação da Companhia. § 2º - A Companhia poderá ser representada ativa e passivamente, judicial ou extrajudicialmente, por procuradores "ad judicia" ou "ad negocia", legalmente constituídos, limitados estes aos atos que serão designados na respectiva procuração. § 3º - A outorga de poderes pela Companhia será realizada por 2 Diretores em conjunto, por meio de instrumento de mandato, os quais vigorarão por prazo não superior a 12 me-

ses. § 4º - As disposições constantes do § 3º supra não se aplicam as procurações "ad judicia" as quais vigorarão por tempo indeterminado. **Seção III - Conselho Fiscal - Artigo 19º** - A Companhia terá um Conselho Fiscal não permanente, o qual exercerá as atribuições impostas por lei e que somente será instalado nos exercícios sociais em que assim solicitarem os acionistas, nos casos previstos em lei. § 1º - O Conselho Fiscal será composto por 4 membros efetivos e 4 suplentes, acionistas ou não, residentes no País, sendo admitida a reeleição. Nos exercícios sociais em que a instalação do Conselho Fiscal for solicitada, a Assembleia Geral elegerá seus membros e indicará um deles para o cargo de Presidente, bem como estabelecerá a respectiva remuneração, sendo que o mandato dos membros terminará na data da primeira Assembleia Geral Ordinária realizada após sua instalação. § 2º - Nas hipóteses de vacância ou impedimento de membro efetivo, convocar-se-á o respectivo suplente. § 3º - As deliberações do Conselho Fiscal serão tomadas por maioria dos votos. **Capítulo IV - Artigo 20º** - O exercício social da Companhia terá início em 1º janeiro e encerrar-se-á no dia 31 de dezembro de cada ano. **Artigo 21º** - Ao final de cada exercício social a Diretoria fará elaborar as demonstrações financeiras a serem submetidas à Assembleia Geral, juntamente com proposta de destinação do lucro do exercício. § 1º - A Diretoria poderá, nos termos da legislação tributária vigente e com base em balancetes intermediários, efetuar sempre e na menor periodicidade possível, o pagamento de juros sobre o capital próprio. § 2º - Sem prejuízo do disposto no § 1º, a Diretoria poderá submeter à apreciação da Assembleia Geral o pagamento complementar de dividendos à conta do lucro apurado no período, bem como o pagamento de dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço. **Artigo 22º** - Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda. § Único - Do resultado do exercício, atendida a ordem legal, poderão ser deduzidos, ainda e facultativamente, os recursos fixados pela Diretoria. **Artigo 23º** - Do lucro líquido do exercício serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, 5% na constituição de reserva legal, que não excederá 20% do capital social, e em seguida, ainda do lucro líquido, serão destacados, caso necessário, os valores destinados à formação de Reservas para Contingências e a de Lucros a Realizar. **Artigo 24º** - Do saldo remanescente do lucro líquido do exercício, será distribuído aos acionistas o dividendo obrigatório, não inferior a 25%. § 1º - Os dividendos serão calculados e distribuídos proporcionalmente ao capital integralizado. § 2º - O pagamento de juros a título de remuneração de capital próprio poderá ser deduzido do montante de dividendo a pagar. **Artigo 25º** - A Assembleia Geral resolverá sobre o destino do saldo remanescente do lucro líquido do exercício. **Capítulo V - Do Direito De Preferência Para Aquisição das Ações - Artigo 26º** - Os acionistas terão, entre si, direito de preferência na alienação de suas ações, proporcionalmente às respectivas participações no Capital Social subscrito da Companhia, excluindo-se, para tanto, o percentual de participação do acionista que estiver ofertando suas ações. O direito de preferência aqui referido deverá ser exercido dentro do prazo de 60 dias. **Artigo 27º** - O não exercício do direito de preferência seja quanto a totalidade ou parte dos valores mobiliários a serem alienados por qualquer dos acionistas, implicará na reversão para os demais acionistas, das sobras ou saldos verificados, respeitadas as respectivas participações no capital social subscrito, com a devida exclusão, para esse fim, do percentual de participação do acionista, que estiver ofertando suas ações, bem como daquele acionista que não tenha exercido seu direito de preferência. **Artigo 28º** - O direito de preferência somente poderá ser exercido pelos acionistas ofertados se envolver a totalidade das ações ofertadas a cada um dos membros, sendo expressamente vedada aquisições parciais por qualquer dos acionistas ofertados. Outros-
sim, o exercício do direito de preferência ficará sujeito a aquisições pelos acionistas ofertados da totalidade das ações ofertadas pelo acionista alienante, ficando sem efeito as aquisições efetivadas, caso ao final dos prazos acima estabelecidos ainda remanesçam sobras das ações. Caso os acionistas ofertados não tenham interesse ou tenha manifestado a sua intenção de adquirir a totalidade das ações ofertadas dentro do prazo estipulado no Artigo 34 acima, os acionistas alienantes poderão concluir a venda para o terceiro interessado, desde que faça dentro do prazo máximo de 60 dias. Na hipótese de venda não ocorrer dentro do prazo aqui estipulado, o procedimento previsto neste capítulo deverá ser repetido. **Artigo 29º** - Sem prejuízo do cumprimento das regras estabelecidas neste Capítulo, o ingresso de qualquer novo acionista na Companhia sujeita-se: I - à aprovação pelo órgão fiscalizador da Companhia e pela Prefeitura Municipal de São Paulo, através da Secretaria de Serviços, se aplicável; e II - a quaisquer outras exigências legais cabíveis. **Artigo 30º** - Observadas as normas legais aplicáveis, cada acionista poderá transferir a totalidade ou parte das suas ações, sem sujeição ao direito de preferência, se a transferência for: I - para sociedade na qual detenha 51%, no mínimo, do capital com direito a voto ou o controle de alçada sociedade; II - para sociedade que detenha o controle deste acionista ou a maioria do seu capital votante; III - para sociedade que esteja sob controle comum do referido acionista. **Artigo 31º** - As disposições previstas no Artigo anterior não são aplicáveis a qualquer transação envolvendo ações, valores mobiliários conversíveis em ações, direitos de subscrição ou quaisquer outros títulos que confirmem o direito de adquirir uma participação no capital da Companhia. Em consequência, qualquer transação realizada em violação às presentes disposições será considerada nula, sendo vedada à Companhia a realização de qualquer ato no sentido de implementá-las. **Capítulo VI - Liquidação - Artigo 32º** - A Companhia será liquidada nos casos previstos em lei, hipótese em que a Assembleia Geral determinará a forma de liquidação, nomeará o liquidante e fixará a sua remuneração e os membros do Conselho Fiscal, que funcionará durante o período de liquidação. **Artigo 33º** - Todos os valores previstos neste Estatuto deverão ser corrigidos pela variação do IGPM da FGV, ou índice que substitua. **Capítulo VII - Disposições Finais - Artigo 34º** - Fica eleito o Foro Central da Comarca da Capital de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas e pendências oriundas do presente instrumento, com exclusão de qualquer outro foro, por mais privilegiado que seja. Juceesp sob o NIRE 3530051482-3 e registrada sob o nº 143.007/18-0 em 26/03/2018. Flávia Regina Brito Gonçalves - Secretária Geral.

TAM Aviação Executiva e Táxi Aéreo S.A.

CNPJ/MF nº 52.045.457/0001-16 - NIRE 35.300.026.373

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária

Ficam convocados os Senhores Acionistas da TAM Aviação Executiva e Táxi Aéreo S.A. ("Companhia") a se reunirem às 09:00, do dia 30 de abril de 2025, na sede social, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Jorge Faleiros, 250, Jabaquara, facultada a participação digital através do link <https://share.mkt.com.br/20250430>, bem como a assinatura da respectiva Ata por meio digital a ser disponibilizado, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: a. Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o relatório da administração, as demonstrações financeiras e o parecer dos auditores independentes relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; b. Destinação do lucro apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; c. Reeleição dos membros da Diretoria; d. Remuneração dos administradores da Companhia. A Companhia informa que se encontram à disposição dos Senhores Acionistas, na sede social da Companhia os documentos elencados na Lei 6.404/76. São Paulo, 18 de abril de 2025. **Leonardo Rosendo Fluzza** - Diretor. (18, 23 e 24/04/2025)

Companhia Brasileira de Cartuchos

CNPJ/MF nº 57.494.031/0001-63 - NIRE 35.300.025.083

Edital de Convocação de Assembleia Geral Extraordinária

São convocados os acionistas da Companhia Brasileira de Cartuchos, na forma da lei, a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada às 08:00 horas do dia 25/04/2025, na Av. Humberto de Campos, 3220, Bairro Bocaina, CEP 09426-900, na cidade de Ribeirão Preto, estado de São Paulo, a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: (a) a extinção dos cargos/Diretores de Vice-Presidente de Marketing e Vendas Internacionais e Vice-Presidente de Operações; (b) a criação dos cargos/Diretores Vice-Presidente Sênior de Operações, Vice-Presidente Sênior de Vendas Internacionais e Suprimentos e Diretor de Suprimentos e Comércio Exterior; (c) as eleições do Vice-Presidente Sênior de Operações, Vice-Presidente Sênior de Vendas Internacionais e Suprimentos e Diretor de Suprimentos e Comércio Exterior; (d) reeleição da Diretoria Executiva, para o mandato de 2 anos, para fins de representação da companhia; e (e) outros assuntos de interesse social. Ribeirão Preto, 17/04/2025. **Fabio Luiz Munhoz Mazzaro** - Diretor Presidente. **Sandro Moraes Nogueira** - Diretor Administrativo e Financeiro. (17, 18 e 23/04/2025)

DATA MERCANTIL

PUBLICIDADE LEGAL

... continuação

Controles	Participação societária	2024	2023
Luxbiochem Farmacêutica Ltda.	Ltda. Direto	99,79%	99,79%
Xenobrasil Desenvolvimento e Pesquisas sobre transplante do Brasil Ltda.	Ltda. Direto	54,00%	54,00%
Montersearch SRL	Ltda. Direto	100%	100%
Rio Bio Pharmaceuticals, LLC	Ltda. Direto	100%	100%
Rio Biofarm Brasil Ltda	Ltda. Indireto	100%	100%
V-SE Comércio e Distribuição de Vitaminas e Suplementos Ltda	Ltda. Direto	100%	100%

A seguir apresentamos a estrutura societária do Grupo: CPM (Concessionária Paulista de Medicamentos S.A.) - localizada em Américo Brasileiro/SP, atua na gestão e manutenção da Indústria Farmacêutica de Américo Brasileiro (IFAB) de titularidade da Fundação para o "Remédio Popular" ("FURP"), vinculada à Secretaria do Estado de São Paulo ("SESP"), por meio de concessão. O objetivo foi ampliar a capacidade do Governo para a produção de medicamentos genéricos. O prazo de concessão é de 15 anos e o início da produção ocorreu em 1º de agosto de 2015. O Contrato de Concessão estava suspenso desde 1º de janeiro de 2020, limitando as atividades aos serviços necessários à segurança patrimonial e de monitoramento, limpeza e manutenção. Em 12 de agosto de 2022 foi divulgado no Diário Oficial o anúncio de rescisão amigável e antecipado do contrato de concessão entre a CPM e a FURP onde o mesmo foi considerado rescindido em conformidade com o desmoldamento da Concessionária que ocorreu no dia 20 de dezembro de 2022 e a assunção, pela FURP, das atividades desenvolvidas pela IFAB. Os valores já faturados relativos a medicamentos fornecidos à SESP e às atividades finais de desmoldamento totalizavam R\$1.451,40, dos quais foram recebidos o montante de R\$500.000 em agosto de 2022 de modo a viabilizar o encerramento antecipado do contrato de concessão. Em 31 de março de 2022, a CPM foi classificada como operação descontinuada. Em 30 de novembro de 2022 a CPM realizou a redução de capital no montante de R\$1.208, visando o encerramento de suas atividades, com o objetivo de retornar os investimentos realizados por seus acionistas. Os quadros de ativos e passivos de operação descontinuada estão discriminados abaixo e incluem tanto a posição patrimonial e de resultados incorridos ao longo de 2024 e 2023, quando aplicável.

Ativo	2024	2023
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	2.315	2.811
Contas a receber de partes relacionadas	75	75
Estoque	32	29
Tributos a recuperar	128	788
Antecipação de dividendos	-	6.000
Outros recebíveis	-	122
Total do ativo circulante	2.554	9.825
Não circulante		
Tributos a recuperar	2.808	2.913
Depósitos judiciais	161	175
Total do ativo não circulante	2.969	3.088
Total do ativo	5.523	12.913
Passivo e patrimônio líquido		
Circulante		
Fornecedores	48	57
Passivo de arrendamento	33	21
Tributos a receber	25	5
Outros contas a pagar	255	50
Total do passivo circulante	326	143
Não circulante		
Provisão para perdas com processos judiciais	890	907
Total do passivo não circulante	1.216	1.050
Total do passivo	1.542	1.193
Capital social	27.397	33.397
Reservas de lucros	(23.090)	(21.534)
Total do patrimônio líquido (I)	4.307	11.863
Total do passivo e do patrimônio líquido	5.523	12.913

A Diretoria e Quotistas da EMS S.A.

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da EMS S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações de resultados, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia, em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades da auditoria pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Outros assuntos: Avaliamos os valores correspondentes: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram auditadas por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 28 de março de 2024, sem modificação. Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas: A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

(I) O saldo de patrimônio líquido foi eliminado no momento da consolidação da empresa. Os resultados e os fluxos de caixa das operações descontinuadas para o semestre findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023, estão demonstradas a seguir:

	2024	2023
Despesas administrativas	(1.742)	(23.494)
Outras (despesas) receitas, líquidas	(11)	(54)
Lucro operacional	(1.753)	(23.548)
Resultado financeiro, líquido	199	921
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	(1.554)	(22.627)
Imposto de renda e contribuição social	(1.554)	(22.627)
Lucro líquido do exercício	(1.554)	(22.627)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	(1.554)	(22.627)
Ajustes de:		
Provisão (reversão) para perdas de créditos estimados do contas a receber	21.930	21.930
Provisão para perda do valor recuperável (impairment)	2	(21)
Provisão para processos judiciais	(17)	(508)
	20.361	(1.226)
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber de clientes	(21.930)	2.049
Estoque	(6)	12
Tributos a recuperar	(1)	(261)
Outros recebíveis	765	119
Fornecedores e outras obrigações	120	(238)
Depósitos judiciais	19	(74)
Tributos a recolher	196	(31)
Fornecedores com partes relacionadas	(15)	(173)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	(496)	17
Dividendos pagos aos acionistas/quotistas do Grupo	-	(6.000)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos e financiamentos	-	(6.000)
Aumento (diminuição) de caixa e equivalentes de caixa, líquidos	(496)	(5.823)
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	2.315	2.811
EMS Sigma Pharma Ltda. - localizada em Hortolândia/SP, atua na fabricação e comercialização de medicamentos similares em âmbito nacional. Atualmente, possui apenas uma linha de produção, os demais produtos comercializados são adquiridos da controladora para revenda. Em novembro de 2018 a EMS Sigma Pharma Ltda. adquiriu 29% dos produtos fabricados pela Novamed/AM a partir do Regime Especial de Industrialização por Encargamento obtido no Estado de São Paulo e anuído pelo Governo do Amazonas. Legrand Pharma Indústria Farmacêutica Ltda. - localizada em Hortolândia/SP, atua na fabricação e comercialização de medicamentos genéricos em âmbito nacional. A companhia trata as transações com participações de terceiros, controladores, como transações com proprietários de ativos de suas controladas. Para as compras de participações de acionistas não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participação de acionistas não controladores também são registrados no patrimônio líquido. 3. Base de preparação, mensuração e declaração de conformidade		

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR-GAAP), com base nos pronunciamentos, orientações e interpretações contábeis emitidas pelo Conselho de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC. A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, justos no fim de cada período de relatório, conforme descrito nas políticas contábeis a seguir. Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em real - R\$, que é a moeda funcional da Companhia.

Luiz Carlos Borgonovi - Presidente

Murilo Pastrello - Contador CRC SP 15P 285.494/O-0

Thiago Cardoso T. Tavares - Diretor

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras relevantes, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras. A não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas: Nossa auditoria não obteve segurança suficiente de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará distorções relevantes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, o nosso julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, sem como obtemos evidência de auditoria suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é

a realização de pesquisas, desenvolvimento, inovação, aperfeiçoamento, solidificação e divulgação de técnicas e conhecimentos relacionados à sistemática do método de xenotransplante no Brasil, visando a produção de órgãos adicionais não-humanos geneticamente modificados para transplante em humanos e futura comercialização e geração de patentes e biotecnologias desenvolvidas. A empresa não possui ainda nenhuma movimentação financeira e, portanto, não há saldos e serem consolidados. Rio Biofarm Brasil Ltda. ("RBL") - localizada em Hortolândia/SP, é uma empresa constituída em 28 de abril de 2021 que tem como objeto social a fabricação, comércio, importação e exportação de produtos e insumos farmacêuticos, próprios e de terceiros, a prestação de serviços administrativos, consultoria, assistência técnica e documental com ou sem transferência de tecnologia. V-SE Comércio e Distribuição de Vitaminas e Suplementos Ltda. ("Vitaminase") - localizada em Hortolândia/SP, é uma empresa que tem como objeto social o comércio varejista e atacado de produtos alimentícios em geral e o comércio varejista de artigos de vestuário e acessórios. A empresa foi adquirida em 05 de julho de 2024 através da EMS na totalidade de 100% da participação societária, e partir de então passou a ser combinada com as informações financeiras intermediárias. Movimentações ocorridas durante o exercício de 2024: Em 24 de outubro de 2024, a EMS firmou um contrato de venda da totalidade das ações de 593.600 quotas, representando 1% do capital social da RBL, para a NG Investimentos Ltda. (NGI), pelo valor de R\$31. O pagamento foi realizado à vista nas condições acordadas no contrato. Nas demonstrações financeiras individuais, a controladora e controladas de controle pelo método de equivalência patrimonial. As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com os seguintes critérios: • Eliminação dos saldos de controle do ativo e passivo, entre as empresas consolidadas; • Eliminação dos investimentos e do resultado da equivalência patrimonial nas empresas consolidadas; • Eliminação do respectivo patrimônio líquido da empresa investida; • Eliminação das receitas e despesas decorrentes de negócios entre as empresas consolidadas; • Eliminação do lucro nos estoques e venda de ativo imobilizado, quando aplicável, oriundo de vendas entre as empresas consolidadas. As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas: a) Controladas e equivalentes: São todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas) nas quais a Companhia detém o controle. A Companhia controla uma entidade quando esta exposta ou tem direito a retorno variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. A Companhia não totalmente consolidadas: a partir da data em que a Companhia transfere para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle. Os investimentos em empresas controladas são reconhecidos pelo método de equivalência patrimonial (MEP) desde a data que o controle é adquirido. Transações entre empresas, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação gere evidências de uma perda (impairment) do ativo transferido. As políticas contábeis e estimativas da controlada são consistentes com as políticas contábeis e estimativas adotadas pela Companhia. Adicionalmente a controlada segue o mesmo exercício social da Companhia, encerrado em 31 de dezembro de cada ano. A Companhia trata as transações com participações de terceiros, controladores, como transações com proprietários de ativos de suas controladas. Para as compras de participações de acionistas não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participação de acionistas não controladores também são registrados no patrimônio líquido. 3. Base de preparação, mensuração e declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR-GAAP), com base nos pronunciamentos, orientações e interpretações contábeis emitidas pelo Conselho de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC. A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, justos no fim de cada período de relatório, conforme descrito nas políticas contábeis a seguir. Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em real - R\$, que é a moeda funcional da Companhia.

Ernst & Young
Auditores Independentes S.S. Ltda.
CRC SP-027.623/F
Ernesto Cléria S. Hilario
CRC SP-243.768/O

ESTOK COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES S.A.

CNPJ/MF nº 49.732.175/0001-82 - NIRE 3530446666

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

Banco Santander (Brasil) S.A., sociedade anônima, inscrita no CNPJ sob o nº 90.400.888/0001-42, com sede na Avenida Presidente Dutra, 281, bloco II, 1º andar, Jd. Morumbi, 05400-000, São Paulo/SP, por meio de seu representante legal, o Sr. Paulo Cesar de Oliveira, nº 21, conjunto 31/33, bloco III, Vila Leopoldina, São Paulo/SP, CEP 05311-020 ("Debenturistas TokStok" ou "Companhia", respectivamente), com fulcro na Cláusula 13.2 da escritura de emissão das Debentures TokStok ("Escritura de Emissão") e nos artigos 71 e 124 da Lei nº 6.404/1976, CNV e os títulos das Debentures TokStok ("Debentures") para se reunir em assembleia geral de debenturistas a ser realizada, em primeira convocação, na sede da Companhia, às 09:00 horas do dia 29 de abril de 2025, para examinar, discutir e votar a respeito da seguinte ordem do dia ("OD") (I) CONDIÇÃO A) à análise de emissão de debentures vinculadas pelos Ofertantes (conforme termo abaixo definido) e/ou demais partes envolvidas, em condições satisfatórias aos Debenturistas, a serem pactuadas mediante deliberação nesse sentido na forma prevista na Escritura de Emissão, CONDIÇÃO B) a emissão de debentures vinculadas pelos Ofertantes (conforme termo abaixo definido) e/ou demais partes envolvidas, em condições satisfatórias aos Debenturistas, a serem pactuadas mediante deliberação nesse sentido na forma prevista na Escritura de Emissão, CONDIÇÃO C) a emissão de debentures vinculadas pelos Ofertantes (conforme termo abaixo definido) e/ou demais partes envolvidas, em condições satisfatórias aos Debenturistas, a serem pactuadas mediante deliberação nesse sentido na forma prevista na Escritura de Emissão, CONDIÇÃO D) a emissão de debentures vinculadas pelos Ofertantes (conforme termo abaixo definido) e/ou demais partes envolvidas, em condições satisfatórias aos Debenturistas, a serem pactuadas mediante deliberação nesse sentido na forma prevista na Escritura de Emissão, CONDIÇÃO E) a emissão de debentures vinculadas pelos Ofertantes (conforme termo abaixo definido) e/ou demais partes envolvidas, em condições satisfatórias aos Debenturistas, a serem pactuadas mediante deliberação nesse sentido na forma prevista na Escritura de Emissão, CONDIÇÃO F) a emissão de debentures vinculadas pelos Ofertantes (conforme termo abaixo definido) e/ou demais partes envolvidas, em condições satisfatórias aos Debenturistas, a serem pactuadas mediante deliberação nesse sentido na forma prevista na Escritura de Emissão, CONDIÇÃO G) a emissão de debentures vinculadas pelos Ofertantes (conforme termo abaixo definido) e/ou demais partes envolvidas, em condições satisfatórias aos Debenturistas, a serem pactuadas mediante deliberação nesse sentido na forma prevista na Escritura de Emissão, CONDIÇÃO H) a emissão de debentures vinculadas pelos Ofertantes (conforme termo abaixo definido) e/ou demais partes envolvidas, em condições satisfatórias aos Debenturistas, a serem pactuadas mediante deliberação nesse sentido na forma prevista na Escritura de Emissão, CONDIÇÃO I) a emissão de debentures vinculadas pelos Ofertantes (conforme termo abaixo definido) e/ou demais partes envolvidas, em condições satisfatórias aos Debenturistas, a serem pactuadas mediante deliberação nesse sentido na forma prevista na Escritura de Emissão, CONDIÇÃO J) a emissão de debentures vinculadas pelos Ofertantes (conforme termo abaixo definido) e/ou demais partes envolvidas, em condições satisfatórias aos Debenturistas, a serem pactuadas mediante deliberação nesse sentido na forma prevista na Escritura de Emissão, CONDIÇÃO K) a emissão de debentures vinculadas pelos Ofertantes (conforme termo abaixo definido) e/ou demais partes envolvidas, em condições satisfatórias aos Debenturistas, a serem pactuadas mediante deliberação nesse sentido na forma prevista na Escritura de Emissão, CONDIÇÃO L) a emissão de debentures vinculadas pelos Ofertantes (conforme termo abaixo definido) e/ou demais partes envolvidas, em condições satisfatórias aos Debenturistas, a serem pactuadas mediante deliberação nesse sentido na forma prevista na Escritura de Emissão, CONDIÇÃO M) a emissão de debentures vinculadas pelos Ofertantes (conforme termo abaixo definido) e/ou demais partes envolvidas, em condições satisfatórias aos Debenturistas, a serem pactuadas mediante deliberação nesse sentido na forma prevista na Escritura de Emissão, CONDIÇÃO N) a emissão de debentures vinculadas pelos Ofertantes (conforme termo abaixo definido) e/ou demais partes envolvidas, em condições satisfatórias aos Debenturistas, a serem pactuadas mediante deliberação nesse sentido na forma prevista na Escritura de Emissão, CONDIÇÃO O) a emissão de debentures vinculadas pelos Ofertantes (conforme termo abaixo definido) e/ou demais partes envolvidas, em condições satisfatórias aos Debenturistas, a serem pactuadas mediante deliberação nesse sentido na forma prevista na Escritura de Emissão, CONDIÇÃO P) a emissão de debentures vinculadas pelos Ofertantes (conforme termo abaixo definido) e/ou demais partes envolvidas, em condições satisfatórias aos Debenturistas, a serem pactuadas mediante deliberação nesse sentido na forma prevista na Escritura de Emissão, CONDIÇÃO Q) a emissão de debentures vinculadas pelos Ofertantes (conforme termo abaixo definido) e/ou demais partes envolvidas, em condições satisfatórias aos Debenturistas, a serem pactuadas mediante deliberação nesse sentido na forma prevista na Escritura de Emissão, CONDIÇÃO R) a emissão de debentures vinculadas pelos Ofertantes (conforme termo abaixo definido) e/ou demais partes envolvidas, em condições satisfatórias aos Debenturistas, a serem pactuadas mediante deliberação nesse sentido na forma prevista na Escritura de Emissão, CONDIÇÃO S) a emissão de debentures vinculadas pelos Ofertantes (conforme termo abaixo definido) e/ou demais partes envolvidas, em condições satisfatórias aos Debenturistas, a serem pactuadas mediante deliberação nesse sentido na forma prevista na Escritura de Emissão, CONDIÇÃO T) a emissão de debentures vinculadas pelos Ofertantes (conforme termo abaixo definido) e/ou demais partes envolvidas, em condições satisfatórias aos Debenturistas, a serem pactuadas mediante deliberação nesse sentido na forma prevista na Escritura de Emissão, CONDIÇÃO U) a emissão de debentures vinculadas pelos Ofertantes (conforme termo abaixo definido) e/ou demais partes envolvidas, em condições satisfatórias aos Debenturistas, a serem pactuadas mediante deliberação nesse sentido na forma prevista na Escritura de Emissão, CONDIÇÃO V) a emissão de debentures vinculadas pelos Ofertantes (conforme termo abaixo definido) e/ou demais partes envolvidas, em condições satisfatórias aos Debenturistas, a serem pactuadas mediante deliberação nesse sentido na forma prevista na Escritura de Emissão, CONDIÇÃO W) a emissão de debentures vinculadas pelos Ofertantes (conforme termo abaixo definido) e/ou demais partes envolvidas, em condições satisfatórias aos Debenturistas, a serem pactuadas mediante deliberação nesse sentido na forma prevista na Escritura de Emissão, CONDIÇÃO X) a emissão de debentures vinculadas pelos Ofertantes (conforme termo abaixo definido) e/ou demais partes envolvidas, em condições satisfatórias aos Debenturistas, a serem pactuadas mediante deliberação nesse sentido na forma prevista na Escritura de Emissão, CONDIÇÃO Y) a emissão de debentures vinculadas pelos Ofertantes (conforme termo abaixo definido) e/ou demais partes envolvidas, em condições satisfatórias aos Debenturistas, a serem pactuadas mediante deliberação nesse sentido na forma prevista na Escritura de Emissão, CONDIÇÃO Z) a emissão de debentures vinculadas pelos Ofertantes (conforme termo abaixo definido) e/ou demais partes envolvidas, em condições satisfatórias aos Debenturistas, a serem pactuadas mediante deliberação nesse sentido na forma prevista na Escritura de Emissão, CONDIÇÃO AA) a emissão de debentures vinculadas pelos Ofertantes (conforme termo abaixo definido) e/ou demais partes envolvidas, em condições satisfatórias aos Debenturistas, a serem pactuadas mediante deliberação nesse sentido na forma prevista na Escritura de Emissão, CONDIÇÃO AB) a emissão de debentures vinculadas pelos Ofertantes (conforme termo abaixo definido) e/ou demais partes envolvidas, em condições satisfatórias aos Debenturistas, a serem pactuadas mediante deliberação nesse sentido na forma prevista na Escritura de Emissão, CONDIÇÃO AC) a emissão de debentures vinculadas pelos Ofertantes (conforme termo abaixo definido) e/ou demais partes envolvidas, em condições satisfatórias aos Debenturistas, a serem pactuadas mediante deliberação nesse sentido na forma prevista na Escritura de Emissão, CONDIÇÃO AD) a emissão de debentures vinculadas pelos Ofertantes (conforme termo abaixo definido) e/ou demais partes envolvidas, em condições satisfatórias aos Debenturistas, a serem pactuadas mediante deliberação nesse sentido na forma prevista na Escritura de Emissão, CONDIÇÃO AE) a emissão de debentures vinculadas pelos Ofertantes (conforme termo abaixo definido) e/ou demais partes envolvidas, em condições satisfatórias aos Debenturistas, a serem pactuadas mediante deliberação nesse sentido na forma prevista na Escritura de Emissão, CONDIÇÃO AF) a emissão de debentures vinculadas pelos Ofertantes (conforme termo abaixo definido) e/ou demais partes envolvidas, em condições satisfatórias aos Debenturistas, a serem pactuadas mediante deliberação nesse sentido na forma prevista na Escritura de Emissão, CONDIÇÃO AG) a emissão de debentures vinculadas pelos Ofertantes (conforme termo abaixo definido) e/ou demais partes envolvidas, em condições satisfatórias aos Debenturistas, a serem pactuadas mediante deliberação nesse sentido na forma prevista na Escritura de Emissão, CONDIÇÃO AH) a emissão de debentures vinculadas pelos Ofertantes (conforme termo abaixo definido) e/ou demais partes envolvidas, em condições satisfatórias aos Debenturistas, a serem pactuadas mediante deliberação nesse sentido na forma prevista na Escritura de Emissão, CONDIÇÃO AI) a emissão de debentures vinculadas pelos Ofertantes (conforme termo abaixo definido) e/ou demais partes envolvidas, em condições satisfatórias aos Debenturistas, a serem pactuadas mediante deliberação nesse sentido na forma prevista na Escritura de Emissão, CONDIÇÃO AJ) a emissão de debentures vinculadas pelos Ofertantes (conforme termo abaixo definido) e/ou demais partes envolvidas, em condições satisfatórias aos Debenturistas, a serem pactuadas mediante deliberação nesse sentido na forma prevista na Escritura de Emissão, CONDIÇÃO AK) a emissão de debentures vinculadas pelos Ofertantes (conforme termo abaixo definido) e/ou demais partes envolvidas, em condições satisfatórias aos Debenturistas, a serem pactuadas mediante deliberação nesse sentido na forma prevista na Escritura de Emissão, CONDIÇÃO AL) a emissão de debentures vinculadas pelos Ofertantes (conforme termo abaixo definido) e/ou demais partes envolvidas, em condições satisfatórias aos Debenturistas, a serem pactuadas mediante deliberação nesse sentido na forma prevista na Escritura de Emissão, CONDIÇÃO AM) a emissão de debentures vinculadas pelos Ofertantes (conforme termo abaixo definido) e/ou demais partes envolvidas, em condições satisfatórias aos Debenturistas, a serem pactuadas mediante deliberação nesse sentido na forma prevista na Escritura de Emissão, CONDIÇÃO AN) a emissão de debentures vinculadas pelos Ofertantes (conforme termo abaixo definido) e/ou demais partes envolvidas, em condições satisfatórias aos Debenturistas, a serem pactuadas mediante deliberação nesse sentido na forma prevista na Escritura de Emissão, CONDIÇÃO AO) a emissão de debentures vinculadas pelos Ofertantes (conforme termo abaixo definido) e/ou demais partes envolvidas, em condições satisfatórias aos Debenturistas, a serem pactuadas mediante deliberação nesse sentido na forma prevista na Escritura de Emissão, CONDIÇÃO AP) a emissão de debentures vinculadas pelos Ofertantes (conforme termo abaixo definido) e/ou demais partes envolvidas, em condições satisfatórias aos Debenturistas, a serem pactuadas mediante deliberação nesse sentido na forma prevista na Escritura de Emissão, CONDIÇÃO AQ) a emissão de debentures vinculadas pelos Ofertantes (conforme termo abaixo definido) e/ou demais partes envolvidas, em condições satisfatórias aos Debenturistas, a serem pactuadas mediante deliberação nesse sentido na forma prevista na Escritura de Emissão, CONDIÇÃO AR) a emissão de debentures vinculadas pelos Ofertantes (conforme termo abaixo definido) e/ou demais partes envolvidas, em condições satisfatórias aos Debenturistas, a serem pactuadas mediante deliberação nesse sentido na forma prevista na Escritura de Emissão, CONDIÇÃO AS) a emissão de debentures vinculadas pelos Ofertantes (conforme termo abaixo definido) e/ou demais partes envolvidas, em condições satisfatórias aos Debenturistas, a serem pactuadas mediante deliberação nesse sentido na forma prevista na Escritura de Emissão, CONDIÇÃO AT) a emissão de debentures vinculadas pelos Ofertantes (conforme termo abaixo definido) e/ou demais partes envolvidas, em condições satisfatórias aos Debenturistas, a serem pactuadas mediante deliberação nesse sentido na forma prevista na Escritura de Emissão, CONDIÇÃO AU) a emissão de debentures vinculadas pelos Ofertantes (conforme termo abaixo definido) e/ou demais partes envolvidas, em condições satisfatórias aos Debenturistas, a serem pactuadas mediante deliberação nesse sentido na forma prevista na Escritura de Emissão, CONDIÇÃO AV) a emissão de debentures vinculadas pelos Ofertantes (conforme termo abaixo definido) e/ou demais partes envolvidas, em condições satisfatórias aos Debenturistas, a serem pactuadas mediante deliberação nesse sentido na forma prevista na Escritura de Emissão, CONDIÇÃO AW) a emissão de debentures vinculadas pelos Ofertantes (conforme termo abaixo definido) e/ou demais partes envolvidas, em condições satisfatórias aos Debenturistas, a serem pactuadas mediante deliberação nesse sentido na forma prevista na Escritura de Emissão, CONDIÇÃO AX) a emissão de debentures vinculadas pelos Ofertantes (conforme termo abaixo definido) e/ou demais partes envolvidas, em condições satisfatórias aos Debenturistas, a serem pactuadas mediante deliberação nesse sentido na forma prevista na Escritura de Emissão, CONDIÇÃO AY) a emissão de debentures vinculadas pelos Ofertantes (conforme termo abaixo definido) e/ou demais partes envolvidas, em condições satisfatórias aos Debenturistas, a serem pactuadas mediante deliberação nesse sentido na forma prevista na Escritura de Emissão, CONDIÇÃO AZ) a emissão de debentures vinculadas pelos Ofertantes (conforme termo abaixo definido) e/ou demais partes envolvidas, em condições satisfatórias aos Debenturistas, a serem pactuadas mediante deliberação nesse sentido na forma prevista na Escritura de Emissão, CONDIÇÃO BA) a emissão de debentures vinculadas pelos Ofertantes (conforme termo abaixo definido) e/ou demais partes envolvidas, em condições satisfatórias aos Debenturistas, a serem pactuadas mediante deliberação nesse sentido na forma prevista na Escritura de Emissão, CONDIÇÃO BB) a emissão de debentures vinculadas pelos Ofertantes (conforme termo abaixo definido) e/ou demais partes envolvidas, em condições satisfatórias aos Debenturistas, a serem pactuadas mediante deliberação nesse sentido na forma prevista na Escritura de Emissão, CONDIÇÃO BC) a emissão de debentures vinculadas pelos Ofertantes (conforme termo abaixo definido) e/ou demais partes envolvidas, em condições satisfatórias aos Debenturistas, a serem pactuadas mediante deliberação nesse sentido na forma prevista na Escritura de Emissão, CONDIÇÃO BD) a emissão de debentures vinculadas pelos Ofertantes (conforme termo abaixo definido) e/ou demais partes envolvidas, em condições satisfatórias aos Debenturistas, a serem pactuadas mediante deliberação nesse sentido na forma prevista na Escritura de Emissão, CONDIÇÃO BE) a emissão de debentures vinculadas pelos Ofertantes (conforme termo abaixo definido) e/ou demais partes envolvidas, em condições satisfatórias aos Debenturistas, a serem pactuadas mediante deliberação nesse sentido na forma prevista na Escritura de Emissão, CONDIÇÃO BF) a emissão de debentures vinculadas pelos Ofertantes (conforme termo abaixo definido) e/ou demais partes envolvidas, em condições satisfatórias aos Debenturistas, a serem pactuadas mediante deliberação nesse sentido na forma prevista na Escritura de Emissão, CONDIÇÃO BG) a emissão de debentures vinculadas pelos Ofertantes (conforme termo abaixo definido) e/ou demais partes envolvidas, em condições satisfatórias aos Debenturistas, a serem pactuadas mediante deliberação nesse sentido na forma prevista na Escritura de Emissão, CONDIÇÃO BH) a emissão de debentures vinculadas pelos Ofertantes (conforme termo abaixo definido) e/ou demais partes envolvidas, em condições satisfatórias aos Debenturistas, a serem pactuadas mediante deliberação nesse sentido na forma prevista na Escritura de Emissão, CONDIÇÃO BI) a emissão de debentures vinculadas pelos Ofertantes (conforme termo abaixo definido) e/ou demais partes envolvidas, em condições satisfatórias aos Debenturistas, a serem pactuadas mediante deliberação nesse sentido na forma prevista na Escritura de Emissão, CONDIÇÃO BJ) a emissão de debentures vinculadas pelos Ofertantes (conforme termo abaixo definido) e/ou demais partes envolvidas, em condições satisfatórias aos Debenturistas, a serem pactuadas mediante deliberação nesse sentido na forma prevista na Escritura de Emissão, CONDIÇÃO BK) a emissão de debentures vinculadas pelos Ofertantes (conforme termo abaixo definido) e/ou demais partes envolvidas, em condições satisfatórias aos Debenturistas, a serem pactuadas mediante deliberação nesse sentido na forma prevista na Escritura de Emissão, CONDIÇÃO BL) a emissão de debentures vinculadas pelos Ofertantes (conforme termo abaixo definido) e/ou demais partes envolvidas, em condições satisfatórias aos Debenturistas, a serem pactuadas mediante deliberação nesse sentido na forma prevista na Escritura de Emissão, CONDIÇÃO BM) a emissão de debentures vinculadas pelos Ofertantes (conforme termo abaixo definido) e/ou demais partes envolvidas, em condições satisfatórias aos Debenturistas, a serem pactuadas mediante deliberação nesse sentido na forma prevista na Escritura de Emissão, CONDIÇÃO BN) a emissão de debentures vinculadas pelos Ofertantes (conforme termo abaixo definido) e/ou demais partes envolvidas, em condições satisfatórias aos Debenturistas, a serem pactuadas mediante deliberação nesse sentido na forma prevista na Escritura de Emissão, CONDIÇÃO BO) a emissão de debentures vinculadas pelos Ofertantes (conforme termo abaixo definido) e/ou demais partes envolvidas, em condições satisfatórias aos Debenturistas, a serem pactuadas mediante deliberação nesse sentido na forma prevista na Escritura de Emissão, CONDIÇÃO BP) a emissão de debentures vinculadas pelos Ofertantes (conforme termo abaixo definido) e/ou demais partes envolvidas, em condições satisfatórias aos Debenturistas, a serem pactuadas mediante deliberação nesse sentido na forma prevista na Escritura de Emissão, CONDIÇÃO BQ) a emissão de debentures vinculadas pelos Ofertantes (conforme termo abaixo definido) e/ou demais partes envolvidas, em condições satisfatórias aos Debenturistas, a serem pactuadas mediante deliberação nesse sentido na forma prevista na Escritura de Emissão, CONDIÇÃO BR) a emissão de debentures vinculadas pelos Ofertantes (conforme termo abaixo definido) e/ou demais partes envolvidas, em condições satisfatórias aos Debenturistas, a serem pactuadas mediante deliberação nesse sentido na forma prevista na Escritura de Emissão, CONDIÇÃO BS) a emissão de debentures vinculadas pelos Ofertantes (conforme termo abaixo definido) e/ou demais partes envolvidas, em condições satisfatórias aos Debenturistas, a serem pactuadas mediante deliberação nesse sentido na forma prevista na Escritura de Emissão, CONDIÇÃO BT) a emissão de debentures vinculadas pelos Ofertantes (conforme termo abaixo definido) e/ou demais partes envolvidas, em condições satisfatórias aos Debenturistas, a serem pactuadas mediante deliberação nesse sentido na forma prevista na Escritura de Emissão, CONDIÇÃO BU) a emissão de debentures vinculadas pelos Ofertantes (conforme termo abaixo definido) e/ou demais partes envolvidas, em condições satisfatórias aos Debenturistas, a serem pactuadas mediante deliberação nesse sentido na forma prevista na Escritura de Emissão, CONDIÇÃO BV) a emissão de debentures vinculadas pelos Ofertantes (conforme termo abaixo definido) e/ou demais partes envolvidas, em condições satisfatórias aos Debenturistas, a serem pactuadas mediante deliberação nesse sentido na forma prevista na Escritura de Emissão, CONDIÇÃO BV) a emissão de debentures vinculadas pelos Ofertantes (conforme termo abaixo definido) e/ou demais partes envolvidas, em condições satisfatórias aos Debenturistas, a serem pactuadas mediante deliberação nesse sentido na forma prevista na Escritura de Emissão, CONDIÇÃO BV) a emissão de debentures vinculadas pelos Ofertantes (conforme termo abaixo definido) e/ou demais partes envolvidas, em condições satisfatórias aos Debenturistas, a serem pactuadas mediante deliberação nesse sentido na forma prevista na Escritura de Emissão, CONDIÇÃO BV) a emissão de debentures vinculadas pelos Ofertantes (conforme termo abaixo definido) e/ou demais partes envolvidas, em condições satisfatórias aos Debenturistas, a serem pactuadas mediante deliberação nesse sentido na forma prevista na Escritura de Emissão, CONDIÇÃO BV) a emissão de debentures vinculadas pelos Ofertantes (conforme termo abaixo definido) e/ou demais partes envolvidas, em condições satisfatórias aos Debenturistas, a serem pactuadas mediante deliberação nesse sentido na forma prevista na Escritura de Emissão, CONDIÇÃO BV) a emissão de debentures vinculadas pelos Ofertantes (conforme termo abaixo definido) e/ou demais partes envolvidas, em condições satisfatórias aos Debenturistas, a serem pactuadas mediante deliberação nesse sentido na forma prevista na Escritura de Emissão, CONDIÇÃO BV) a emissão de debentures vinculadas pelos Ofertantes (conforme termo abaixo definido) e/ou demais partes envolvidas, em condições satisfatórias aos Debenturistas, a serem pactuadas mediante deliberação nesse sentido na forma prevista na Escritura de Emissão, CONDIÇÃO BV) a emissão de debentures vinculadas pelos Ofertantes (conforme termo abaixo definido) e/ou demais partes envolvidas, em condições satisfatórias aos Debenturistas, a serem pactuadas mediante deliberação nesse sentido na forma prevista na Escritura de Emissão, CONDIÇÃO BV) a emissão de debentures vinculadas pelos Ofertantes (conforme termo abaixo definido) e/ou demais partes envolvidas, em condições satisfatórias aos Debenturistas, a serem pactuadas mediante deliberação nesse sentido na forma prevista na Escritura de Emissão, CONDIÇÃO BV) a emissão de debentures vinculadas pelos Ofertantes (conforme termo abaixo definido) e/ou demais partes envolvidas, em condições satisfatórias aos Debenturistas, a serem pactuadas mediante deliberação nesse sentido na forma prevista na Escritura de Emissão, CONDIÇÃO BV) a emissão de debentures vinculadas pelos Ofertantes (conforme termo abaixo definido) e/ou demais partes envolvidas, em condições satisfatórias aos Debenturistas, a serem pactuadas mediante deliberação nesse sentido na forma prevista na Escritura de Emissão, CONDIÇÃO BV) a emissão de debentures vinculadas pelos Ofertantes (conforme termo abaixo definido) e/ou demais partes envolvidas, em condições satisfatórias aos Debenturistas, a serem pactuadas mediante deliberação nesse sentido na forma prevista na Escritura de Emissão, CONDIÇÃO BV) a emissão de debentures vinculadas pelos Ofertantes (conforme termo abaixo definido) e/ou demais partes envolvidas, em condições satisfatórias aos Debenturistas, a serem pactuadas mediante deliberação nesse sentido na forma prevista na Escritura de Emissão, CONDIÇÃO BV) a emissão de debentures vinculadas pelos Ofertantes (conforme termo abaixo definido) e/ou demais partes envolvidas, em condições satisfatórias aos Debent

Six Port Participações S/A				
CNPJ/CPF: 23.361.005/0001-45				
Demonstrações Financeiras dos exercícios findos em 31.12.2021 e 2020				
Balancete Patrimonial				
	2021	2020	2021	2020
Ativo	285,40	1.017,40		
Ativo Circulante	285,40	1.017,40		
Caixa e Equivalente de Caixa	285,40	1.017,40		
Bancos Conta Movimento	285,40	1.017,40		
Passivo	285,40	1.017,40		
Passivo Circulante	22.599,00	11.039,00		
Obrigações Operacionais	22.599,00	11.039,00		
Forneceores	877,00	848,00		
Financiamentos	21.722,00	10.191,00		
Matrícula Lúcido	(22.313,60)	(10.021,60)		
Capital Social	12.000,00	12.000,00		
Capital Social Realizado	12.000,00	12.000,00		
Prejuízos Acumulados	(34.313,60)	(22.021,60)		
Lucro/Prejuízo	(34.313,60)	(22.021,60)		

Six Port Participações S/A				
CNPJ/CPF: 23.361.005/0001-45				
Demonstrações Financeiras dos exercícios findos em 31.12.2022 e 2021				
Balancete Patrimonial				
	2022	2021	2022	2021
Ativo	58.891.108,08	285,40		
Ativo Circulante	1.160.491,51	285,40		
Caixa e Equivalente de Caixa	1.160.491,51	285,40		
Bancos Conta Movimento	975,45	285,40		
Títulos Vinc. Mercado Aberto	1.159.516,06	0,00		
Realizável a Longo Prazo	12.002.500,00	0,00		
Contas Correntes	49.728.116,57	0,00		
Participações em Controladas	45.728.116,57	0,00		
Passivo	58.891.108,08	285,40		
Passivo Circulante	22.599,00	22.599,00		
Obrigações Operacionais	22.599,00	22.599,00		
Forneceores	877,00	877,00		
Financiamentos	21.722,00	21.722,00		
Matrícula Lúcido	(22.313,60)	(10.021,60)		
Capital Social	12.000,00	12.000,00		
Capital Social Realizado	12.000,00	12.000,00		
Prejuízos Acumulados	(34.313,60)	(22.021,60)		
Lucro/Prejuízo	(34.313,60)	(22.021,60)		

Six Port Participações S/A				
CNPJ/CPF: 23.361.005/0001-45				
Demonstrações Financeiras dos exercícios findos em 31.12.2022 e 2021				
Balancete Patrimonial				
	2022	2021	2022	2021
Ativo	58.891.108,08	285,40		
Ativo Circulante	1.160.491,51	285,40		
Caixa e Equivalente de Caixa	1.160.491,51	285,40		
Bancos Conta Movimento	975,45	285,40		
Títulos Vinc. Mercado Aberto	1.159.516,06	0,00		
Realizável a Longo Prazo	12.002.500,00	0,00		
Contas Correntes	49.728.116,57	0,00		
Participações em Controladas	45.728.116,57	0,00		
Passivo	58.891.108,08	285,40		
Passivo Circulante	22.599,00	22.599,00		
Obrigações Operacionais	22.599,00	22.599,00		
Forneceores	877,00	877,00		
Financiamentos	21.722,00	21.722,00		
Matrícula Lúcido	(22.313,60)	(10.021,60)		
Capital Social	12.000,00	12.000,00		
Capital Social Realizado	12.000,00	12.000,00		
Prejuízos Acumulados	(34.313,60)	(22.021,60)		
Lucro/Prejuízo	(34.313,60)	(22.021,60)		

Qualiciclo Agrícola S.A.
CNPJ/CPF nº 04.784.681/0001-87 - NIRE 35.300.557/33

Ficam convocados os senhores acionistas da Qualiciclo Agrícola S.A. ("Companhia") a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária a ser realizada de modo exclusivamente digital e remoto no dia 30 de abril de 2025, às 16 horas, de modo exclusivamente digital por meio da plataforma Microsoft Teams, a fim de deliberarem sobre as seguintes matérias constantes da Ordem do Dia: 1. Apreciação das contas dos administradores e das demonstrações financeiras referentes ao período findo em 30 de junho de 2024; 2. Fixar a remuneração global e anual dos administradores da Companhia do exercício referente ao exercício social a encerrar em 30 de junho de 2025; e 3. Alteração da composição dos membros do Conselho de Administração da Companhia. A Companhia disponibiliza os documentos relativos às matérias a serem deliberadas na Assembleia Geral, bem como, o link, Terms de acesso à reunião no endereço de e-mail dos acionistas. Ponta Grossa/PR, 23, 24 e 25 de abril de 2025. **Rafael Marcos Laguna Cunha**, Presidente do Conselho de Administração (23, 24 e 25/04/2025)

Six Port Participações S/A				
CNPJ/CPF: 23.361.005/0001-45				
Demonstrações Financeiras dos exercícios findos em 31.12.2023 e 2022				
Balancete Patrimonial				
	2023	2022	2023	2022
Ativo	73.541.861,51	58.891.108,08		
Ativo Circulante	6.919.117,65	1.160.491,51		
Caixa e Equivalente de Caixa	4.785.767,65	1.160.491,51		
Bancos Conta Movimento	213,77	975,45		
Títulos Vinc. Mercado Aberto	4.785.703,88	1.159.516,06		
Realizável a Longo Prazo	2.133.200,00	0,00		
Contas a Receber	2.133.200,00	0,00		
Realizável a Longo Prazo	8.002.500,00	12.002.500,00		
Contas Correntes	8.002.500,00	12.002.500,00		
Participações em Controladas	58.620.243,86	45.728.116,57		
Passivo	73.541.861,51	58.891.108,08		
Passivo Circulante	4.626.370,75	1.151.576,75		
Obrigações Operacionais	4.626.370,75	1.151.576,75		
Forneceores	1.200,00	965,00		
Financiamentos	38.170,75	3.438,54		
Matrícula Lúcido	(4.626.370,75)	(1.151.576,75)		
Capital Social	12.000,00	12.000,00		
Capital Social Realizado	12.000,00	12.000,00		
Prejuízos Acumulados	(34.313,60)	(22.021,60)		
Lucro/Prejuízo	(34.313,60)	(22.021,60)		

Six Port Participações S/A				
CNPJ/CPF: 23.361.005/0001-45				
Demonstrações Financeiras dos exercícios findos em 31.12.2023 e 2022				
Balancete Patrimonial				
	2023	2022	2023	2022
Ativo	73.541.861,51	58.891.108,08		
Ativo Circulante	6.919.117,65	1.160.491,51		
Caixa e Equivalente de Caixa	4.785.767,65	1.160.491,51		
Bancos Conta Movimento	213,77	975,45		
Títulos Vinc. Mercado Aberto	4.785.703,88	1.159.516,06		
Realizável a Longo Prazo	2.133.200,00	0,00		
Contas a Receber	2.133.200,00	0,00		
Realizável a Longo Prazo	8.002.500,00	12.002.500,00		
Contas Correntes	8.002.500,00	12.002.500,00		
Participações em Controladas	58.620.243,86	45.728.116,57		
Passivo	73.541.861,51	58.891.108,08		
Passivo Circulante	4.626.370,75	1.151.576,75		
Obrigações Operacionais	4.626.370,75	1.151.576,75		
Forneceores	1.200,00	965,00		
Financiamentos	38.170,75	3.438,54		
Matrícula Lúcido	(4.626.370,75)	(1.151.576,75)		
Capital Social	12.000,00	12.000,00		
Capital Social Realizado	12.000,00	12.000,00		
Prejuízos Acumulados	(34.313,60)	(22.021,60)		
Lucro/Prejuízo	(34.313,60)	(22.021,60)		

ESTOK COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES S.A.
CNPJ/CPF nº 07.173.0001-82 - NIRE 35.300.446/64

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

Banco Santander (Brasil) S.A., sociedade anônima, inscrita no CNPJ sob nº 04.900.888/0001-42, com sede na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 2.041, conjunto 281, bloco A, condomínio "Torre 3", Via Rio Coração, São Paulo/SP, CEP nº 043-011, na qualidade de debenturista titular de mais de 10% das debêntures em circulação do tipo simples, não convertíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adossada às debêntures da Companhia, inscrita no CNPJ sob nº 07.173.0001-82, sediada na Avenida José Carlos de Oliveira, nº 21, conjunto 313, bloco III, Vila São José, São Paulo/SP, CEP nº 043-011, vem, por meio do presente Edital, convocar a Assembleia Geral de Debenturistas da Companhia, inscrita no CNPJ sob nº 07.173.0001-82, para se reunirem em Assembleia Geral de Debenturistas, a ser realizada, em primeira convocação, na sede da Companhia, às 09h00 horas do dia 29 de abril de 2025, para examinar, discutir e votar a seguinte ordem do dia: (I) "CONDIÇÕES" a serem observadas no exercício das obrigações vinculadas pelas debêntures (conforme termo aditivo definido) e/ou demais partes envolvidas, em conformidade com o disposto no artigo 1.º, inciso II, da Lei nº 8.006/90, em vigor; (II) "RELAÇÃO DE DEBENTURISTAS" a ser elaborada e assinada pelo Administrador da Companhia, inscrita no CNPJ sob nº 07.173.0001-82, em conformidade com o disposto no artigo 1.º, inciso III, da Lei nº 8.006/90, em vigor; (III) "RELAÇÃO DE DEBENTURISTAS" a ser elaborada e assinada pelo Administrador da Companhia, inscrita no CNPJ sob nº 07.173.0001-82, em conformidade com o disposto no artigo 1.º, inciso III, da Lei nº 8.006/90, em vigor; (IV) "RELAÇÃO DE DEBENTURISTAS" a ser elaborada e assinada pelo Administrador da Companhia, inscrita no CNPJ sob nº 07.173.0001-82, em conformidade com o disposto no artigo 1.º, inciso III, da Lei nº 8.006/90, em vigor; (V) "RELAÇÃO DE DEBENTURISTAS" a ser elaborada e assinada pelo Administrador da Companhia, inscrita no CNPJ sob nº 07.173.0001-82, em conformidade com o disposto no artigo 1.º, inciso III, da Lei nº 8.006/90, em vigor; (VI) "RELAÇÃO DE DEBENTURISTAS" a ser elaborada e assinada pelo Administrador da Companhia, inscrita no CNPJ sob nº 07.173.0001-82, em conformidade com o disposto no artigo 1.º, inciso III, da Lei nº 8.006/90, em vigor; (VII) "RELAÇÃO DE DEBENTURISTAS" a ser elaborada e assinada pelo Administrador da Companhia, inscrita no CNPJ sob nº 07.173.0001-82, em conformidade com o disposto no artigo 1.º, inciso III, da Lei nº 8.006/90, em vigor; (VIII) "RELAÇÃO DE DEBENTURISTAS" a ser elaborada e assinada pelo Administrador da Companhia, inscrita no CNPJ sob nº 07.173.0001-82, em conformidade com o disposto no artigo 1.º, inciso III, da Lei nº 8.006/90, em vigor; (IX) "RELAÇÃO DE DEBENTURISTAS" a ser elaborada e assinada pelo Administrador da Companhia, inscrita no CNPJ sob nº 07.173.0001-82, em conformidade com o disposto no artigo 1.º, inciso III, da Lei nº 8.006/90, em vigor; (X) "RELAÇÃO DE DEBENTURISTAS" a ser elaborada e assinada pelo Administrador da Companhia, inscrita no CNPJ sob nº 07.173.0001-82, em conformidade com o disposto no artigo 1.º, inciso III, da Lei nº 8.006/90, em vigor; (XI) "RELAÇÃO DE DEBENTURISTAS" a ser elaborada e assinada pelo Administrador da Companhia, inscrita no CNPJ sob nº 07.173.0001-82, em conformidade com o disposto no artigo 1.º, inciso III, da Lei nº 8.006/90, em vigor; (XII) "RELAÇÃO DE DEBENTURISTAS" a ser elaborada e assinada pelo Administrador da Companhia, inscrita no CNPJ sob nº 07.173.0001-82, em conformidade com o disposto no artigo 1.º, inciso III, da Lei nº 8.006/90, em vigor; (XIII) "RELAÇÃO DE DEBENTURISTAS" a ser elaborada e assinada pelo Administrador da Companhia, inscrita no CNPJ sob nº 07.173.0001-82, em conformidade com o disposto no artigo 1.º, inciso III, da Lei nº 8.006/90, em vigor; (XIV) "RELAÇÃO DE DEBENTURISTAS" a ser elaborada e assinada pelo Administrador da Companhia, inscrita no CNPJ sob nº 07.173.0001-82, em conformidade com o disposto no artigo 1.º, inciso III, da Lei nº 8.006/90, em vigor; (XV) "RELAÇÃO DE DEBENTURISTAS" a ser elaborada e assinada pelo Administrador da Companhia, inscrita no CNPJ sob nº 07.173.0001-82, em conformidade com o disposto no artigo 1.º, inciso III, da Lei nº 8.006/90, em vigor; (XVI) "RELAÇÃO DE DEBENTURISTAS" a ser elaborada e assinada pelo Administrador da Companhia, inscrita no CNPJ sob nº 07.173.0001-82, em conformidade com o disposto no artigo 1.º, inciso III, da Lei nº 8.006/90, em vigor; (XVII) "RELAÇÃO DE DEBENTURISTAS" a ser elaborada e assinada pelo Administrador da Companhia, inscrita no CNPJ sob nº 07.173.0001-82, em conformidade com o disposto no artigo 1.º, inciso III, da Lei nº 8.006/90, em vigor; (XVIII) "RELAÇÃO DE DEBENTURISTAS" a ser elaborada e assinada pelo Administrador da Companhia, inscrita no CNPJ sob nº 07.173.0001-82, em conformidade com o disposto no artigo 1.º, inciso III, da Lei nº 8.006/90, em vigor; (XIX) "RELAÇÃO DE DEBENTURISTAS" a ser elaborada e assinada pelo Administrador da Companhia, inscrita no CNPJ sob nº 07.173.0001-82, em conformidade com o disposto no artigo 1.º, inciso III, da Lei nº 8.006/90, em vigor; (XX) "RELAÇÃO DE DEBENTURISTAS" a ser elaborada e assinada pelo Administrador da Companhia, inscrita no CNPJ sob nº 07.173.0001-82, em conformidade com o disposto no artigo 1.º, inciso III, da Lei nº 8.006/90, em vigor; (XXI) "RELAÇÃO DE DEBENTURISTAS" a ser elaborada e assinada pelo Administrador da Companhia, inscrita no CNPJ sob nº 07.173.0001-82, em conformidade com o disposto no artigo 1.º, inciso III, da Lei nº 8.006/90, em vigor; (XXII) "RELAÇÃO DE DEBENTURISTAS" a ser elaborada e assinada pelo Administrador da Companhia, inscrita no CNPJ sob nº 07.173.0001-82, em conformidade com o disposto no artigo 1.º, inciso III, da Lei nº 8.006/90, em vigor; (XXIII) "RELAÇÃO DE DEBENTURISTAS" a ser elaborada e assinada pelo Administrador da Companhia, inscrita no CNPJ sob nº 07.173.0001-82, em conformidade com o disposto no artigo 1.º, inciso III, da Lei nº 8.006/90, em vigor; (XXIV) "RELAÇÃO DE DEBENTURISTAS" a ser elaborada e assinada pelo Administrador da Companhia, inscrita no CNPJ sob nº 07.173.0001-82, em conformidade com o disposto no artigo 1.º, inciso III, da Lei nº 8.006/90, em vigor; (XXV) "RELAÇÃO DE DEBENTURISTAS" a ser elaborada e assinada pelo Administrador da Companhia, inscrita no CNPJ sob nº 07.173.0001-82, em conformidade com o disposto no artigo 1.º, inciso III, da Lei nº 8.006/90, em vigor; (XXVI) "RELAÇÃO DE DEBENTURISTAS" a ser elaborada e assinada pelo Administrador da Companhia, inscrita no CNPJ sob nº 07.173.0001-82, em conformidade com o disposto no artigo 1.º, inciso III, da Lei nº 8.006/90, em vigor; (XXVII) "RELAÇÃO DE DEBENTURISTAS" a ser elaborada e assinada pelo Administrador da Companhia, inscrita no CNPJ sob nº 07.173.0001-82, em conformidade com o disposto no artigo 1.º, inciso III, da Lei nº 8.006/90, em vigor; (XXVIII) "RELAÇÃO DE DEBENTURISTAS" a ser elaborada e assinada pelo Administrador da Companhia, inscrita no CNPJ sob nº 07.173.0001-82, em conformidade com o disposto no artigo 1.º, inciso III, da Lei nº 8.006/90, em vigor; (XXIX) "RELAÇÃO DE DEBENTURISTAS" a ser elaborada e assinada pelo Administrador da Companhia, inscrita no CNPJ sob nº 07.173.0001-82, em conformidade com o disposto no artigo 1.º, inciso III, da Lei nº 8.006/90, em vigor; (XXX) "RELAÇÃO DE DEBENTURISTAS" a ser elaborada e assinada pelo Administrador da Companhia, inscrita no CNPJ sob nº 07.173.0001-82, em conformidade com o disposto no artigo 1.º, inciso III, da Lei nº 8.006/90, em vigor; (XXXI) "RELAÇÃO DE DEBENTURISTAS" a ser elaborada e assinada pelo Administrador da Companhia, inscrita no CNPJ sob nº 07.173.0001-82, em conformidade com o disposto no artigo 1.º, inciso III, da Lei nº 8.006/90, em vigor; (XXXII) "RELAÇÃO DE DEBENTURISTAS" a ser elaborada e assinada pelo Administrador da Companhia, inscrita no CNPJ sob nº 07.173.0001-82, em conformidade com o disposto no artigo 1.º, inciso III, da Lei nº 8.006/90, em vigor; (XXXIII) "RELAÇÃO DE DEBENTURISTAS" a ser elaborada e assinada pelo Administrador da Companhia, inscrita no CNPJ sob nº 07.173.0001-82, em conformidade com o disposto no artigo 1.º, inciso III, da Lei nº 8.006/90, em vigor; (XXXIV) "RELAÇÃO DE DEBENTURISTAS" a ser elaborada e assinada pelo Administrador da Companhia, inscrita no CNPJ sob nº 07.173.0001-82, em conformidade com o disposto no artigo 1.º, inciso III, da Lei nº 8.006/90, em vigor; (XXXV) "RELAÇÃO DE DEBENTURISTAS" a ser elaborada e assinada pelo Administrador da Companhia, inscrita no CNPJ sob nº 07.173.0001-82, em conformidade com o disposto no artigo 1.º, inciso III, da Lei nº 8.006/90, em vigor; (XXXVI) "RELAÇÃO DE DEBENTURISTAS" a ser elaborada e assinada pelo Administrador da Companhia, inscrita no CNPJ sob nº 07.173.0001-82, em conformidade com o disposto no artigo 1.º, inciso III, da Lei nº 8.006/90, em vigor; (XXXVII) "RELAÇÃO DE DEBENTURISTAS" a ser elaborada e assinada pelo Administrador da Companhia, inscrita no CNPJ sob nº 07.173.0001-82, em conformidade com o disposto no artigo 1.º, inciso III, da Lei nº 8.006/90, em vigor; (XXXVIII) "RELAÇÃO DE DEBENTURISTAS" a ser elaborada e assinada pelo Administrador da Companhia, inscrita no CNPJ sob nº 07.173.0001-82, em conformidade com o disposto no artigo 1.º, inciso III, da Lei nº 8.006/90, em vigor; (XXXIX) "RELAÇÃO DE DEBENTURISTAS" a ser elaborada e assinada pelo Administrador da Companhia, inscrita no CNPJ sob nº 07.173.0001-82, em conformidade com o disposto no artigo 1.º, inciso III, da Lei nº 8.006/90, em vigor; (XL) "RELAÇÃO DE DEBENTURISTAS" a ser elaborada e assinada pelo Administrador da Companhia, inscrita no CNPJ sob nº 07.173.0001-82, em conformidade com o disposto no artigo 1.º, inciso III, da Lei nº 8.006/90, em vigor; (XLI) "RELAÇÃO DE DEBENTURISTAS" a ser elaborada e assinada pelo Administrador da Companhia, inscrita no CNPJ sob nº 07.173.0001-82, em conformidade com o disposto no artigo 1.º, inciso III, da Lei nº 8.006/90, em vigor; (XLII) "RELAÇÃO DE DEBENTURISTAS" a ser elaborada e assinada pelo Administrador da Companhia, inscrita no CNPJ sob nº 07.173.0001-82, em conformidade com o disposto no artigo 1.º, inciso III, da Lei nº 8.006/90, em vigor; (XLIII) "RELAÇÃO DE DEBENTURISTAS" a ser elaborada e assinada pelo Administrador da Companhia, inscrita no CNPJ sob nº 07.173.0001-82, em conformidade com o disposto no artigo 1.º, inciso III, da Lei nº 8.006/90, em vigor; (XLIV) "RELAÇÃO DE DEBENTURISTAS" a ser elaborada e assinada pelo Administrador da Companhia, inscrita no CNPJ sob nº 07.173.0001-82, em conformidade com o disposto no artigo 1.º, inciso III, da Lei nº 8.006/90, em vigor; (XLV) "RELAÇÃO DE DEBENTURISTAS" a ser elaborada e assinada pelo Administrador da Companhia, inscrita no CNPJ sob nº 07.173.0001-82, em conformidade com o disposto no artigo 1.º, inciso III, da Lei nº 8.006/90, em vigor; (XLVI) "RELAÇÃO DE DEBENTURISTAS" a ser elaborada e assinada pelo Administrador da Companhia, inscrita no CNPJ sob nº 07.173.0001-82, em conformidade com o disposto no artigo 1.º, inciso III, da Lei nº 8.006/90, em vigor; (XLVII) "RELAÇÃO DE DEBENTURISTAS" a ser elaborada e assinada pelo Administrador da Companhia, inscrita no CNPJ sob nº 07.173.0001-82, em conformidade com o disposto no artigo 1.º, inciso III, da Lei nº 8.006/90, em vigor; (XLVIII) "RELAÇÃO DE DEBENTURISTAS" a ser elaborada e assinada pelo Administrador da Companhia, inscrita no CNPJ sob nº 07.173.0001-82, em conformidade com o disposto no artigo 1.º, inciso III, da Lei nº 8.006/90, em vigor; (XLIX) "RELAÇÃO DE DEBENTURISTAS" a ser elaborada e assinada pelo Administrador da Companhia, inscrita no CNPJ sob nº 07.173.0001-82, em conformidade com o disposto no artigo 1.º, inciso III, da Lei nº 8.006/90, em vigor; (L) "RELAÇÃO DE DEBENTURISTAS" a ser elaborada e assinada pelo Administrador da Companhia, inscrita no CNPJ sob nº 07.173.0001-82, em conformidade com o disposto no artigo 1.º, inciso III, da Lei nº 8.006/90, em vigor; (LI) "RELAÇÃO DE DEBENTURISTAS" a ser elaborada e assinada pelo Administrador da Companhia, inscrita no CNPJ sob nº 07.173.0001-82, em conformidade com o disposto no artigo 1.º, inciso III, da Lei nº 8.006/90, em vigor; (LII) "RELAÇÃO DE DEBENTURISTAS" a ser elaborada e assinada pelo Administrador da Companhia, inscrita no CNPJ sob nº 07.173.0001-82, em conformidade com o disposto no artigo 1.º, inciso III, da Lei nº 8.006/90, em vigor; (LIII) "RELAÇÃO DE DEBENTURISTAS" a ser elaborada e assinada pelo Administrador da Companhia, inscrita no CNPJ sob nº 07.173.0001-82, em conformidade com o disposto no artigo 1.º, inciso III, da Lei nº 8.006/90, em vigor; (LIV) "RELAÇÃO DE DEBENTURISTAS" a ser elaborada e assinada pelo Administrador da Companhia, inscrita no CNPJ sob nº 07.173.0001-82, em conformidade com o disposto no artigo 1.º, inciso III, da Lei nº 8.006/90, em vigor; (LV) "RELAÇÃO DE DEBENTURISTAS" a ser elaborada e assinada pelo Administrador da Companhia, inscrita no CNPJ sob nº 07.173.0001-82, em conformidade com o disposto no artigo 1.º, inciso III, da Lei nº 8.006/90, em vigor; (LVI) "RELAÇÃO DE DEBENTURISTAS" a ser elaborada e assinada pelo Administrador da Companhia, inscrita no CNPJ sob nº 07.173.0001-82, em conformidade com o disposto no artigo 1.º, inciso III, da Lei nº 8.006/90, em vigor; (LVII) "RELAÇÃO DE DEBENTURISTAS" a ser elaborada e assinada pelo Administrador da Companhia, inscrita no CNPJ sob nº 07.173.0001-82, em conformidade com o disposto no artigo 1.º, inciso III, da Lei nº 8.006/90, em vigor; (LVIII) "RELAÇÃO DE DEBENTURISTAS" a ser elaborada e assinada pelo Administrador da Companhia, inscrita no CNPJ sob nº 07.173.0001-82, em conformidade com o disposto no artigo 1.º, inciso III, da Lei nº 8.006/90, em vigor; (LVIX) "RELAÇÃO DE DEBENTURISTAS" a ser elaborada e assinada pelo Administrador da Companhia, inscrita no CNPJ sob nº 07.173.0001-82, em conformidade com o disposto no artigo 1.º, inciso III, da Lei nº 8.006/90



Eu, **VERA LUCIA FREITAS LOPES**, com inscrição ativa na OAB/SP sob o nº 113498, inscrita no CPF nº 949.205.678-04, DECLARO que os documentos abaixo, são autênticos e condiz com o original.

Documentos apresentados:

1. 01 via da cópia da OAB de **VERA LUCIA FREITAS LOPES**;
2. 01 via da CNH digital de **DENIS DE MORAIS PINHAL**;

São Paulo, 16 de Maio de 2025

VERA LUCIA FREITAS LOPES

OAB/SP nº 113498

Este documento foi assinado eletronicamente por Vera Lucia Lopes Freitas.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://assinaturas.certisign.com.br> e utilize o código 2E7D-0FD7-D7C6-FA3A.

Este documento foi assinado eletronicamente por Vera Lucia Lopes Freitas.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://assinaturas.certisign.com.br> e utilize o código 2E7D-0FD7-D7C6-FA3A.